

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGPSI

GISELLE MARIA MENEZES DA SILVA

SUBJETIVIDADE E TRABALHO COM JUTA E MALVA:
um estudo em Manacapuru/AM

MANAUS/AM

2019

GISELLE MARIA MENEZES DA SILVA

SUBJETIVIDADE E TRABALHO COM JUTA E MALVA:

um estudo em Manacapuru/AM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha Processos Psicológicos e Saúde, sob orientação da Profa. Dra. Rosângela Dutra de Moraes e coorientação da Profa. Socorro de Fátima Moraes Nina.

MANAUS/AM

2019

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586s Silva, Giselle Maria Menezes da
Subjetividade e Trabalho com Juta e Malva: : um estudo em
Manacapuru/AM / Giselle Maria Menezes da Silva. 2019
116 f.: 31 cm.

Orientador: Rosângela Dutra de Moraes
Coorientador: Socorro de Fátima Moraes Nina
Dissertação (Mestrado em Psicologia: Processos Psicológicos e
Saúde) - Universidade Federal do Amazonas.

1. subjetividade. 2. trabalho. 3. sofrimento. 4. psicodinâmica do
trabalho. I. Moraes, Rosângela Dutra de II. Universidade Federal do
Amazonas III. Título

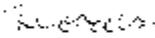
Giselle Marla Menezes da Silva

**"Subjetividade e trabalho com juta e malva: um estudo em
Manacapuru/AM."**

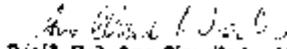
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, na **Linha de Processos psicológicos e saúde.**

Aprovado em 15 de agosto de 2019.

BANCA EXAMINADORA


Profª. Drª. Rosângela Dutra de Moraes
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS


Prof. Dr. Ronaldo Gomes de Souza
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS


Profª. Drª. Ana Cláudia Leal Vasconcelos
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Dedico a todos os trabalhadores “de fibra” que dispuseram de seus tempos, abriram-me as portas de seus lares e dividiram comigo suas trajetórias de luta sem nunca perder a esperança de dias melhores, apesar de tudo! A todos vocês, seres humanos ímpares, que sabem dar valor ao melhor da vida!

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa é a materialização de dois anos de uma trajetória profundamente transformadora e que seria definitivamente diferente sem a cooperação e contribuição de todas as pessoas especiais que de alguma maneira cruzaram seus caminhos com os meus nessa jornada, às quais, nesse momento dedico meus mais sinceros agradecimentos:

à minha amada mãe que durante toda sua vida abdicou de tantas coisas no esforço de prover para mim o melhor futuro que estivesse em suas condições;

ao homem da minha vida e melhor esposo que eu poderia ter, que me incentivou a ingressar no Mestrado, sempre me ofereceu o amor, carinho e compreensão o suporte e a calma necessários para que eu pudesse fazer tudo ao meu tempo;

ao meu filho que é meu presente do universo e minha razão de viver por ser a inspiração para que eu busque sempre ser uma pessoa melhor;

à centenária Universidade Federal do Amazonas, referência inquestionável na formação de cidadãos e cultivo do saber;

ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas pela oportunidade;

à Fundação de amparo à pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM pelo fomento deste estudo;

à minha estimada orientadora Prof. Dra. Rosângela Dutra de Moraes não só por acreditar em mim e neste trabalho, mas sobretudo pelo ser humano maravilhoso que é, pela tranquilidade, pela generosidade, pela cooperação e por tudo que aprendi convivendo com esta mulher que é uma verdadeira referência profissional a ser seguida;

à minha coorientadora, Prof. Dra. Socorro de Fátima Moraes Nina por me acolher no CEREST/AM, por indicar os caminhos, abrir as portas, sugerir melhorias, por ser compreensiva e carregar sempre o espírito da cooperação;

a todo coletivo de pesquisadores do LAPSIC, sem exceção, que contribuíram direta ou indiretamente para que esta pesquisa acontecesse, dentre eles destaco especialmente os queridos professores Ana Cláudia e Ronaldo, além de meus estimados amigos Fernando, Tamara, Aline, Priscila, Carol, Jôse e Angelina;

a toda a equipe do CEREST – AM pela acolhida;

a todos os professores que fizeram parte desta jornada, em especial: Ewerton Castro, Cláudia Sampaio, Adriana Caldeira e Marcelo Calegare;

à Sra. Eliana Medeiros e à COOMAPEM por oferecerem apoio irrestrito à essa pesquisa e por estarem sempre disponíveis;

à pesquisadora Brena Pantoja pela generosidade e cooperação importantes para o estreitamento de laços entre pesquisadores;

a todos os meus amigos de vida que estarão no meu coração para sempre: aos sonserinas e aos migs;

aos “meus músicos”: Diego, Gabriel, Miguel, Jaderson, Thiago, Juliana e Adriane;

e por fim, mas não menos importante, a todos os trabalhadores que participaram desta pesquisa, exemplos de vida, de superação, símbolos de força e de hombridade aos quais eu presto as minhas honestas homenagens e agradecimentos por terem efetivamente me transformado em uma pessoa diferente da pessoa que eu era no início dessa trajetória.

A todos, irrestritamente: obrigada!

Aos meus estimados participantes...

HERÓIS DO BRASIL

Boi Caprichoso

Compositores: Frank Azevedo, Moisés Colares e Ralrison Nascimento

Nesse solo sagrado com os pés no chão
Vem o caboclo a caminhar
De um sonho perdido e um desejo incontido
Em busca de um Brasil melhor
Gente de esperança, olhar confuso e desafios
Desperta ó pátria amada sou caboclo herói do Brasil

O meu sangue é de mulato de mestiço
De cafuzo sou do mato sou miscigenado
Eu sou da tribo caprichoso
Sou guerreiro encantado de terreiro brasileiro
Sou nortista cancionista Amazônia

Sou negro, sou raça, sou maracatu
Dança de terreiro, sou bumba meu boi
Sou tribo riqueza da minha nação
Sou arte, cultura dessa tradição
Caboclo afro-brasileiro sou raiz
Heróis do Brasil

Sou negro, sou raça, sou maracatu
Dança de terreiro, sou bumba meu boi
Sou tribo riqueza da minha nação
Trago um pouco de todos em mim
Sou caboclo de Parintins heróis do Brasil

Em busca de um Brasil melhor
Vou singrando meu destino
Desistir jamais, pois em minhas veias
Corre o sangue de meus antepassados
Sou mestiço, cafuzo, negro, sou índio
Trago um pouco de todos em mim
Sou caboclo de parintins
Somos heróis do Brasil

RESUMO

O mundo do trabalho e sua complexa relação com a dimensão subjetiva do trabalhar têm sido alvo do interesse de muitos pesquisadores no campo científico. Neste sentido, o presente estudo se propôs a contribuir com estas discussões, enfatizando a necessidade de se pensar o trabalho através de um enfoque compreensivo, que privilegie o discurso dos sujeitos. Sendo assim, o objetivo geral deste estudo foi compreender como se configuram as vivências de sofrimento no trabalho de produtores de juta e malva nas localidades do Supiá, Ilha do Marrecão e Costa da Cabaleana no município de Manacapuru/AM. Para tal, o aporte teórico escolhido foi o da Psicodinâmica do Trabalho proposta por Christophe Dejours. No que tange aos aspectos metodológicos, elegeu-se a entrevista semi-estruturada como instrumento de coleta de dados. Como técnica de análise foi utilizada uma adaptação da sistemática de análise da *Grounded Theory* – Teoria Fundamentada nos Dados. Os resultados sugerem a existência de vivências de sofrimento relacionadas às condições e organização do trabalho, especialmente no que tange à exposição ao sol, ataques de animais e possibilidade de acidentes, bem como aos problemas de saúde decorrentes do processo, perda parcial ou total da produção e o não-trabalho por adoecimento. Os resultados apontam ainda para sofrimento relacionado à ausência de reconhecimento e às relações socioprofissionais no que tange ao contato com atravessadores e indústrias. As estratégias de enfrentamento identificadas dizem respeito a mobilização subjetiva através da inteligência prática para garantir a subsistência entre safras, gerenciamento do capital, desenvolvimento de novos modos de trabalho e dos saberes de prudência, o cuidado e o viver junto. Possíveis estratégias de defesa também foram identificadas e remetem à racionalização, negação e naturalização do sofrimento. Por fim, o trabalho na juta e malva, embora penoso, se apresenta como a atividade possível para a sustentabilidade das famílias, motivo pelo qual os trabalhadores resistem em meio ao sofrimento.

Palavras-Chave: Psicodinâmica do Trabalho, Sofrimento, Adoecimento, Juta, Malva.

ABSTRACT

The world of work and its complex relationship with subjective dimension of the human work have been the target of many researchers' interests in scientific field. For that matter, this study is proposing to be a contribution about these discussions, highlighting the need to think of work through a comprehensive way, focusing in the subjective speeches. Therefore, the primary concern of this research is to comprehend how the experiences of suffering at work are composed in the work of jute and mauve producers at Ilha do Supiá, Ilha do Marrecão e Costa da Cabaleana locations in the County of Manacapuru, state of Amazonas. The theoretical approach chosen is the Psychodynamics of Work by Christophe Dejours. Regarding the methodological aspects, the semi-structured interview was the chosen instrument of data collection. The analytical method will be an adaptation of the systematic approach of *Grounded Theory*. The results suggest the existence of suffering related to working conditions and working organization, especially with regard to sun exposure, animal attack, and potential accidents, as well as health problems related to the activities, total or partial loss of the production and the absence of work due to health problems. The results also point to suffering related to the absence of recognition and to the socio-professional relations with dealers and industries. The confronting strategies that were identified are related to the subjective mobilization through the practical intelligence to guarantee the subsistence during the between-harvest period, capital management, development of new ways of work and knowledge of prudence, the care and live together. Possible defense strategies were identified as well and are related to rationalization, denial and naturalization. Finally, the work in jute and mauve, even if it is painful, presents itself as the possible activity to support the families, the reason why the workers keep resisting amongst suffering.

Keywords: Psychodynamics of Work, Suffering, Jute, Mauve.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
1.1 Juta e malva em contexto: considerações históricas.....	17
1.2 Juticultores e malvicultores: os ribeirinhos da Amazônia.....	21
1.3 Estudos Recentes	26
1.4 Psicodinâmica do Trabalho: aspectos conceituais e metodológicos	29
1.4.1 A centralidade do trabalho	30
1.4.2 Contexto do Trabalho: condições, organização e relações de trabalho	31
1.4.3 O sofrimento.....	33
1.4.4 As estratégias de defesa e enfrentamento	35
2 METODOLOGIA	39
2.1 Caracterização do local e dos participantes da pesquisa	42
2.2 Desenvolvimento da Pesquisa	43
2.3 Instrumento e procedimentos de coleta de dados	45
2.4 Análise de dados	47
2.5 Aspectos éticos	48
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	49
3.1 As condições e a organização do trabalho na cultura de juta e malva	49
3.1.1 A cadeia produtiva	50
3.1.1.1 A aquisição e distribuição de sementes.....	50
3.1.1.2 Plantio das sementes.....	51
3.1.1.3 Manutenção da área plantada	52
3.1.1.4 A colheita.....	52
3.1.1.5 Imersão na água para maceração biológica	52
3.1.1.6 O desfibramento	53

3.1.1.7 Secagem	53
3.1.1.8 Armazenamento e comercialização.....	53
3.1.2 A construção do saber-fazer	54
3.1.3 A divisão das tarefas: o papel do pai, dos filhos e das mulheres em contexto	56
3.1.4 As relações socioprofissionais na cultura de juta e malva	62
3.2 O sofrimento dos trabalhadores “de fibra”: entre o planejado e o real	67
3.2.1 Sofrimento relacionado às condições e à organização do trabalho	69
3.2.2 Sofrimento relacionado às relações socioprofissionais	80
3.2.3 Sofrimento relacionado à ausência de reconhecimento	83
3.3 Estratégias de Enfrentamento	86
4 ENTRE O SOFRIMENTO E O PRAZER: O REAL DA PESQUISA	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS	103
ANEXOS	111
Termo de consentimento livre e esclarecido.....	112
Termo de anuência institucional	114
Roteiro de entrevistas.....	115

INTRODUÇÃO

O trabalho nunca é neutro em relação ao sujeito e sua saúde mental. Dejours (2006) afirma que o trabalho performa importante papel na vida psíquica dos seres humanos, estando arraigado na dinâmica de realização do ego e na estruturação da identidade. O papel singular do trabalho nas condições de saúde humana é o que instiga inúmeros pesquisadores a direcionarem suas pesquisas para este foco, conforme asseveram Mendes e Morrone (2014). Portanto, considerando a importância outrora mencionada da natureza desta relação para a saúde mental, este estudo se propõe a enriquecer as discussões sobre a dimensão subjetiva no trabalhar sob a perspectiva dejouriana da Psicodinâmica do Trabalho.

Moraes (2013) pontua que o sofrimento no trabalho figura entre os principais temas na maioria das pesquisas que privilegiam os aspectos subjetivos do trabalhar. Não por acaso. O sofrimento é intrínseco ao trabalho. A autora explica que isso se dá devido ao fato de que há uma lacuna que nunca é preenchida entre o trabalho prescrito - composto por normas e prescrições – e o trabalho real, que se desvela ao sujeito em situações inesperadas. Corroborando, Ferreira (2013) pontua que as prescrições são frequentemente insuficientes frente ao caráter temporal e material do real do trabalho. O real, por conseguinte, se desvela ao sujeito efetivamente frente a vivências de fracasso, sendo, portanto, inevitável a experiência do sofrer.

Embora este tema ocupe lugar de destaque na maioria das pesquisas que privilegiam a subjetividade e trabalho, a escolha do sofrimento como categoria fundamental de análise deste estudo não se deu de maneira fortuita, mas foi afetada por uma análise preliminar da organização de trabalho de seus participantes. O interesse da pesquisadora em desenvolver um estudo voltado para produção de conhecimento dos modos de trabalho dos ribeirinhos não é novo e se intensificou após uma viagem a Parintins e Iranduba, ambos municípios do Estado do Amazonas, durante o ano de 2017. Nestas viagens foi possível contemplar o modo de vida do ribeirinho, que mantém com os rios uma relação de sobrevivência. Chaves (2001) postula que os ribeirinhos são aqueles que vivem em agrupamentos comunitários ao longo dos rios com suas famílias. A autora explica que estes povos são referência em populações tradicionais da Amazônia, considerando sua relação peculiar com a natureza, sua linguagem, representações espaciais e de tempo, além de serem detentores de sabedoria milenar que refletem seu modo de viver. Cruz (2008) explica que a relação do ribeirinho com o rio é elemento de grande

importância. O rio é o seu transporte, sua fonte de alimento e faz parte das construções peculiares de sua morada. Além disso, o rio compõe o imaginário local, é cenário de lendas e crenças, e é também através dele que se divide o calendário ribeirinho entre os períodos de plantio e colheita de sua roça. Sendo assim, o encantamento com a possibilidade de realizar esta pesquisa dentro do contexto tradicional amazônico culminou em um levantamento sobre os modos de subsistência dos ribeirinhos.

A partir desta fase inicial, identificou-se um tipo de trabalho cujas características são muito particulares, e assim como a maioria das atividades ribeirinhas, está sujeita aos efeitos das cheias e da vazante dos rios: a cultura de juta e malva. Castro (2015) explica que a juta, cujo nome científico é (*Corchoros Capsularis*), é uma planta que, após colhida, oferece uma fibra vegetal. Esta fibra é utilizada na confecção das mais variadas aplicações têxteis: tapetes, telas, sacolas, cordas, barbantes, entre outros. Silva e Fraxe (2012) explicam que a malva, de nome científico (*Urena Lobata L.*), por sua vez, é uma fibra comum na região Amazônica que era considerada como praga nas roças devido a sua adaptabilidade aos solos menos férteis. Embora possa ser cultivada em terra firme, esta fibra possui as mesmas particularidades da juta no que diz respeito ao processo produtivo e ambas são utilizadas com as mesmas finalidades.

Embora as produções científicas voltadas para a temática da juta e malva que se aprofundam na dimensão subjetiva da relação do homem com o trabalho sejam escassas, foi possível traçar um panorama acerca do aspecto fundamental que mobilizou este estudo: o instigante processo produtivo das fibras. As pesquisas de Silvan (2018), Ferreira (2016), Bentes (2015), Castro (2015), Maciel (2015), Soares (2015), Silva (2013), Silva e Fraxe (2012), Souza (2012) e Paiva (2009), demonstravam que o processo de produção das fibras é insalubre e que impactam diretamente o corpo dos trabalhadores. Sendo assim, a fase exploratória desta pesquisa possibilitou a constatação da existência de um cenário não favorável à saúde dos trabalhadores, no qual as condições de trabalho são precárias e insalubres (MACIEL, 2015). Este processo propiciou o surgimento de vários questionamentos: como se configuram as vivências de sofrimento relacionadas com a cultura da juta e malva e quais os possíveis desdobramentos destas vivências para a saúde dos trabalhadores?

A relevância em oferecer respostas aos questionamentos que nortearam essa pesquisa questionamento repousa especialmente no fato de que a maioria das pesquisas feitas com esse coletivo de trabalhadores nos últimos anos não privilegia majoritariamente a dimensão subjetiva do trabalho. Lira *et al.* (2014) explicam que o cenário em que se encontram estes

povos que habitam às margens dos rios no Amazonas está envolto em dificuldades de acesso a bens e serviços públicos, tais como saúde, educação e segurança, além de terem pobre representatividade política. Wagley (1913/1988) pontua que o conhecer mais sobre a realidade do homem da Amazônia fornece importantes elementos que subsidiarão possíveis transformações dos padrões de vida desses sujeitos. Portanto, potencializar a visibilidade dos ribeirinhos do Amazonas através da produção de conhecimento sobre seus modos de subsistência proporciona uma inserção deste povo em discussões que podem levar a processos de transformação. Além disto, Moraes (2015) ressalta a importância do processo de pensar o trabalho como um caminho para a emancipação, tendo como mola propulsora a fala e escuta qualificadas, abrindo espaço para o acesso aos conteúdos subjetivos. Embora o acesso às comunidades seja um impeditivo para a realização da Clínica do Trabalho associada a todos esses benefícios, espera-se que falar a respeito do trabalho, ainda que durante uma entrevista, possa agir como uma pequena semente em prol da elaboração do sofrimento desses trabalhadores, sendo essas, portanto, algumas das relevâncias associadas a este trabalho.

Calegare e Higuchi (2015), afirmam que a Psicologia e suas áreas clássicas não oferecem meios para a compreensão adequada da vida nas cidades do interior, marcada pelas particularidades da realidade rural. O caráter europeu e norte-americano do arcabouço teórico privilegiado nos cursos brasileiros só aparta ainda mais o futuro profissional da compreensão da realidade dos povos amazônicos. Sendo assim, outra relevância associada a esta pesquisa diz respeito ao fortalecimento dos estudos que priorizam a Amazônia e o rural como lugares da Psicologia, enfatizando a necessidade da produção de conhecimento psicológico comprometido com as várias formas de estar no mundo.

A escassez de debates voltados para os aspectos subjetivos dos trabalhadores na cultura de juta e malva pode acarretar o não reconhecimento social do trabalho que desempenham, culminando em mais sofrimento. A respeito disso, a teoria Psicodinâmica do Trabalho desenvolvida por Christophe Dejours têm muito a contribuir: os trabalhadores empregam muito de sua energia no trabalho para oferecer melhores resultados possíveis. Por este motivo, o reconhecimento por um trabalho bem feito é justo e esperado por aqueles que trabalham. Se o reconhecimento não acontece, o sofrimento é intensificado de forma perigosa para a saúde mental, conforme explica Dejours (2006). Por outro lado, analisando o trabalho de juta e malva, Ferreira e Homma (2017), sinalizam que o processo produtivo dessas fibras ainda é bastante rudimentar, muito embora aconteça há mais de 8 décadas no Estado do Amazonas.

Ante ao exposto, o objetivo geral desta pesquisa foi compreender como se configuram as vivências de sofrimento no trabalho de produtores de juta e malva em comunidades rurais do município de Manacapuru/AM. A partir do objetivo geral, articularam-se os objetivos específicos. São eles: examinar a organização do trabalho dos produtores; analisar os agravantes de sofrimento relacionados com a organização do trabalho; identificar as estratégias de enfrentamento do sofrimento utilizadas e verificar a existência de possíveis desdobramentos dessas vivências sobre a saúde mental dos trabalhadores.

As inquietações que afligiram a pesquisadora e mobilizaram sua subjetividade para fazer este estudo acontecer tomaram corpo através de um projeto de pesquisa e hoje se materializam através desta produção, cuja estruturação se dá a partir da subdivisão em quatro capítulos. O primeiro capítulo refere-se à Fundamentação Teórica: oferecer-se-á uma contextualização acerca do processo histórico desde o início da cultura de juta e malva na região, além de fornecer um panorama acerca das populações ribeirinhas, seus antepassados, modos de vida e trabalho. O capítulo em questão resgata ainda os estudos recentes mais relevantes que possuem afinidade com o tema desta pesquisa, realizando um apanhado de seus principais resultados. Por fim, um breve levantamento teórico sobre a trajetória da Psicodinâmica do Trabalho e as principais categorias de análise relacionadas com esta pesquisa.

No segundo capítulo, o percurso metodológico que orientou esta pesquisa é delineado: caracterização do local e participantes da pesquisa, os procedimentos realizados para a operacionalização, os instrumentos de coleta e análise de dados utilizados, bem como os cuidados tomados com os aspectos éticos que nortearam as práticas deste estudo.

O terceiro capítulo dispõe dos resultados e discussão e está estruturado em subtópicos. Este capítulo se propõe a oferecer respostas aos objetivos da pesquisa. Portanto, o primeiro subtópico do capítulo privilegia a descrição das Condições e da Organização do Trabalho na cultura de juta e malva a partir dos relatos dos participantes: o processo produtivo, a construção do saber-fazer e as relações socioprofissionais. O segundo subtópico se propõe a oferecer respostas ao objetivo geral deste estudo: nele estão contidas as vivências de sofrimento identificadas na cultura de juta e malva, que estão relacionadas com as condições e organização do trabalho, às relações socioprofissionais e à ausência de reconhecimento. Neste subtópico são identificadas ainda as possíveis vivências que podem ser agravantes do sofrimento com potencial perturbação à Saúde Mental dos trabalhadores. O último subtópico satisfaz o questionamento acerca das estratégias de enfrentamento utilizadas para minimizar a percepção

das vivências de sofrimento identificadas, bem como sinaliza para possíveis estratégias defensivas que podem ser estudadas mais profundamente em pesquisas futuras.

Por fim, o quarto e último capítulo se propõe a oferecer uma análise subjetiva sobre a trajetória deste estudo, as dificuldades encontradas, os sentimentos que emergiram face ao encontro com o real da pesquisa, as emoções associadas, uso da inteligência prática para subverter o sofrimento em prazer com vistas à execução da tarefa, impressões e sentimentos que auxiliam o leitor a situar-se sobre acerca de uma perspectiva diferente: a do pesquisador em relação ao seu objeto de estudo.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo está dividido em títulos e subtítulos e se propõe a perfazer uma contextualização sobre os elementos pertinentes a este estudo. Inicialmente, serão explanadas as considerações históricas da cultura de juta e malva na região amazônica. O tópico seguinte faz um resgate histórico sobre as origens e os modos de vida dos trabalhadores em questão: os ribeirinhos da Amazônia. Os estudos recentes mais relevantes realizados no contexto da cultura de juta e malva são elencados na sequência, ressaltando os achados mais importantes, bem como identificando os resultados comuns. Por fim, será realizado um relato da trajetória teórico-metodológica da Psicodinâmica do Trabalho, elencando algumas das categorias correlatas mais relevantes para este estudo.

1.1 Juta e malva em contexto: considerações históricas

A inserção da juta no Brasil, em especial no Amazonas, está diretamente relacionada com a Índia e ao Japão e é indissociável com o monopólio brasileiro do mercado do café, conforme explicam Ferreira e Homma (2017). Durante o século 19 e início do século 20, o Brasil era o detentor do monopólio mundial de café e por conta da grande produção, o país necessitava de enormes quantidades de sacarias para armazenamento e exportação da mercadoria. Os autores explicam que toda a sacaria era exportada da Índia que detinha o monopólio mundial da produção da juta. No entanto, a importação das sacarias representava um problema aos produtores de café, haja vista a necessidade do custeio das altas taxas de importação, taxas das docas e tarifas rodoviárias. Ainda de acordo com o que pontuam os autores, foi neste contexto que se iniciou a primeira tentativa de aclimação da juta asiática e especialmente indiana no estado de São Paulo. Embora tentativas recorrentes de aclimação para produção da fibra neste Estado tenham sido feitas, foi apenas no município de Parintins, estado do Amazonas, que o processo teve êxito, a partir da importação de sementes de São Paulo e do Japão (NODA, 2010).

Segundo o que apontam Ferreira e Homma (2017), neste cenário, os japoneses passaram a ser elo importante para o êxito da cultura de juta e malva no Brasil, considerando que no ano de 1930 instaurou-se na região um sofisticado programa de migração japonesa voltado à produção agrícola e exploração de recursos naturais. Sendo assim, segundo o que apontam os

autores, no ano de 1934 aconteceu a aclimatação da juta em 1934 através da persistência do colono Ryota Oyama, o que transformou a economia amazônica. Por consequência, com a inserção da produção de juta na região, a malva passou a ser também valorizada para produção de fibra inicialmente no Estado do Pará e sua extração cresceu até 1956, quando atingiu produção superior a 18.000 toneladas e apresentar uma tendência de produção decrescente. Passou a ser cultivada nas várzeas altas do Estado do Amazonas em 1971 por iniciativa de indústrias de aniagem, o que culminou em um novo rumo para o desenvolvimento desta atividade (HOMMA, 1998).

Segundo o que aponta Noda (2010) por muitos anos a cultura de Juta e Malva representou a principal atividade econômica no Amazonas, especialmente nos anos 1970 e 1980, com cerca de 25.000 produtores, sendo um trabalho basicamente familiar. No entanto, após o apogeu, a produção de fibras sofreu seu declínio. Ferreira (2016) explica que grandes projetos implementados pelo governo militar entre os anos 1966 e 1970 fortaleceram a agroindústria da juta e da malva na região, mas, paradoxalmente, também foram responsáveis para a derrocada dessa atividade no Estado. A abertura de grandes eixos rodoviários culminou em expansão da fronteira agrícola, ocasionando uma significativa diminuição no número de produtores que migraram das áreas de várzea em direção as áreas de terra firme. O autor pontua que outra importante realização governamental da época influenciou na atração de produtores para outras atividades, tendo efeito devastador para a produção das fibras: a instauração da Zona Franca de Manaus. A consolidação das atividades da Zona Franca culminou em um êxodo rural em larga escala em direção à cidade de Manaus e para as sedes dos Municípios, o que acarretou a diminuição do número de produtores e conseqüente redução da produção de fibra no Estado do Amazonas (FERREIRA, 2016). Além disso, Homma (1998) explica que na década de 1960 ocorreram grandes transformações tecnológicas e com isso, a popularização das sacarias de plástico que se tornaram uma grande concorrência para a produção de juta e malva.

Ademais, Ferreira (2016) ressalta que o crescimento do setor industrial na região demandava uma grande quantidade de fibras, o que ocasionou um descompasso com a produção do pequeno produtor rural que mantinha os processos de trabalho arcaicos desde a década de 1930. O ritmo de produção incipiente não foi capaz de acompanhar a demanda das fábricas, o que resultou no retorno da importação de fibras asiáticas, prática que havia desaparecido na década de 1960. O autor explica que durante os anos de 1970 a 1979 foram importadas 104.681 toneladas de juta e desde então o descompasso entre a demanda industrial e a produção de fibras

na região nunca mais foi equacionado e a importação não cessou mais. Tanto o cultivo da juta quanto o cultivo da malva tiveram um decréscimo a partir da década de 1980 e no decorrer da década de 1990 a produção de juta quase se extinguiu e a de malva apresentou grandes oscilações (FERREIRA, 2016). Segundo o que aponta o autor, a partir do momento em que se instaurou o declínio, a produção de fibras na região não apresentou mais crescimento significativo, permanecendo entre oscilações descendentes. O autor explica ainda que a queda na produção de fibras no Estado do Amazonas está relacionada a diversos fatores, no entanto, um elemento se sobressai como preponderante: a não modernização do sistema produtivo e a não integração entre indústria e produção. Além disso, há os entraves relacionados às particularidades das condições de várzeas, onde os movimentos das águas são fatores determinantes para a amplitude das perdas da produção.

Segundo o que aponta Homma (1998) há um outro obstáculo importante na produção da juta desde a sua aclimação em 1934: a produção de sementes. A lavoura das fibras depende destas sementes que inicialmente eram produzidas nos municípios paraenses de Alenquer, Monte Alegre e Santarém, concentrando-se, a posteriori, somente no primeiro. Os japoneses modificaram o sistema de plantação centralizando a produção de sementes nas terras firmes de Alenquer por não ser possível finalizar o ciclo vegetativo nas áreas de várzea, considerando que o corte das hastes das fibras coincide com o período de cheias e com os solos férteis daquele município. Maciel (2015) assevera que o Amazonas não dispõe de campos destinados para a produção desse insumo, motivo pelo qual se faz necessário importar as sementes do Estado do Pará. Homma (1998) enfatiza que a crise na produção da juta sempre teve relação com o descompasso com a produção de sementes em Alenquer, o que gerou muitos conflitos de natureza política, especialmente no estado do Amazonas. No que diz respeito à malva, Soares (2015) explica que as sementes desta fibra são produzidas em Capitão Poço e Bragança, também no Estado do Pará, de maneira similar à juta.

Com vistas a fomentar a produção da fibra no Estado do Amazonas, ações sistemáticas começaram a ser realizadas a partir de iniciativas Governamentais, propiciando aos agricultores a concessão de incentivos. A partir do ano de 2003, a Secretaria de Produção Rural – SEPROR deu início a um processo de distribuição gratuita de sementes de juta e malva para fomentar a produção e diminuir os custos e aumentar a renda dos produtores através do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM. Embora a cultura da fibra no Estado do Amazonas esteja submetida à disponibilidade das

sementes provenientes do Estado do Pará, essa e outras iniciativas governamentais se tornaram elemento desestruturador da cadeia de intermediação, haja vista os produtores terem, a partir de então, a oportunidade de adquirir sementes de maneira gratuita, sem necessariamente lidar com atravessadores (SOARES, 2015).

O decreto 24.196 de 29 de abril de 2004 prevê pagamento de subvenção econômica aos produtores de juta e malva pelo Governo do Estado. Esta subvenção age como um complemento do valor comercializado previamente pelo agricultor com a finalidade de fomentar a produção de juta e malva no Estado do Amazonas (SOARES, 2015). Para fins de contextualização do cenário atual, seguem importantes dados sobre o status do pagamento das subvenções, considerando que o capítulo de resultados aborda esse tópico: segundo boletim interno da SEPROR de 28 de setembro de 2017, o pagamento da subvenção aos agricultores que deveria ser anual, sofreu um hiato de 3 anos entre 2014 e primeiro semestre de 2017 devido a problemas orçamentários. Os produtores, que necessitam da verba para compor sua renda familiar, receberam em agosto de 2017 parte do pagamento de parte da verba atrasada, referente ao calendário de 2014 e 2015. No entanto, de acordo com o que dispõe matéria veiculada no site da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – ADS de 17 de junho de 2019, o Governo do Amazonas iniciou, no dia 14/06/2014, o processo de pagamento de aproximadamente 700 produtores em 12 municípios do Amazonas das safras de 2014/2015 até 2017/2018.

Soares (2015) explica que atualmente a produção de juta e malva no estado do Amazonas está dividida entre onze municípios. São eles: Anamá, Anori, Beruri, Caapiranga, Coari, Codajás, Iranduba, Manacapuru, Manaquiri, Itacoatiara e Parintins. Segundo os dados mais recentes da CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento –, a safra de produção amazonense em 2015 foi de 2,9 mil toneladas e teria previsão de 2.500 toneladas para o ano de 2016.

Cabe mencionar ainda que de acordo com o que asseveram Noda (2010) e Silva e Fraxe (2012) o processo produtivo da juta e da malva é caracterizado pelo trabalho manual, com auxílio de poucos instrumentos. É dividido por etapas (que serão descritas mais detalhadamente nos resultados) e ainda é feito de maneira rudimentar, com pouca ou nenhuma inserção de aparato tecnológico ou transformações significativas mesmo após 8 décadas de história. Os autores explicam que esse tipo de agricultura é familiar, na qual o núcleo da família participa do trabalho, sendo o homem o chefe e organizador do processo, podendo contar ainda com a

participação de vizinhos ou compadres através de ajuda mútua. Silva (2013) postula que nos períodos em que a demanda está alta, os trabalhadores desenvolvem suas atividades de segunda a domingo com tempo insuficiente para descanso.

A cultura de juta e malva possui muitos aspectos peculiares que serão descritos adequadamente no tópico de resultados. Por ora, além de identificar as principais características da cultura de juta e malva, se faz necessária uma compreensão um pouco mais abrangente sobre as raízes e modos de vida dos atores envolvidos no processo para compreender o trabalho de juta e malva de maneira mais contextualizada, elementos importantes sobre os quais o próximo tópico versará.

1.2 Juticultores e Malvicultores: Os ribeirinhos da Amazônia

“Há povos na Amazônia”. É partindo desta afirmativa que Ranciaro (2014) explica que, embora possa parecer óbvio que a Amazônia é habitada, o imaginário nacional ainda simboliza a região como uma imensidão de verde intocado. A autora afirma que os povos que ocupam estes espaços são invisíveis e que existe um silenciamento da sua existência. Considerando o proposto por Ranciaro (2014), este tópico se propõe a perfazer um breve resgate histórico de surgimento desses povos, além de dissertar acerca dos modos de vida e de trabalho dos ribeirinhos para uma compreensão mais abrangente dos participantes desta pesquisa.

De acordo com o que afirmam Veríssimo e Pereira (2014) o processo histórico de ocupação na Amazônia acontece quando imigrantes asiáticos chegaram à região há mais de 14 mil anos. Essas populações passaram a ocupar o mesmo espaço e ter a agricultura como principal atividade de subsistência. Neste contexto, várias sociedades nativas complexas emergiram, tendo vivido na região Amazônica por volta de 2 mil anos antes da chega dos portugueses, manejando a natureza de acordo com suas necessidades (VERÍSSIMO E PEREIRA, 2014). As autoras explicam que os europeus desembarcaram no vale do Amazonas no século 16 encontrando comunidades superpovoadas. Por outro lado, as populações que na região habitavam sofreram impactos com a chegada e ocupação desses aventureiros de várias localidades da Europa, sobretudo com a imposição do modo de vida português.

Durante cerca de 250 anos, a população nativa da região foi morta por armas de fogo trazidas pelos conquistadores, além de serem dizimadas com as doenças trazidas por

aventureiros europeus, segundo o que colocam Veríssimo e Pereira (2014). O tratado de Madri, em 1750, estabeleceu limites para ocupação entre Espanha e Portugal, ficando Portugal de posse da região Amazônica, uma vez que já estava ocupada basicamente por portugueses em toda sua extensão. Com o objetivo de explorar ainda mais a região, vários escravos africanos foram traficados, o que reuniu índios, brancos e negros na região amazônica. As autoras afirmam ainda que por volta de 1820, emergiram grupos políticos insatisfeitos com o sistema colonial, fomentando ideais de independência de Portugal, o que se concretizou em 1822, embora as regiões do Grão-Pará e do Rio Negro resistissem bravamente à independência, submetendo-se ao Império do Brasil somente em 1823.

No fim do século 19, a borracha passou a ser o principal produto na economia da Amazônia e do Brasil, tendo seu auge entre 1879 e 1912 segundo o que pontuam Veríssimo e Pereira (2014). Esse período de grandes riquezas para a Amazônia amargou o seu declínio quando um comerciante inglês chamado Henry Wickham contrabandeou 70 mil sementes de seringueira da região de Belém para a Inglaterra, o que culminou a derrocada e fim do monopólio da borracha. As referidas autoras asseveram ainda que após a crise da borracha, o extrativismo e a agricultura de subsistência voltaram a ser práticas da população da região, composta principalmente por indivíduos frutos da miscigenação entre índios, brancos e negros: os ribeirinhos da Amazônia.

Outros autores enriquecem a compreensão sobre a origem e características dos povos ribeirinhos: Wagley (1988) explica que a cultura brasileira é resultado de uma mescla das tradições europeias trazidas pelos portugueses, dos elementos culturais trazidos pelos africanos e dos padrões culturais indígenas. No entanto, o autor afirma que na Amazônia, a herança indígena prevalece em suas tradições e costumes. As influências são facilmente perceptíveis no modo de vida, nas crenças, na alimentação e na religião das pessoas. Conforme Monteiro (1981 *apud* CASTRO *et. al* 2007), durante o ciclo da borracha, no século XIX, vários nordestinos migraram para a região da Amazônia. Com o declínio do ciclo da borracha em torno de 1920, os seringueiros, caboclos e descendentes de etnias diversas iniciaram um processo de migração para a beira dos rios, constituindo-se assim, as conhecidas comunidades ribeirinhas. Lira e Chaves (2016), enfatizam que a Amazônia brasileira é povoada por uma vasta diversidade de grupamentos étnicos e populações tradicionais, cujas constituições foram construídas historicamente por meio dos diversos processos de colonização aos quais foram submetidos.

Mendonça et. al (2007), endossam a compreensão dos fatos acima mencionados ao afirmarem que o mosaico cultural amazônico é constituído por valores, crenças e modos de vida tradicionais que são o fio condutor da sua organização social pautada nos conhecimentos, práticas e uso dos recursos naturais, das florestas, rios e lagos. Muito se discute acerca de quais critérios definem as populações tradicionais de maneira mais apropriada. No entanto, neste trabalho, partiremos da concepção de Diegues (2008). O autor explica que as comunidades tradicionais possuem algumas características que as diferenciam de demais populações. A primeira delas diz respeito a relação simbiótica que esses sujeitos estabelecem com a natureza e seus ciclos, bem como com os recursos naturais renováveis que determinam seus modos de vida. Estes sujeitos são detentores de um vasto leque de conhecimentos sobre a natureza, transmitidos oralmente de pai para filho, o que culmina na formulação de estratégias para uso e manejo dos recursos naturais com base nos ciclos naturais da região em que estão inseridos. Além disso, é presente a noção de território em que o grupo social se reproduz, tanto econômica, quanto socialmente. Nestas comunidades, o território é ocupado por várias gerações.

Diegues (2008) enfatiza a importância das práticas de subsistência das comunidades tradicionais que possuem reduzida acumulação de capital, ainda que possa haver relação de mercado. Outras importantes características dessas comunidades são: o forte vínculo familiar e relações de compadrio para atividades econômicas, sociais e culturais; forte presença do imaginário local associado a mitos e lendas em relação a práticas extrativista, de caça e pesca. Ademais, as tecnologias utilizadas por esses sujeitos são rudimentares, oferecendo pouco impacto ambiental. No que tange ao regime de trabalho, prevalece o artesanal: o produtor e sua família desempenham todo o processo de produção. E ainda: os sujeitos integrantes dessas comunidades frequentemente possuem pouca representatividade política. Ainda de acordo com o que aponta Diegues (2008), o reconhecer-se como parte de um determinado grupo social é critério indispensável para caracterizar uma cultura ou população tradicional. O autor explica que este critério está vinculado a uma questão antropológica fundamental: a questão da identidade.

Em consonância com o que postula Diegues, Arruda (1999) explica que essas comunidades são caracterizadas por um modelo característico de ocupação espacial e de uso dos recursos naturais com a finalidade principal de obter meios para subsistência. Esses grupos não possuem articulação com o mercado e sua organização de trabalho é caracterizada pela participação familiar. O autor explica ainda que as tecnologias empregadas são de baixo

impacto e provém, essencialmente de conhecimentos transmitidos de geração para geração. Eles são caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, entre outros grupos humanos que reproduzem historicamente seus modos de viver marcado pela cooperação entre pares e sua forma característica de relação com a natureza (ARRUDA, 1999).

Segundo o que explicam Fraxe e Vargas (2013) os ribeirinhos são aqueles que habitam as margens dos rios, estabelecendo uma profunda conexão com o ambiente. Neste contexto, os rios se configuram como base fundamental de sobrevivência destes sujeitos, considerando que os rios são o seu transporte e dele se têm o alimento através da pesca. Silva (2017) pontua que é nas áreas de várzea que os ribeirinhos vivem, constituindo pequenas comunidades à beira-rio, em casas feitas de madeira tipo palafita. A autora explica que tanto a água quanto a terra são indispensáveis para o trabalho dos ribeirinhos, que é basicamente voltado para a subsistência. As atividades de trabalho, por sua vez, incluem a pesca, a agricultura, a extração de produtos florestais, a caça, pequenos comércios, entre outros. O que há de comum em todas essas atividades é que todas elas são mediadas pela relação do ribeirinho com a natureza. Corroborando, Lira e Chaves (2016) explicam que a dinâmica produtiva nas comunidades ribeirinhas é pautada por uma relação de respeito ao meio ambiente. Nestas comunidades, os sujeitos utilizam de seus saberes tradicionais historicamente construídos, instituindo relações diversas com a natureza e recursos da região.

Para efeito de conhecimento, autores como Fraxe (2000) e Witkoski (2007) utilizam o termo “camponês” para designar aqueles que vivem às margens dos rios, lagos e igarapés da Amazônia: ribeirinhos, caboclos, agricultores, agricultores familiares, trabalhadores rurais, trabalhadores do campo e pequenos produtores. Witkoski (2007) explica que os ribeirinhos ocupam e desenvolvem suas atividades em três espaços: na terra, na floresta e na água. Segundo o autor, a terra do camponês amazônico é a várzea. Nos ambientes de várzea, existem quatro “estações climáticas” cujos efeitos são responsáveis pela regulação do calendário agrícola, segundo o que assevera Pereira (2007). São elas:

- Enchente: período de subida das águas;
- Cheia: momento em que as águas chegam ao seu nível máximo;
- Vazante: descida do nível das águas;
- Seca: período em que as águas atingem o nível mais baixo.

Witkoski (2007) pontua que a enchente e a cheia são os períodos de fertilização da terra, ao passo que a vazante e a seca proporcionam as condições ideais para que a terra seja fecundada. Neste contexto, o ribeirinho desenvolveu os mais variados comportamentos adaptativos para lidar com o esse caráter instável peculiar das áreas de várzea. Estas estratégias se traduzem na integração de outras atividades produtivas como a produção de gado e o cultivo de plantas anuais. O autor explica essa dinâmica ao pontuar que o manejo dos recursos naturais que englobam terra, floresta e água culmina, obrigatoriamente, em uma coordenação simultânea de outros cultivos: agrícola, criação de animais, extrativismo, entre outros, com o objetivo de complementar sua produtividade. Essa combinação de atividades propicia ao ribeirinho a manutenção da vida nas áreas de várzeas que obedecem ao ciclo natural de enchentes, cheias, vazantes e secas (WITKOSKY, 2007).

Os ribeirinhos estabelecem uma relação de cooperação e práticas de ajuda mútua como parceria ou mutirão para as atividades laborais. Essas relações se dão através da confiabilidade recíproca entre vizinhos, não sendo necessário o vínculo formal: os acordos se dão de modo verbal, com o objetivo de processar a produção em menor tempo possível (FRAXE, 2004). Corroborando, Noda (2010) pontua que essas formas de ajuda mútua sempre se fizeram presentes no contexto de trabalho rural no Brasil. No entanto, na Amazônia, especificamente, a cadeia Inter étnica culminou na construção de uma forma original da organização do trabalho do ribeirinho, especificamente. Essa forma de ajuda mútua pode ser denominada como ajuri ou puxirum. Segundo o que aponta Fraxe (2000) estas relações de ajuda mútua refletem as necessidades econômicas dos ribeirinhos e só são possíveis através de profundos sentimentos de pertença a um grupo familiar. A ajuda mútua figura, portanto, como um processo grupal que mobiliza sujeitos de maneira voluntária para prestar auxílio. A retribuição é obrigatória: a família que recebeu ajuda deverá prestar ajuda, juntamente com os demais, a famílias que necessitarem. Fraxe (2000) ressalta ainda que alguns ribeirinhos destacam um ritual em torno da organização do ajuri: aquele que promove o mutirão deve servir ao menos uma refeição para seus integrantes. O momento da refeição figura como um ritual que congrega os sujeitos de uma mesma comunidade, segundo o que coloca a autora.

Há mais de sessenta anos Wagley (1988) já indicava a urgência de se pensar em transformações por melhores condições de vida, melhor regime alimentar e acesso à educação de qualidade para o povo ribeirinho. No entanto, no que tange aos modos de vida e trabalho dos ribeirinhos, a literatura recente aponta fundamentalmente as mesmas situações de precariedade.

Silva (2016) explica que numerosas comunidades vivem em áreas rurais de difícil acesso, com infraestrutura insuficiente em serviços públicos, de saúde, educação e saneamento básico. Corroborando, Silva (2017) aponta que os ribeirinhos são acometidos por inúmeros problemas de saúde e muitos deles não são alfabetizados. O acesso à assistência médica é quase que inexistente e em situações de necessidade dos serviços, os ribeirinhos precisam se deslocar até postos de saúde em municípios próximos após longas jornadas em barcos ou canoas. Este cenário reflete a invisibilidade das populações rurais da Amazônia perante o Estado, conforme postula Silva (2016). O autor explica que a dificuldade de acesso a bens e serviços acabam por retirar os ribeirinhos do contexto dos processos decisórios regionais. Ranciaro (2014) reforça este cenário ao afirmar que os problemas a seguir são uma constante na vida e no trabalho dos ribeirinhos: dificuldades de intermediação de seus produtos agrícolas no mercado, baixo poder aquisitivo que impedem aos ribeirinhos se locomoverem e arcarem com despesas mínimas em casos de doença, o que culmina em óbitos, casos de mortalidade infantil acarretada por insuficiência alimentar ou tétano umbilical, doença que vitimou muitas crianças devido às más condições às quais suas mães foram submetidas no momento do parto.

Silva (2017) explica que muito há que se fazer no que tange a políticas públicas que possam atender às necessidades dos ribeirinhos e é preciso trazê-los para o centro dos debates com a finalidade de obter melhoria da qualidade de vida desses sujeitos. Ranciaro (2014) sugere, por fim, que a realidade social dos ribeirinhos destacada neste tópico pode ser desvelada através de uma análise político-econômica: os gastos das arrecadações de impostos nem sempre contemplam os fins desejados pela população, sendo este o elemento chave que demarca o agravamento das injustiças sociais, tanto no campo, quanto nas cidades.

1.3 Estudos Recentes

Nos últimos 5 anos, foram realizadas pesquisas que privilegiaram o contexto da cultura de malva e de juta na Amazônia. Destacam-se os estudos de Silva (2013), Bentes (2015), Castro (2015), Maciel (2015), Soares (2015), Carvalho e Almeida (2016), Ferreira (2016), Ferreira e Leão (2017), Alencar (2018) e Silvan (2018). Levando em consideração os últimos 10 anos, é possível mencionar ainda as pesquisas de Moreira (2008), Paiva (2009), Ferreira (2009 e 2016), Noda (2010), Araujo (2012), Silva e Fraxe (2012). Os referidos estudos foram realizados, em sua maioria, por discentes da Universidade Federal do Amazonas de diversos programas de

Pós-Graduação: Contabilidade e Controladoria, Desenvolvimento Regional, Sociedade e Cultura na Amazônia, Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia, entre outros. As pesquisas abordaram perspectivas distintas associadas à cultura de Juta e Malva no Amazonas, entre elas, as seguintes: Desenvolvimento Rural, Relações de Trabalho, Reprodução material e simbólica da vida do produtor, Avaliação de políticas para produção das fibras, Sustentabilidade, entre outros. As pesquisas mencionadas, em sua maioria, apresentaram um resgate histórico da cadeia de produção de juta e malva no Brasil e no estado do Amazonas, algumas delas avançando no detalhamento do processo produtivo da juta e da malva, destacando algumas das principais dificuldades relacionadas ao trabalho do produtor.

Algumas das pesquisas destacadas ofereceram resultados de maior relevância a serem considerados neste estudo. Ferreira (2009) buscou em seu trabalho abordar a vida material e simbólica dos agricultores, através do labor e da vida activa. O labor diz respeito à sobrevivência, objetiva e subjetivamente, física e simbólica, primeiramente objetivando a manutenção da vida e, por consequência, a comercialização do produto. A vida activa, por sua vez, diz respeito à comercialização propriamente dita, das fibras convertidas em produto final. O autor explica que neste momento ocorre uma extensão da degradação que se iniciou com todo o processo deletério de produção das fibras, considerando que na comercialização os trabalhadores se encontram em situação de subalternidade à dinâmica do capital. O autor explica que a degradação se intensifica devido ao fato de que os produtores são o elo mais fraco de toda a cadeia produtiva, cuja característica fundamental é o monopólio das ações. A degradação que antes era física, passa então a ser moral. Ferreira (2009) conclui, portanto, que esse ciclo poderia se romper se houvessem iniciativas para introdução de novas tecnologias sociais que atenuassem ou extinguissem o processo insalubre de cultivo das fibras. O autor sugere ainda que a criação de políticas públicas reguladoras do processo produtivo e dos preços de comercialização do produto poderiam ser boas aliadas para a diminuição da degradação física e moral envolvida no cultivo da fibra.

Corroborando, o estudo de Araújo (2012) enfatiza o olhar sobre a necessidade de se pensar em políticas públicas voltadas para a produção de fibras no Estado. A autora teve por objetivo avaliar as políticas do estado do Amazonas voltadas para este segmento, e como resultados, identificou a ausência de políticas públicas e de estratégias competitivas a longo prazo, ausência de investimentos nas áreas de pesquisa e infraestrutura, além de financiamento inadequado e ausência de suporte na organização social dos produtores.

A pesquisa de Silva e Fraxe (2012) teve por objetivo fomentar a discussão acerca do processo produtivo de juta e malva a partir de uma perspectiva sustentável. As autoras apontam que o que está em voga são os debates acerca de como aumentar a produtividade deste segmento, além de inovações tecnológicas e melhorias nas relações técnicas de produção. No entanto, as autoras explicam que os produtores seguem à revelia das decisões governamentais, além de estarem inseridos em um cenário de exploração e desigualdade.

Silva (2013) propõe um olhar para o processo produtivo de juta e malva a partir de uma perspectiva de gênero. O estudo teve por objetivo a relação das mulheres com o processo produtivo de juta e malva através da história. A autora pontua as mulheres sempre estiveram envolvidas com a cultura de juta e malva e explica que o reconhecimento de seu trabalho esteve invisível nas pesquisas ao longo de todas estas décadas. No entanto, as falas de muitos produtores demonstram que o valor que o trabalho destas mulheres possui para a produção da fibra. A autora reforça os resultados encontrados pelos pesquisadores anteriores e reafirma a necessidade de se desenvolverem políticas públicas de incentivo à produção local, de empoderamento da população, em especial às mulheres cultivadoras de juta e malva. Este processo emancipatório se faz necessário para que as produtoras estejam em condições de negociar e se articular politicamente para que possam buscar, além da garantia de seus direitos, melhorias de condições de trabalho e de vida.

Soares (2015) buscou em seu estudo compreender a relação entre as políticas públicas de desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade das cooperativas de Manacapuru, município do estado do Amazonas. Os resultados desta pesquisa atestam que é necessário o contínuo aprimoramento das políticas públicas para dar suporte aos produtores, quer seja através de assistência técnica por parte de órgãos governamentais, quer seja através de condições mais flexíveis de acesso ao crédito, melhoria do valor da subvenção econômica, incentivo tributário e garantias previdenciárias dos trabalhadores.

Por fim, mas não menos importante, dentre as pesquisas acima mencionadas, uma merece destaque especial por focar a perspectiva subjetiva do trabalhador na cultura de juta e malva: a de Silvan (2018). O pesquisador propõe em sua tese uma análise das estratégias adotadas pelos trabalhadores de juta no município de Parintins/AM para superar as condições de trabalho nas várzeas amazônicas denominadas por ele como *precárias*, lançando um olhar crítico sobre o tema. Os resultados desta pesquisa apontam que a lógica de produção do trabalhador da juta está baseada por ações pontuais opressivas, executadas no contexto do

sistema financeiro do aviamento, sistema esse que será devidamente discutido no tópico de resultados. Os resultados da pesquisa de Silvan (2018) apontam ainda para um reconhecimento efetivo de que a “*superexploração predatória do trabalho rural na Amazônia*” foi uma constante no trabalho de juta, o que culminou em sofrimento dos trabalhadores que hoje convivem com doenças e sequelas decorrentes de anos de trabalho sob condições insalubres.

O que há de comum na maioria dos estudos analisados é a urgência em fomentar a discussão a respeito da implementação de políticas públicas voltadas para a cultura de juta e malva. Os achados dos estudos apontam ainda que o que se observa é uma categoria de trabalhadores pouco articulada politicamente, que se encontra às margens das decisões governamentais, cujas maiores implicações incidem sobre si próprios. Segundo o que apontam as pesquisas, este coletivo de trabalhadores encontra-se envolto em situações de exploração, muito embora sejam detentores dos meios de produção. Sobre isso, Siqueira (2013) afirma que é imperativo que haja a desconstrução e a compreensão, tanto das relações socioprofissionais quanto das relações de poder em um cenário para o desenvolvimento da autonomia. O autor explica que a mobilização coletiva é imprescindível rumo a emancipação. Sendo assim, conclui-se que é emergencial que sejam desenvolvidas mais pesquisas que possam dar conta de compreender aspectos da dimensão subjetiva do produtor de fibra em relação ao seu trabalho, de modo a fomentar discussões e incitar a proposição de estratégias em prol da aquisição de autonomia e emancipação individual e coletiva destes trabalhadores.

1.4 Psicodinâmica do Trabalho: aspectos conceituais e metodológicos

A Psicodinâmica do Trabalho pode ser definida como uma disciplina clínica, cuja base se assenta na descrição e no desvelamento da relação entre trabalho e saúde mental. Além disso, é ainda uma teoria que busca registrar os achados das investigações clínicas com base em uma teoria que engloba, ao mesmo tempo, conjecturas da psicanálise e da teoria social. (DEJOURS, 2004).

Segundo o que aponta Vasconcelos (2015) a Psicodinâmica do Trabalho está ancorada em diferentes fontes teóricas: Psicopatologia do Trabalho, a Psicanálise e a Ergonomia foram disciplinas deveras privilegiadas para estruturação da teoria. A autora explica, no entanto, que rupturas teóricas foram necessárias para que se pudesse estruturar uma investigação clínica do

trabalho que não se caracterizava como uma Psicologia ou Psiquiatria aplicadas, tampouco como uma Psicanálise aplicada ao trabalho. Sendo assim, com a publicação do *Addendum* em 1993, a disciplina que antes era denominada somente Psicopatologia do Trabalho sofreu uma transformação, passando a chamar-se Psicodinâmica do Trabalho. Nesta obra, Dejours se propõe a esclarecer a mudança teórica e epistemológica de uma disciplina para a outra. Esta mudança, segundo a autora, se deve à transição do objeto de estudo da disciplina: a doença passa a não ser mais o foco, enquanto a normalidade enigmática passa a figurar como o principal interesse de investigação (VASCONCELOS, 2015).

Ainda no que tange a trajetória histórica da Psicodinâmica do Trabalho, Mendes e Morrone (2014) contribuem ao assinalar os três momentos distintos da construção teórica desta disciplina, marcada pela reformulação de conceitos e diálogos ampliados com outros vieses conceituais ao longo de sua trajetória. O primeiro momento se deu na década de 1980, onde o foco dos estudos repousava no sofrimento psíquico do trabalhador em confronto com a organização do trabalho. Já em meados da década de 1990, a saúde passou a ser protagonista ao passo que as discussões sobre o prazer e a importância do trabalho para a construção da identidade estiveram em pauta. Já no fim da década de 1990, uma nova tendência surge: os processos de subjetivação e patologias sociopsíquicas passam a obter destaque, bem como às análises do fator saúde no trabalho (MENDES E MORRONE, 2014).

Mendes e Facas (2011) asseveram que o objeto de estudo da Psicodinâmica do Trabalho é a análise do sofrimento face às perturbações da organização do trabalho. Ademais, a Psicodinâmica também privilegia a busca pela compreensão das estratégias utilizadas pelos trabalhadores afim de evitar o adoecimento, ressignificar o sofrimento e ter vivências de prazer. Os autores pontuam que o prazer e o sofrimento são indissociáveis ao passo que tanto o prazer pode se transformar em sofrimento quanto o sofrimento pode se transformar em prazer dependendo da complexa conjectura do trabalho.

1.4.1 A Centralidade do Trabalho

Pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, tais como a Psicologia, Antropologia, Sociologia e economia utilizam a expressão “Centralidade do Trabalho” para designar a tese de que o trabalho é protagonista nas relações sociais, na produção de riquezas e na economia,

segundo o que aponta Dejours (2017). Na perspectiva dejouriana, o trabalho se torna central por ser fundamental na construção da identidade dos sujeitos e coletivos. Considerada como uma atividade voltada a outras pessoas, o trabalho é encarado como fonte de transformação do sujeito que trabalha, atuando ainda como produtor de realização social (FREITAS, 2013). Corroborando, Cardoso (2001) explica que o trabalho é central em face à construção da identidade na medida em que oferece oportunidade de transformação de si e de realização no âmbito social. O autor enfatiza ainda que o trabalho também é central no que diz respeito à construção da sociedade, considerando que o trabalhar vai bem mais além do que o mero produzir, é, também, o viver junto, a convivência, o respeito pelo outro e o contribuir para a construção de regras sociais no trabalho. Além disso, Dejours (2007) assevera que a condição de centralidade na vida do sujeito faz com que o trabalho alcance âmbitos externos ao contexto das organizações, estando presente nos sonhos e na intimidade.

O objeto de estudo da pesquisa repousa sob as vivências de sofrimento dos produtores de juta e malva no município de Manacapuru/AM. Para compreender a natureza ontológica do presente objeto de estudo, é necessário compreender o contexto do trabalho conforme aporte teórico a ser desenvolvido nos tópicos a seguir.

1.4.2 Contexto do Trabalho: Condições, Organização e Relações de Trabalho

De acordo com o que propõe Dejours (1994) por condições de trabalho se compreende as pressões físicas, mecânicas, químicas e biológicas relacionadas ao trabalho. As perturbações imbricadas com as condições de trabalho têm consequências sobre o corpo dos trabalhadores, podendo culminar em desgaste ou doenças. As condições de trabalho não estão no cerne das discussões na teoria dejouriana, cujo interesse está voltado para a relação do sujeito com a organização de trabalho, conforme observado na trajetória histórico-conceitual da disciplina. No entanto, por ter sido influenciada por ela, a Psicodinâmica do Trabalho dialoga com a Ergonomia, que se ocupa das condições do trabalho humano.

Dejours (1997) aponta que o trabalho que envolve riscos ou perigos iminentes pode desencadear sentimentos de medo e ansiedade. Sobre isso, o autor faz uma crítica: quando os trabalhadores expostos à ambientes precários e insalubres no labor atribuem os fatores de perigo à saúde física às más condições de trabalho, é comum que seja dada ênfase analítica apenas ao

que foi expressamente verbalizado. No entanto, outra importante dimensão relacionada a esta fala é banalizada: a própria palavra, o momento em que foi verbalizada e o tom com o qual foi expressa. O autor explica, portanto, que esta é uma palavra carregada de uma ansiedade negligenciada no discurso. E enfatiza: o sentimento de medo que aflige os trabalhadores, quer seja por um ritmo de trabalho acelerado, quer por más condições de trabalho, é deletério à saúde mental dos trabalhadores de maneira progressiva e inevitável. Para neutralizar esse medo, o autor explica que os trabalhadores desenvolvem defesas específicas que serão abordadas em tópicos subsequentes.

Para Dejours (1994) a organização do trabalho diz respeito a dois distintos vieses: de um lado está a divisão do trabalho: partilha de tarefas entre os trabalhadores, repartição, ritmo, etc. Do outro lado se encontra a divisão de homens: divisão de responsabilidades, hierarquia, comando e controle. Essas divisões se efetivam por meio das prescrições e dos mecanismos de controle, conforme assevera Anjos (2013). A organização do trabalho é um potente desestabilizador da saúde mental dos trabalhadores. Ela se choca com a vida mental do sujeito, especialmente no que tange à suas motivações e desejos. Em situações favoráveis, é possível que o trabalhador adapte as condições do trabalho às suas aspirações e competências, segundo o que aponta Dejours (1994). No entanto, nos casos em que há uma organização do trabalho inflexível, qualquer tentativa de adaptação do trabalho à personalidade se torna impossível. É aí então que o sofrimento se instala: quando o trabalhador fracassa ao usar todos os mecanismos psicoafetivos e de aprendizagem possíveis para adaptar-se a uma organização rígida de trabalho (DEJOURS, 1997).

Mendes (2007) assevera que a dinâmica entre a organização do trabalho e os processos de subjetivação manifestos nas vivências de prazer-sofrimento e nas ações de enfrentamento pressupõe intensa mobilização subjetiva através da utilização da inteligência prática, da personalidade e da cooperação que, uma vez articulados, podem auxiliar na manutenção da saúde. A autora explica ainda que esses investimentos subjetivos necessitam estar inseridos em um contexto coletivo para obterem êxito, uma vez que as investidas individuais acontecem, mas não são suficientes para transformar a realidade do trabalho. Neste sentido, cabe ressaltar a importância dos locais de fala no trabalho, privilegiando a liberdade para expressão da subjetividade através da fala e ação na realidade para que haja a transformação da organização do trabalho, subvertendo, assim, o sofrimento em prazer.

As relações de trabalho, por sua vez, envolvem todas as conexões humanas decorrentes do trabalho: relações hierarquizadas com chefias ou subalternos, com pares, etc. Dejours (1997) destaca que as relações de trabalho, especialmente com a chefia, podem ser fonte de ansiedade relacionadas ao ritmo de trabalho imposto.

1.4.3 O sofrimento

Segundo Dejours (1994) o sofrimento é inevitável na relação do homem com o trabalho, considerando as complexas vivências impostas pela organização do trabalho. Para compreender satisfatoriamente essa dinâmica, há de se falar a respeito de trabalho prescrito e trabalho real. Anjos (2013) explica que as prescrições são as representações sobre as divisões do trabalho, representações essas que nem sempre correspondem ao trabalho real. O trabalho prescrito é o que precede a execução da tarefa e é levando em consideração a prescrição que o trabalhador é reconhecido ou punido, para o caso de não a obedecer. No entanto, Dejours (2006) explica que é impossível cumprir as tarefas do trabalho respeitando minuciosa e estritamente o prescrito nas instruções e procedimentos.

Segundo Ferreira (2013) o trabalho prescrito busca articular o real e o imaginário, nunca logrando êxito. É, portanto, na execução da tarefa que o trabalho real se desvela: quando situações imprevistas acontecem, extrapolando os limites do conhecimento técnico ou científico. O autor explica que o real do trabalho não deve ser compreendido como sinônimo do conceito de realidade, mas sim, como uma parte desta realidade, que está em constante transformação e resiste ao prescrito. Sendo assim, Ferreira (2013) pontua que há um abismo entre o real do trabalho e o trabalho prescrito. A saída então para este encontro com o real do trabalho seria a engenhosidade, a inteligência prática que é astuciosa e suscita a imaginação criadora e a invenção (DEJOURS, 1999). Segundo o que postula Vasconcelos (2013) a inteligência prática entra em ação para ajustar as situações imprevistas do real do trabalho. A autora propõe que esta inteligência tem suas raízes no corpo, pois as situações inesperadas são percebidas pelos trabalhadores através dos sentidos corporais.

Considerando os apontamentos teóricos anteriormente destacados, é possível então compreender o que explica Moraes (2013) quando disserta acerca dos destinos possíveis de sofrimento no trabalho: sofrimento criativo e sofrimento patogênico. A autora explica que ao

ser confrontado com as dificuldades impostas pelo real, o sujeito vivencia o sofrimento do não saber fazer e têm sua identidade questionada na medida em que seu saber fazer e sua competência são postas à prova. Inicialmente, o sujeito pode reagir de maneira passiva ou apresentar certo desânimo. Para superar a situação e completar a tarefa, o sujeito precisa agir, tolerar o sofrimento e realizar novas tentativas ou criar maneiras inovadoras. Nesta dinâmica o trabalhador mobiliza sua energia trazendo a criatividade para o centro da situação através da inteligência prática. Portanto, o sofrimento se torna criativo quando este é subvertido em prazer através do exercício da inteligência prática que entra em ação subvertendo a prescrição e conferindo ao trabalho uma característica singular do próprio sujeito. Por outro lado, quando se torna impossível a subversão do sofrimento em prazer através da criatividade, o sujeito então desenvolve estratégias defensivas para camuflar o sofrimento e manter-se no plano da normalidade (MORAES, 2013). A autora explica, portanto, que quando há uma ruptura com as estratégias defensivas e o sujeito se depara com o real que não pode ser transformado, instaura-se, portanto, o sofrimento patológico.

Neste sentido, cabe estabelecer uma reflexão teórica sobre alguns dos possíveis mobilizadores de sofrimento. Em situações cotidianas de trabalho são comuns os registros de incidentes e acidentes cujas origens são impossíveis de serem determinadas, segundo o que pontua Dejours (1999). Seriam essas falhas decorrentes de incompetências dos trabalhadores ou uma consequência de anomalias dos sistemas técnico-mecânicos? Essa incerteza é fonte de angústia e de sofrimento frente ao medo de ser incompetente ou incapaz de agir frente ao real, conforme assevera Dejours (2006). A pressão para trabalhar mal é outra frequente causa de sofrimento no trabalho. Esse sofrimento é identificado quando o trabalhador é impedido de exercer suas atividades em virtude de pressões sociais no trabalho. O relacionamento interpessoal é de má qualidade, os pares criam-lhe obstáculos, a individualidade é comum entre os colegas o que dificulta a cooperação, segundo o que explica o autor. Gernet (2014) assevera que o sofrimento pode ser ainda atrelado à ausência de reconhecimento. Segundo a autora, o reconhecimento está inserido na dinâmica da realização do ser no âmbito social e possui dois vieses: o julgamento de utilidade, que versa acerca da contribuição de uma tarefa à organização do trabalho e o julgamento de beleza, que se refere à qualidade ou a beleza de uma tarefa realizada.

Mendes e Morrone (2014) reforçam que o sofrimento pode ocorrer ainda devido a condições de trabalho inadequadas: exposição a riscos físicos, químicos ou biológicos, bem

como instalações físicas precárias. Segundo as autoras, o sofrimento pode ser identificado quando os trabalhadores relatam sentir ao menos um dos sentimentos listados a seguir: medo, insatisfação, insegurança, impotência, incerteza, alienação, vulnerabilidade, frustração, inquietação, tristeza, agressividade, desgaste físico, culpa e raiva.

Embora a categoria de análise imbricada neste estudo seja o sofrimento, há que se evitar a crença de que esse é o único afeto relacionado à dinâmica da relação homem e trabalho. O trabalho também pode ser fonte de prazer e atuar como promotor de saúde. No que tange ao prazer, Mendes e Muller (2013) explicam que este ocupa lugar de destaque para a Psicodinâmica do Trabalho. O trabalho pode ser tanto um propulsor para vivências de prazer quanto de sofrimento, mutuamente. Moraes e Garcia (2011) pontuam que o prazer, por sua vez, é experimentado no trabalho quando o sujeito encontra meios de negociação dos seus desejos com a realidade por meio da sublimação. Mendes e Muller (2013) seguem contribuindo para a construção da compreensão ontológica do prazer ao passo que afirmam que o prazer, na Psicodinâmica do Trabalho, é resultado do êxito frente às dificuldades enfrentadas pelo real. As autoras afirmam que a mobilização subjetiva que conduz à busca pelo prazer é constituída pela inteligência astuciosa, espaço de deliberação e construção do coletivo de trabalho através da cooperação e reconhecimento.

Mendes e Morrone (2014) colaboram com um entendimento prático das vivências de prazer ao enfatizar que as características das tarefas desempenhadas devem ser levadas em consideração. Atividades que demandam iniciativa, tomada de decisão, dinamismo e que propiciem ao trabalhador uma visão acerca dos resultados e importância de uma tarefa para a organização do trabalho conduzem à experiência do prazer. A Gestão do Trabalho também é fundamental para guiar ao prazer no trabalho através da flexibilização das decisões e da gestão participativa que estimula a autonomia e liberdade dos trabalhadores, conforme explicam os autores.

1.4.4 As estratégias de Defesa e de Enfrentamento

Para Dejours, era um enigma conceber que tanta exposição a sofrimento no âmbito do trabalho não culminassem em um massivo processo de adoecimento por parte dos trabalhadores (DEJOURS, 1997). Portanto, decidido a compreender como isso acontecia, descobriu a

utilização de mecanismos reguladores. Dejours (2010) explica, portanto, que nem sempre o sofrimento conduz imediatamente para a doença. Segundo o autor, para abrandar as vivências de sofrimento, os trabalhadores fazem uso de estratégias de defesa, individuais ou coletivas, que escamoteiam os sintomas e permitem, ainda que de maneira frágil, a manutenção do sujeito no plano da normalidade. A respeito disso, Moraes (2013a) explica que a dinâmica das estratégias de defesa acontece de forma inconsciente. Os trabalhadores não verbalizam diretamente a respeito do seu sofrimento, pois, na verdade, este está sendo negado através de uma estratégia inconsciente de defesa. A autora explica que as estratégias defensivas enquanto conceito representaram um marco para a Psicodinâmica do Trabalho que se constituía enquanto disciplina autônoma.

As estratégias de defesa atuam como um acordo estabelecido entre os trabalhadores que mobilizam seus esforços pela manutenção destas estratégias, com a finalidade de atenuar a percepção de medo ou sofrimento. Os sujeitos que não se adaptam ao uso das estratégias defensivas coletivas geralmente são excluídos, pois estes representam uma ameaça ao coletivo que mantém seu equilíbrio através desses recursos. Embora possam ser individuais, as estratégias de defesa coletivas são aparentemente mais eficazes para lidar com a percepção de possíveis riscos, medo ou sofrimento, devido à força do coletivo de trabalho (MORAES, 2014).

Mendes e Morrone (2014) indicam que pesquisas recentes identificaram que entre as estratégias mais comuns utilizadas pelos trabalhadores para neutralizar o sofrimento estão a negação da realidade do trabalho, racionalização, aceleração da cadência de trabalho, brincadeiras no decorrer das atividades e apoio no coletivo de trabalho.

Conforme explica Gernet (2014) os grupos masculinos se organizam com estratégias de defesa associadas com a virilidade. Nestes casos, não se fala a respeito do sofrimento ou medo, conduzindo os trabalhadores a exercerem demonstrações de coragem para convencerem a si próprios e aos demais que não há o que temer a respeito dos riscos, que são compartilhados. A virilidade, portanto, age no sentido de dar suporte à negação da percepção dos riscos e perigos. No caso das mulheres, a autora assinala que estudos apontam a domesticação do sofrimento como estratégia de defesa mais utilizada.

Moraes (2013a) assevera que as estratégias de defesa podem se transformar em ideologia defensiva, situação em que o coletivo de trabalhadores se mobiliza em prol da manutenção e defesa da estratégia. Segundo o que explica Dejours (1997) a função da ideologia

defensiva é mascarar uma grave ansiedade. O autor pontua que a ideologia defensiva não atua contra conflitos intra-psíquicos de natureza mental, mas sim, contra perigos ou riscos reais. Para que funcione, a ideologia defensiva deve ser aderida por todo o coletivo, razão pela qual aqueles que não partilham do uso da ideologia são excluídos.

Gernet (2014) pontua que as estratégias defensivas, embora protejam os trabalhadores da consciência da situação de vulnerabilidade em que estão inseridos, não contribuem para a emancipação dos trabalhadores. Se os sujeitos utilizam as estratégias defensivas com êxito, estes passam a não ter consciência de seu próprio sofrimento, o que impede a reapropriação que culmina em um processo de transformação. Sendo assim, há sério risco que as estratégias de defesa, a longo prazo, intensifiquem o sofrimento para o qual foram destinadas a atenuar possibilitando o início de um processo alienatório. A alienação reforça as situações geradoras de sofrimento, agravando-o, o que podem culminar em uma crise de identidade ou a um quadro de perturbação mental, o que caracteriza uma cisão com a eficácia das estratégias defensivas (MORAES, 2014).

Por sua vez, as estratégias de enfrentamento podem ser compreendidas como a maneira encontrada pelos trabalhadores de enfrentarem a organização do trabalho com a finalidade de transformá-la e subverter o sofrimento. Essas estratégias têm ação direta sobre a causa e seu principal mobilizador é o sofrimento criativo através da busca por alternativas frente ao real. As ações relacionadas às estratégias de enfrentamento são de natureza transgressora ao prescrito, de modo que o trabalhador precise inventar novas formas de realizar o trabalho. A Cooperação, neste sentido, se torna essencial, de modo que o trabalhador tenha liberdade de partilhar com o coletivo suas dúvidas, modos de trabalho, sem o receio de ser rechaçado ou punido pela utilização de quebra-galhos frente aos imprevistos do real. As estratégias de enfrentamento, portanto, se diferenciam das estratégias de defesa por seu caráter consciente. São potencializadas por condições favoráveis à mobilização subjetiva: a inteligência prática, a cooperação, o reconhecimento e o espaço público de fala (MORAES, 2013b).

Por fim, embora o sofrimento seja real no âmbito do trabalho e o adoecimento seja consequência possível em muitos contextos de trabalho na contemporaneidade, estudos recentes indicam que há um caminho para a transformação desse cenário (MORAES, 2015). A autora explica que para transformar esta realidade, há de se apostar na conscientização, no pensar a respeito do trabalho através da fala e da escuta qualificada que permite o acesso à

dimensão subjetiva envolvida no trabalhar, apresentando um possível caminho para a estruturação do coletivo e da cooperação nas organizações.

2 METODOLOGIA

Considerando que este estudo aborda a subjetividade como principal objeto de investigação, buscou-se considerar a abordagem metodológica que mais se adequasse no processo de desvelar os aspectos subjetivos que se propõe estudar. Sendo assim, a abordagem qualitativa se desvelou neste cenário como a mais coerente, dadas as circunstâncias deste estudo.

Minayo (2009) afirma que a pesquisa qualitativa se ocupa de questões muito particulares de realidades que não podem ser quantificadas nem analisadas através de uma lente simplificadora e disjuntiva. Este tipo de pesquisa tem seu foco voltado para os significados, das crenças, valores e atitudes, fenômenos essencialmente subjetivos que não se distinguem da realidade social compartilhada com seus pares. Deslauriers e Kérisit (2010) sugerem que a escolha do método qualitativo deve ser feita resguardando-se as especificidades do objeto a ser estudado. Estes autores explicam que a aplicação do método qualitativo é conveniente quando o objetivo da pesquisa é o aprofundamento de fenômenos complexos, tal como a dimensão subjetiva da relação do sujeito com o trabalho.

Este estudo é caracterizado como Pesquisa de Campo. De acordo com o que afirma Gonsalves (2001) a pesquisa de campo é aquela cujas informações são obtidas através do contato direto do pesquisador com a população pesquisada. Sendo assim, o pesquisador necessita deslocar-se até o local onde o fenômeno é observado e reunir uma gama de informações a serem registradas. Minayo (2009) assevera que o trabalho de campo possibilita que o pesquisador adentre a realidade que abrigam as possíveis respostas aos questionamentos da pesquisa, construindo assim um conhecimento empírico de grande relevância especialmente no âmbito social.

De acordo com o que postula Dejours (2017) o método da Psicodinâmica do Trabalho, é, em sua essência, de caráter compreensivo. O autor explica que fazer uso deste método implica ao clínico ou ao pesquisador desnudar-se de sua posição de suposto saber, buscando primordialmente compreender o sentido que os discursos têm para os trabalhadores, antes que possa analisar qual sentido teria para si próprio, enquanto pesquisador.

Segundo o que explicam Mendes e Araújo (2011) a metodologia *stricto sensu* em Psicodinâmica do Trabalho foi designada por Dejours como Clínica do Trabalho e da Ação. De

acordo com o que postula Rossi (2014) esta metodologia tem como base a palavra do sujeito expressada através de sessões coletivas com grupos de trabalhadores. Para Martins (2015) a clínica do trabalho tem por objetivo promover um espaço de discussão que possibilite que os trabalhadores, através de suas falas e escutas sobre as vivências no trabalho, elaborem a construção dos sentidos sobre sua situação de trabalho através da análise da organização do trabalho. Lima e Costa (2013) explicam que o mais importante neste processo é a compreensão da experiência subjetiva no trabalho, bem como a ampliação da mobilização coletiva guiada para uma ação efetiva. Para uma compreensão contextualizada, propõe-se, nos tópicos abaixo, uma sistematização sintética da metodologia da Psicodinâmica do Trabalho conforme propõe Dejours (2011):

- *A pré-pesquisa:* se configura como o preparo para a pesquisa propriamente dita e é ainda a etapa em que se realiza a análise da demanda. Além disso, este é o momento em que se define quem irá acompanhar o pesquisador, que não poderá atuar sozinho e quais e quantos serão os participantes da pesquisa. O levantamento da história, informações e as visitas preliminares ao campo também são feitas nesta etapa.
- *A pesquisa:* O espaço destinado a realização da Clínica deve ser nas dependências do local de trabalho. Durante o decorrer dos encontros, deve-se focar nos temas concordantes a todos os participantes e ainda, nas divergências entre os membros do grupo. O observador deverá manejar temas negligenciados e reinseri-los nas discussões para verificar se há ressonância. As manifestações de sofrimento, prazer, as características da organização do trabalho serão mediadas pela interpretação do pesquisador, o que pode culminar no surgimento de novas temáticas, ou mesmo na reformulação ou ampliação de temas já abordados, contribuindo para a elaboração coletiva. O autor pondera a respeito da importância do aprimoramento técnico e teórico dos pesquisadores, que devem ser capazes de conter possíveis tensões psíquicas provenientes do processo, o que demonstra que a aplicação da metodologia Psicodinâmica requer preparo e sensibilidade por parte da equipe de pesquisadores. A pesquisa subdivide-se em 4 diferentes momentos. O primeiro deles diz respeito à análise da demanda. Esta etapa é essencial, pois é através dela que se verifica a possibilidade de execução da pesquisa, além de servir como fio condutor que norteará as interpretações das falas durante o desenvolvimento dos grupos

através da demanda expressa dos trabalhadores. A segunda etapa é a de análise do material, que é o resultado das falas dos trabalhadores expressas durante os encontros. São as falas dos trabalhadores, suas formulações subjetivas que os trabalhadores fazem de sua relação com o trabalho. A terceira etapa, por sua vez, diz respeito à observação clínica. Neste momento, os pesquisadores buscam registrar as interações entre o coletivo de trabalhadores e de pesquisadores. Trata-se de descrever tudo o que foi percebido imediatamente após o encontro, buscando captar os fatos a partir de uma ótica intersubjetiva. A interpretação é a última das etapas da pesquisa. Este é o momento em que todo o material coletado através da análise da demanda, do material da pesquisa e da observação clínica são analisados com a finalidade da construção de sentido.

- *Validação e Refutação:* O autor explica que esta etapa se subdivide em dois distintos momentos: o primeiro deles ocorre no decorrer da pesquisa com a validação das interpretações e em um segundo momento, quando da inclusão de um novo participante ao grupo os colegas propuserem uma sessão de atualização. Estas validações e refutações ocorrem a partir da leitura do relatório confeccionado pelos pesquisadores do que foi colocado em pauta na sessão anterior. Nestes momentos se constroem validações e refutações sucessivas e fundamentais para a pesquisa.

No entanto, Martins (2015) explica que os pressupostos da metodologia dejouriana vêm ganhando adaptações e acréscimos, especialmente no contexto brasileiro. Mendes (2007) corrobora esta afirmação ao enfatizar que embora a Clínica do Trabalho e da Ação seja o método privilegiado para se utilizar em Psicodinâmica do Trabalho, é facultado aos pesquisadores a realização de adaptações, à medida em que o método em si mesmo não é compreendido como o fator que atesta a cientificidade da pesquisa. Sendo assim, ao longo dos anos algumas variações metodológicas foram realizadas, no entanto, mantendo os princípios os objetivos teóricos centrais: desvelar o trabalho e sua complexidade, além de desnudar “contradições e intersubjetividades” (MENDES, 2007).

O campo eleito para este estudo possui uma particularidade: é de difícil acesso, pois está situado em localidades nas quais se chega somente através de barco, na Zona Rural do município de Manacapuru, distante 73 km de Manaus. Neste contexto, não se vislumbrou a possibilidade de a prática da Clínica do Trabalho e da Ação acontecer devido a frequência com

as quais as reuniões precisam acontecer e a inconstância das idas até as comunidades. Sendo assim, respeitadas as particularidades de acesso ao campo e tomando como exemplo o que apontam Martins (2015) e Mendes (2007) acerca das adaptações metodológicas em Psicodinâmica do Trabalho, propôs-se também uma variação para este estudo, na qual a base teórica da disciplina foi mantida, porém, utilizando-se de outro método. O proposto foi explanado detalhadamente nos tópicos que seguem.

2.1 Caracterização do local e dos participantes da pesquisa

As entrevistas foram realizadas em localidades distintas no município de Manacapuru/AM. São elas: Ilha do Supiá, Ilha do Marrecão e Costa da Cabaleana. As localidades em questão foram eleitas mediante critério de acessibilidade, sendo as mais próximas do município de Manacapuru, com uma média de traslado de 30 a 45 minutos de lancha a partir do porto desde município. O previsto no projeto de pesquisa contemplava realizar entrevistas individuais com 10 produtores de Juta e Malva, no entanto, ocorreram algumas modificações na execução da coleta de dados. A respeito disso, Vasconcelos (2011) pontua que, embora seja necessário realizar um planejamento de execução da pesquisa, é necessário que o pesquisador seja dinâmico e flexível, pois a aplicabilidade prática pode requerer alterações e mudanças de planos, considerando as características complexas do objeto de estudo na metodologia qualitativa. Neste sentido, ao todo, foram realizadas 13 entrevistas, sendo 8 entrevistas individuais e uma entrevista coletiva com 5 participantes do gênero feminino. É importante ressaltar que a entrevista coletiva foi concedida mediante pedido das próprias trabalhadoras que preferiram ser entrevistadas em grupo. Neste sentido, conclui-se que, embora extrapole o prescrito da pesquisa, este cenário foi compreendido como um reflexo dos modos de vida dessas trabalhadoras que tem o viver junto como uma característica marcante das comunidades das quais fazem parte. Por este motivo, o pedido foi acatado, culminando na coleta de dados importantes sobre a dinâmica coletiva deste grupo.

Com vistas a garantir o sigilo e resguardar a identidade dos produtores e produtoras entrevistadas, utilizaram-se alcunhas para identificar cada trabalhador entrevistado. Sendo assim, foram escolhidos nomes de estrelas de constelações diversas. Os nomes selecionados para o gênero masculino foram: Altair, Pólux, Sirius, Asterion, Nash, Rigel e Arcturus. Já os nomes escolhidos para as participantes do gênero feminino foram: Bellatrix, Nashira, Rana,

Adhara, Zaniah e Meissa. Os participantes em questão têm entre 25 e 69 anos e os critérios de inclusão utilizados para definir se os mesmos estariam aptos a participar da pesquisa foram: ser produtor de juta e/ou malva de qualquer gênero; estar envolvido com pelo menos 3, das 6 fases de produção; ser maior de dezoito anos e colaborar ao assinar o TCLE. Por outro lado, os critérios de exclusão foram: participantes cujos outros três familiares já tenham sido entrevistados e participantes que não tenham a cultura de juta e malva como principal fonte de subsistência.

2.2 Desenvolvimento da Pesquisa

Para efeito de contextualização, o interesse na produção de conhecimento no contexto amazônico surgiu não só pelo interesse da pesquisadora nos modos de vida e trabalho desses povos, mas também como uma forma de retribuição simbólica ao fomento do Estado nesta pesquisa através da Fundação de amparo à pesquisa do estado do Amazonas - FAPEAM. Sendo assim, inicialmente foram considerados diversos tipos de trabalho próprios desta região, tais como a pesca, a agricultura de hortaliças e frutas e a “pesca de árvores”. No entanto, foi a partir das discussões coletivas no Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho – LAPSIC/UFAM e supervisões com as orientadoras deste estudo que a cultura de juta e malva passou a ser uma atividade de interesse. Durante as reuniões no laboratório são discutidas as propostas de pesquisas, de forma que as trocas e a cooperação entre o coletivo de pesquisadores tornaram-se elementos fundamentais para a concretização deste estudo.

Tão logo foi se intensificando o interesse em realizar esta pesquisa tendo como participantes os produtores de juta e malva, iniciou-se uma revisão na literatura acerca de trabalhos realizados com este coletivo de trabalhadores. Foi através deste momento exploratório que por intermédio da pesquisa de Soares (2015), a Cooperativa Mista Agropecuária de Manacapuru LTDA – COOMAPEM surgiu como um possível apoio para a realização deste estudo. Ocorreu um primeiro contato através da presidente da Cooperativa, momento no qual as motivações da pesquisa foram explanadas, pesquisa esta cujo foco repousa na relação entre subjetividade e trabalho. A responsável pela instituição expressou grande contentamento em poder auxiliar na produção do estudo, oferecendo total anuência da Instituição.

Com a obtenção da anuência institucional e aprovação do Projeto de Pesquisa pela Comissão de Ética em Pesquisa – CEP, o processo de coleta de dados foi iniciado. A trajetória da coleta de dados desta pesquisa dividiu-se em duas diferentes partes. A primeira parte se consolidou conforme o previsto e contou com a acolhida e suporte logístico da Cooperativa Mista Agropecuária de Manacapuru LTDA – COOMAPEM, acontecendo em dois momentos distintos: na primeira oportunidade não se realizaram entrevistas, apenas a observação e conversas informais no ambiente físico da Cooperativa, com o objetivo de obter familiarização da pesquisadora com o campo a ser estudado. Ainda nesta visita se deu o primeiro contato, via telefone, com um dos produtores que foram entrevistados posteriormente. No segundo momento, concretizou-se a ida efetiva até a primeira comunidade visitada, Ilha do Supiá, localidade onde foram entrevistados os três primeiros participantes da pesquisa. Foram eles: Altair, Pólux e Sirius. Com transporte próprio, foi feito o deslocamento até o município de Manacapuru, onde a presidente da Cooperativa aguardava para a partida. O traslado até a comunidade teve duração média de 1h e se deu com embarcação própria da Cooperativa.

No entanto, para que fosse possível cumprir o cronograma da pesquisa alguns prazos teriam que ser cumpridos, o que inviabilizou o prosseguimento da pesquisa da Cooperativa, considerando que o calendário de atividades com os cooperados ainda iria levar um certo tempo para iniciar. Neste sentido, foi necessário a mudança de estratégia para finalizar o processo de coleta de dados dentro do cronograma estipulado. Este percalço corrobora os já mencionados apontamentos de Vasconcelos (2011) no que diz respeito à flexibilidade do pesquisador em adotar novas estratégias com vistas a contornar as dificuldades que podem surgir no campo para que a pesquisa seja consolidada. Neste sentido, a inteligência prática por parte da pesquisadora foi mobilizada ao passo que alternativas começaram a ser consideradas.

Sendo assim, este momento, que se configura como a segunda parte da trajetória da coleta de dados desta pesquisa, aconteceu através de colaboração com outra pesquisadora. Em viés prático: por sugestão da coorientadora deste trabalho foi possível entrar em contato com uma aluna do curso de Medicina da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, cuja pesquisa de iniciação científica tinha como participantes os jaticultores e malvicultores no município de Manacapuru/AM. A pesquisadora em questão já vinha desenvolvendo pesquisa nas localidades na área da saúde coletiva há 1 ano, dispunha acesso facilitado ao traslado e solidariamente se dispôs a cooperar com este estudo. Algumas semanas após o primeiro contato com a pesquisadora, a ida até as comunidades aconteceu, onde na oportunidade três

comunidades foram visitadas: Ilha do Supiá, Ilha do Marrecão e Ilha da Cabaleana. Os trabalhadores entrevistados nesta segunda etapa da coleta de dados foram os seguintes: Asterion, Nash, Rigel, Arcturus, Bellatrix, Nashira, Rana, Adhara, Zaniah e Meissa.

2.3 Instrumento e Procedimentos de Coleta dos Dados

Os dados foram coletados através de entrevistas semi-estruturadas, cujo roteiro está disponível na seção de ANEXOS. Segundo o que pontua Minayo (2009) a entrevista se constitui como estratégia mais utilizada no contexto do campo e tem como finalidade obter informações pertinentes para a construção do objeto de pesquisa através da abordagem de temas relacionados a ele. A autora explica que a entrevista semi-estruturada combina perguntas fechadas e abertas, ficando o entrevistado livre para discorrer a respeito da temática sem necessariamente se limitar à indagação inicial. Mendes (2007) explica que as entrevistas semi-estruturadas individuais e coletivas têm sido utilizadas ao longo dos anos como fonte alternativa de coleta de dados em pesquisas que utilizam a Psicodinâmica do Trabalho como aporte teórico. Segundo a autora, a entrevista em Psicodinâmica do Trabalho privilegia a escuta enquanto premissa básica, voltando o foco de sua análise na relação subjetiva do entrevistado com o assunto abordado. O roteiro inicialmente proposto para a realização das entrevistas consta de 10 questões e está disponível nos anexos deste projeto, sendo estruturado com base nos quatro eixos temáticos preconizados por Mendes (2007):

- Organização do Trabalho;
- Sofrimento e Prazer decorrentes do trabalho;
- Formas de Enfrentamento do sofrimento;
- Possíveis impactos sobre a saúde.

É importante mencionar que com o passar das primeiras três entrevistas, foi observada a necessidade de acrescentar o seguinte questionamento final: “Alguma outra coisa que queira falar?”. Um aspecto identificado nestes momentos iniciais foi que, após os agradecimentos pela participação, alguns produtores continuaram falando sobre o trabalho, adicionando outros elementos às suas falas. Após este questionamento ser acrescentado, percebeu-se que frequentemente os trabalhadores entrevistados posteriormente reforçavam aspectos já

mencionados ou revelavam aspectos importantes referentes às categorias de análise que não haviam sido mencionadas nas questões anteriores.

Um detalhe não observado no inicial momento em que se elaborou o roteiro de perguntas foi a relação entre o gênero feminino, trabalho doméstico e trabalho externo. Neste sentido, quando entrevistadas do gênero feminino, a seguinte pergunta foi realizada: “Você é responsável pelas atividades domésticas? Se sim, como se divide entre o trabalho fora e o trabalho em casa?”. Finalmente, por uma consequência natural da entrevista com o grupo de mulheres, a seguinte questão foi acrescentada: “O que significa para vocês trabalharem juntas?”. Neste sentido foi possível obter respostas valiosas referentes às diferenças do trabalho entre gênero.

Os cuidados referentes à aplicação das entrevistas se deram através de alguns elementos, entre eles: apresentação pessoal da pesquisadora, explicitando o motivo da visita e das entrevistas, bem como a explicação de todos os tópicos constantes no TCLE. Szymanski (2011) ressalta a importância de grande parte desses cuidados para a boa condução das entrevistas.

Durante as entrevistas percebeu-se que os participantes se sentiram à vontade para falar a respeito do trabalho, alguns deles agradeceram a oportunidade de serem ouvidos, o que sugere a importância do espaço público de discussão sobre o trabalho neste contexto. Neste sentido, é possível ressaltar ainda que os cuidados adotados pela pesquisadora contribuíram para que as falas pudessem ocorrer de maneira livre. Segundo o que aponta Dejours (2004), o pesquisador não deve se colocar no lugar de especialista durante o trabalho de campo, mas sim de interlocutor para que o acesso ao discurso seja propício. O autor explica que os elementos devem ser postos de maneira mais clara possível, facilitando a verbalização, portanto, a fala simples e calma foi adotada, facilitando a compreensão e o diálogo com os participantes.

Por fim, é importante ressaltar que, embora não possa ser considerado formalmente como um instrumento de coleta de dados, o diário de campo foi utilizado como um recurso pessoal para o registro de dados importantes, observações e impressões pertinentes para o estudo.

2.4 Análise dos dados

Para a etapa de análise de dados, foi utilizada a sistemática da Teoria Fundamentada / *Grounded Theory*, conforme adaptação de Moraes (2010). A *Grounded Theory* é uma metodologia de pesquisa qualitativa que não tem por finalidade a testagem de teorias, mas sim a criação de novas a partir da análise de dados sistematicamente organizados e agrupados de acordo com categorias centrais (GONÇALVES, 2016).

Considerando que a Psicodinâmica do Trabalho é uma teoria consolidada, a utilização da *Grounded Theory* enquanto técnica de análise de dados consistiu apenas no uso do modelo de sistemática de análise através da articulação dos dados coletados nas entrevistas individuais, conforme proposto por Moraes (2010).

Sendo assim, inicialmente, as entrevistas foram ouvidas na íntegra e somente após esse primeiro momento, foram transcritas. Na sequência, foram identificadas as falas mais significativas de cada entrevista realizada ao passo que se realizou uma síntese de todas as respostas com base nas perguntas do roteiro. Com base nessas sínteses, iniciou-se um processo de observação de relação das falas com as categorias e prováveis subcategorias.

A partir da categorização dos dados, teve início a etapa da comparação constante: a resposta de cada trabalhador foi comparada com a resposta dos demais, tanto no que diz respeito às respostas das perguntas específicas, quanto no que tange aos conteúdos soltos que emergiram através de outras perguntas. Por conseguinte, realizou-se a integração teórica com os dados coletados empiricamente. É importante destacar que durante as entrevistas foram observados gestos, expressões faciais e entonações de voz devidamente registrados, que posteriormente viraram dados que foram cruzados com as análises das falas dos participantes.

Por fim, cabe ressaltar que a construção da análise de dados se deu a partir de leituras e integração teórica-empírica por parte da pesquisadora, bem como a partir de supervisões com as orientadoras e construção coletiva a partir das reuniões no Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho – LAPSIC da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

2.5 Aspectos Éticos

Este estudo está em conformidade com os aspectos éticos desejáveis a uma pesquisa com seres humanos. Neste sentido, os cuidados tomados envolveram o respeito à dignidade e autonomia do participante, bem como a análise de riscos e benefícios, a leitura conjunta do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE -, com cada participante e a submissão e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, cujo Certificado de Apresentação para Apreciação Ética – CAAE é o seguinte: 921663318.6.0000.502

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A estruturação deste capítulo foi orientada em consonância com os objetivos deste estudo, contemplando as categorias de análise centrais, a saber: sofrimento, organização do trabalho e estratégias de enfrentamento. As categorias “Inteligência Prática” e “Reconhecimento” foram identificadas nas falas dos entrevistados e serão abordadas nos tópicos com as quais dialogam, segundo o que sugere a análise dos dados: o não reconhecimento enquanto agravante na categoria sofrimento e a inteligência prática como ponto de partida para elaboração dos saberes de prudência e estratégias de enfrentamento. Com o objetivo de não descaracterizar as falas dos trabalhadores, todas as transcrições de áudios contidas neste capítulo estarão em sua forma literal, respeitados os vícios de linguagem e variações linguísticas características da região. Outrossim, todos os nomes que constam nas descrições são fictícios, visando preservar a identidade dos entrevistados.

Para que seja possível satisfazer o questionamento central desta pesquisa de maneira lógica, é necessário, à priori, dissertar acerca da Organização do Trabalho, sobre o qual o primeiro tópico deste capítulo versará. Neste tópico, serão explanados como se configuram as atividades, a divisão de tarefas e de pessoas, bem como as relações socioprofissionais. Em seguida, o tópico “Sofrimento” irá abordar como essas vivências se configuram na cultura de juta e malva a partir do que sugere a interpretação dos dados à luz da teoria Psicodinâmica, vislumbrando ainda quais os possíveis agravantes da Organização do Trabalho para intensificação desse sofrimento. Ainda neste tópico, serão levantados alguns possíveis desdobramentos destas vivências de sofrimento para a Saúde Mental dos trabalhadores. Por fim, serão abordadas quais Estratégias de Enfrentamento possivelmente utilizadas pelos trabalhadores com base nos relatos a fim de atenuar o sofrimento relacionado ao trabalho.

3.1 As condições e a organização do trabalho na cultura de juta e malva

Segundo o que assevera Dejours (1994) quando não é mais possível rearranjar a organização do trabalho e quando a relação do trabalhador com a organização do trabalho é bloqueada, o sofrimento tem início, ao passo que a energia pulsional que não consegue ser canalizada através do exercício do trabalho culmina em sentimentos de desprazer e tensão. Neste sentido, a Organização do Trabalho figura como importante elemento mobilizador de

sofrimento. Sendo assim, Mendes e Araujo (2011) pontuam que é imperativo desnudar a organização do trabalho para que seja possível ter acesso às vivências de prazer e sofrimento, as configurações dos processos de subjetivação, as possíveis patologias associadas e os processos de saúde e adoecimento. Por esta razão, a Organização do Trabalho foi a categoria de análise elencada para dar início a este capítulo e está dividida em subtópicos. O primeiro deles versa acerca do processo produtivo, foi estruturado a partir dos relatos dos trabalhadores sobre o conteúdo das atividades em cada etapa de produção com o objetivo de contextualizar o leitor para compreender as análises à luz da teoria nos tópicos subsequentes. O segundo subtópico aborda o processo histórico de construção do saber-fazer na cultura de juta e malva. O terceiro tópico aborda a divisão de tarefas e de pessoas na cultura e por fim, mas não menos importante, o último tópico versará acerca das relações de trabalho imbricadas na cadeia produtiva para que seja possível compreender a Organização do Trabalho na cultura de juta e malva de maneira contextualizada.

3.1.1 A cadeia produtiva

Para iniciar este tópico, faz-se necessário compreender a definição de cadeia produtiva. A presente pesquisa faz uso da concepção de Batalha (1997) que define as cadeias produtivas como sendo um conjunto de atividades articuladas de forma progressiva de desenvolvimento de um produto, desde seus aspectos mais elementares, tal qual a matéria-prima ou matérias-primas utilizadas até os processos finais que culminam no produto acabado, incluindo as etapas de distribuição e comercialização. Neste sentido, com o objetivo de compreender minuciosamente como funciona essa cadeia na cultura de juta e malva, constou do roteiro de perguntas um questionamento acerca da operacionalização de cada etapa do processo de maneira mais detalhada. Os relatos dos entrevistados conduziram à sistematização apresentada a seguir. Importante mencionar que foram incluídas referências de Lei e Decreto para enriquecer a leitura.

3.1.1.1 A aquisição e distribuição das sementes

Os trabalhadores entrevistados adquirem as sementes de três maneiras diferenciadas. Produtores Cooperados com a COOMAPEM adquirem as sementes a partir de distribuição gratuita, quando disponível, a partir dos repasses do Governo do Estado. O processo de

distribuição gratuita teve início no ano de 2003 pela Secretaria de Produção Rural – SEPROR, que operacionaliza a distribuição a partir do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM, com o objetivo fomentar a produção e auxiliar a renda dos produtores, em conformidade com a Lei nº 10.711 de 5 de agosto de 2003 e do Decreto nº 5.153, de 23 de julho de 2004. Quando os repasses são efetivados, a Cooperativa, que dispõe de um barco, realiza a entrega aos Cooperados ou os recebem na sede da Cooperativa para retirada das sementes. No entanto, quando não há a distribuição gratuita, os produtores cooperados adquirem as sementes através de distribuição com atravessadores ou por meio do contato direto com as indústrias com sede em Manacapuru. Os produtores não cooperados, por sua vez, também são abastecidos com sementes distribuídas através de negociação com atravessadores e indústrias. Segundo os relatos, os atravessadores são pessoas sem ligação direta com as empresas, mas que intermediam a distribuição de sementes e compra de fibras, entre empresa e produtores. Estes atravessadores adquirem as sementes com as Indústrias e os produtores pagam as sementes distribuídas por eles através de permuta: paga-se com a fibra. Os preços praticados variam, no entanto, os produtores afirmam que fica entre uma média de 7 a 8 kg de fibra seca e enfardada para cada quilo de semente. Os trabalhadores comumente se referem aos atravessadores como os “patrões”, ainda que não haja vínculo empregatício.

Desde o ano de 2014 os produtores cooperados têm negociado com as indústrias ou com atravessadores, haja vista a COOMAPEM ter sofrido um sinistro em 2013 onde, na oportunidade, um incêndio de grandes proporções atingiu o galpão da Cooperativa consumindo toda a safra do ano. A partir de então, a Cooperativa acumulou dívidas precisando paralisar suas atividades até o ano de 2019.

3.1.1.2 Plantio das sementes

As sementes são semeadas no período de vazante em que as terras ficam apropriadas para a agricultura. Esta semeadura se inicia, em geral, no mês de setembro enquanto as terras estão úmidas, não compactadas e enlameadas. As primeiras sementes lançadas ao solo em terras baixas são as sementes de juta, que demoram cerca de 7 a 8 meses para se desenvolver e em sequência são lançadas ao solo as sementes de malva, que demanda um prazo de 3 a 4 meses. Um aspecto fundamental é que caso o plantio das sementes ocorra de maneira tardia, as fibras serão colhidas com a enchente já instalada. Dependendo da velocidade da alagação, há risco iminente de perda de toda a produção, seja pela não maturação adequada das plantas, seja pela

dificuldade encontrada pelos trabalhadores de realizar o corte das fibras que já se encontram debaixo da água. Quando isso acontece, por muitas vezes o trabalhador precisa mergulhar para que seja possível cortar a planta rente ao solo. Isto pode dificultar o cronograma da colheita, causando extrema intensificação do ritmo de trabalho.

3.1.1.3 Manutenção da área plantada

A manutenção da área em que as sementes foram plantadas ocorre em um período de aproximadamente 4 meses, intervalo entre o momento em que as sementes são plantadas e o desenvolvimento efetivo das fibras. A manutenção consiste em realizar a limpeza constante da área, evitando o sufocamento das fibras pela vegetação natural da várzea que cresce de maneira concomitante. Caso o plantio das sementes ocorra tardiamente, é possível que a vegetação da área já esteja se desenvolvendo, o que faz com que seja necessário fazer a limpeza no terreno para realizar a plantação das sementes

3.1.1.4 A colheita

O período de colheita acontece durante os meses de fevereiro a junho, momento em que as fibras de juta e de malva alcançam o crescimento estimado entre 3 a 4 metros de altura. A colheita da juta ocorre antes da colheita da malva, devido ao tempo de desenvolvimento da juta que acontece de maneira mais rápida. Este processo se inicia com o corte das plantas. As hastes são então postas juntas para formar pequenos feixes com aproximadamente 20 a 30 hastes cada. Dependendo da distância do roçado para o rio, os produtores precisam carregar por longas distâncias os pesados feixes, já tendo desenvolvido algumas estratégias para contornar essa dificuldade, que serão explicitadas e analisadas em tópicos subsequentes.

3.1.1.5 Imersão na água para maceração biológica

Nesta etapa, os feixes são conduzidos até a água para o processo de maceração biológica. Esta etapa é importante para facilitar o processo de desfibramento. O prazo de submersão dos feixes depende de uma série de fatores, tais como a temperatura e qualidade da água, a idade da planta, entre outros. No entanto, o prazo médio do dito “afogamento” dos feixes é de 8 a 10 dias.

3.1.1.6 O Desfibramento

Após o período de maceração biológica das fibras, eis que chega o momento do desfibramento. Durante os dias em que os feixes ficam submersos na água, o desprendimento das fibras se torna muito mais fácil. Nesta etapa, os trabalhadores ficam dentro da água por cerca de 8 a 10 horas por dia, com água acima do joelho, ou, por vezes, na altura do ombro. O processo consiste em remover os talos que envolvem a fibra das hastes para obter a fibra “in natura”.

3.1.1.7 Secagem

Após o processo de desfibramento, chega a hora da secagem. Este processo consiste em estender as fibras sobre o varal, revirando-as, para que possam secar de maneira uniforme. Esta etapa requer muita dedicação e depende, exclusivamente, da natureza. É necessário ficar atento para que as fibras não molhem e esperar que o sol e os ventos apareçam para que o processo complete de maneira exitosa. Dependendo da intensidade do sol, as fibras levam de 2 a 4 dias para secar. Após as fibras secarem corretamente, são agrupadas em fardos.

3.1.1.8 Armazenamento e Comercialização

Os fardos montados são armazenados no paiol do produtor, local protegido contra os efeitos do sol e das chuvas, com o objetivo de manter as fibras com boa qualidade. Dependendo da velocidade da enchente, o paiol pode ficar vulnerável a alagamentos, o que obriga o trabalhador a comercializar as fibras ao menor valor ofertado no mercado.

A COOMAPEM, que dispõe de um barco, parte de Manacapuru com destino aos cooperados para realizar a coleta das fibras e posterior comercialização aos principais clientes, fabricantes de sacarias e estopas dos estados do Amazonas, Pará e São Paulo. Quando negociam direto com o atravessador, os produtores os aguardam nas comunidades para realizar a retirada das fibras. Os produtores que negociam com as empresas e possuem barco, fazem o traslado das fibras até as sedes. Todos os produtores entrevistados negociam, ou já negociaram com atravessadores, haja vista a paralisação da Cooperativa desde o ano de 2014.

Os relatos apontam que, das 8 entrevistas individuais realizadas, 7 trabalhadores consideram a cultura de juta e malva como a principal fonte de renda familiar. Os mesmos dados se confirmaram no grupo feminino. Sendo assim, ao final da safra, os produtores recebem

os valores devidos e se organizam de diferentes maneiras para gerir as finanças até a safra seguinte. Neste contexto, relatam que o pagamento da subvenção econômica é de grande relevância para que consigam atravessar o segundo semestre até o ano seguinte. A subvenção é uma política pública de incentivo realizada pelo Governo do Estado do Amazonas conforme decreto 24.196 de 29 de abril de 2004 que age como um complemento de renda aos produtores. A operacionalização do pagamento é de responsabilidade da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – ADS.

3.1.2 A construção do saber-fazer

Para compreender a organização do trabalho dos produtores, há de se compreender que esta cultura se enquadra, em todos os casos entrevistados, como agricultura familiar. De acordo com a lei nº11.326 de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Brasil, 2006), é considerado agricultor familiar ou empreendedor familiar rural aquele que desenvolve suas atividades no meio rural e é detentor de área de até quatro módulos fiscais. Além disso, a lei também determina que os produtores envolvidos devem pertencer a um mesmo núcleo familiar e a atividade agropecuária deve ser sua principal fonte de renda. Por fim, a lei estabelece que o produtor deve possuir relação particular com a terra, que deve ser ao mesmo tempo, seu campo de trabalho e moradia. Observadas as características das quais dispõe a lei nº11.326, doravante mencionada, pode-se concluir que os produtores entrevistados se enquadram ainda na categoria de trabalhadores autônomos. Segundo definição de Vilhena (2005) trabalhadores autônomos são aqueles cujas atividades profissionais são exercidas sem vínculo empregatício, por conta própria, podendo ainda escolher o lugar, o modo, o tempo e a forma de execução. Segundo o autor, a característica principal do trabalhador autônomo é a independência, haja vista não possuir subordinação a nenhum empregador.

Por se tratar de um trabalho autônomo e de ordem da agricultura familiar, na organização do trabalho dos entrevistados não foram observadas prescrições no sentido stricto sensu, enquanto tarefa, com suas instruções e procedimentos, conforme assinala Dejours (2006). Portanto, observada essa particularidade, é possível concluir que, por se tratar de uma atividade autônoma, a organização do trabalho na cultura de juta e malva acontece a partir do

que é planejado. Neste sentido, o real se desvela a partir das perturbações frente ao que é programado.

Entre a maioria dos entrevistados, o contato com a cultura de juta e de malva ocorreu ainda na infância: das 8 entrevistas individuais realizadas, 7 trabalhadores afirmaram que começaram a trabalhar com juta e malva ainda crianças, incentivados pelos pais, conforme relato de Pólux:

A senhora vai ver lá na Bíblia as tradição, o que é tradição? Tradição dos nossos pai, que na Bíblia é passando dos filhos para os filhos, neto, quer dizer... mesmo assim a nossa tradição aqui é malva e juta. (...) Não foi uma escolha... foi uma tradição que veio dos nossos bisavôs. (PÓLUX).

Outrossim, entre o grupo feminino, a iniciação na cultura de juta e malva em todos os casos se deu ainda na infância, a partir do contato com o trabalho de seus pais e avós:

Veio já dos nossos pais, os pais dos meus pais criaram eles, hoje nós aprendemos com eles e hoje estamos criando nossos filhos. (RANA)

As falas sugerem que o saber-fazer no trabalho de juta e malva é construído no âmbito familiar a partir da experiência de antepassados, de construções de normas e regras coletivas, da própria vivência no campo de trabalho e da observação direta, conforme lê-se no relato a seguir:

Menina, eu... desde que eu tinha 12 anos (...) eu já sabia lavar. (...) Papai, mamãe, todo mundo, né... trabalhava com a gente, trabalhava com muita gente. Aí eu ia vendo aquilo e aprendi sem ninguém ensinar. Eu aprendi só de ver.

Nesse sentido, Dejourns (2012) afirma que o contato do trabalhador com o real e com o uso da inteligência prática faz com que se originem as regras de trabalho. Estas regras devem ser validadas pelo coletivo para que sejam consideradas regras válidas. Quando ocorre a articulação de várias regras de trabalho entre si e estas são amplamente aceitas e reconhecidas como válidas pelo coletivo, passam, portanto, a serem caracterizadas como regras de ofício, que não se limitam a ser, unicamente, macetes, truques ou habilidades individuais, mas da construção de princípios que regulam para a ação e para o gerenciamento dos problemas que se apresentam no decorrer do trabalhar (DEJOURS, ABDOUCHELI e JAYET, 1993).

Corroborando, Muniz, Athayde e Neves (2004) explicam que as regras de ofício estão intimamente relacionadas com o fato de o trabalho ser uma atividade de construção que constitui ao mesmo tempo a espécie humana, considerando que se trata de uma produção

cultural, e os sujeitos no momento histórico em que se encontram. Molinier (2008) oferece sua contribuição ao afirmar que todo coletivo de trabalho é constituído e estruturado mediante a constituição das regras de ofício. Segundo a autora, essas regras não são prescritas, mas elaboradas no dia a dia sendo a construção dessas regras a atividade deôntica. Sendo assim, segundo os autores, essa construção de atividades é constituída pelas normas e regras forjadas ao longo do tempo e direcionam o exercício dos ofícios.

A observação do campo e a fala dos entrevistados indicam, portanto, que as atividades na cultura de Juta e Malva são realizadas à luz de regras de ofício construídas historicamente. Dados encontrados em pesquisa bibliográfica reforçam esta interpretação: identificou-se no site oficial da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA uma Circular de número 63 intitulada “Sistemas de Produção”, cujo conteúdo versa sobre recomendações técnicas para a Cultura de Juta e Malva. Este documento está datado de outubro de 1975. Segundo dados que constam do capítulo de apresentação da Circular:

Embora a pesquisa regional não tenha dados a oferecer, nem exista no Estado do Amazonas aplicação e comprovação científica de técnicas modernas nestas culturas, foi realizada em Itacoatiara, AM, de 30 de setembro a 2 de outubro de 1975, um encontro entre pesquisadores, extensionistas e produtores para definir Sistemas de Produção para as Culturas em pauta. O presente documento contém resultados obtidos, que, em última análise, são a sistematização das práticas adotadas por grande parte dos produtores. (Circular n° 63, EMBRAPA, 1975)

À luz do arcabouço teórico, os dados encontrados no documento, que ganhou atualização em 1981 após novo encontro realizado no Estado do Pará, indicam que as recomendações técnicas contidas na Circular dizem respeito à sistematização das regras de ofício que conduzem o coletivo na Cultura da fibra. Para Lima (2013) o que caracteriza o coletivo de trabalho para a Psicodinâmica é justamente o processo de construção compartilhada de regras do trabalho e acordos entre os trabalhadores sobre maneiras de trabalhar e preferências individuais de cada trabalhador.

3.1.3 A divisão das tarefas: o papel do pai, dos filhos e das mulheres em contexto

Este tópico foi estruturado a partir de questões relacionadas a quantidade de pessoas que residiam na casa, a constituição familiar e a divisão de tarefas entre os membros da família ou comunidade. Segundo o que afirmam Ferreira e Mendes (2003, *apud* Silva e Freitas 2014) um dos elementos que compõe a organização do trabalho é a divisão do trabalho nos níveis

hierárquicos, técnicos e sociais. Os relatos apontam que a figura masculina do pai de família se sobressai entre os membros como uma referência, enquanto sujeito regulador do processo produtivo e responsável pelo planejamento estratégico do cronograma anual. Alguns deles, já idosos, já não participam mais de todas as etapas de produção, delegando as atividades aos filhos ou a terceiros durante o ajuri, prática comum de ajuda entre ribeirinhos, abordada nos tópicos subsequentes. Entre os 7 entrevistados do gênero masculino, 3 são produtores idosos com idades a partir dos 60 anos e 2 já não atuam mais em todas as fases do processo. Observe-se o relato de um deles no que tange a divisão de tarefas:

Eu não tô podendo muito trabalhar, graças a Deus tenho três filho homem, tudo solteiro que eu tenho um problema sério de coluna... porque eu trabalho, mas pouco, né. Quando é um trabalho mais forçado eu quase não durmo de noite (ALTAIR)

E ainda, o relato de Nash:

Eu só vivo doente, aí tem dia que eu só trabalho de manhã, tem dia que eu não trabalho... não consigo mais... tenho uns probleminhas assim... (...) Nós colhe. A família se junta, né... nós somos, eu tenho 13 filhos com a mulher... é 7 mulher e 6 homem (NASH)

Embora já não participem mais de todas as etapas, ainda são vistos como uma referência dentro da família, foi observada uma relação de cordialidade, respeito e obediência por parte dos filhos. A respeito disso, Ruzany et al (2010) explica que a família ribeirinha é numerosa e tem, majoritariamente, a figura masculina como chefe. Neste sentido, os chefes, quando mais idosos, assumem uma posição de gerenciamento da cadeia produtiva através da gestão da divisão do trabalho e planejamento financeiro e estratégico, além de participarem das etapas braçais menos difíceis: sementeira, plantio, manutenção, corte das hastes etc. Neste sentido, os filhos, em sua maioria homens, assumem as partes consideradas por eles como as mais cansativas do processo. Ainda no que diz respeito à divisão de atividades entre os filhos, foi possível perceber que, majoritariamente, as filhas mulheres são poupadas do trabalho:

Eu preservo muito elas, né? Pra não botar no trabalho pesado. E aí tem uma que... essa que tá fazendo faculdade em Manaus... e aí ela vai, vai sexta-feira, é um dia por semana... e aí ela tem que estudar, não pode trabalhar (ALTAIR)

A fala do sr. Altair reflete a um aspecto importante sobre a representação deste produtor sobre o trabalho: há a percepção de que o trabalho é, de alguma forma, penoso. Este achado foi se confirmando ao passo que outros entrevistados revelaram desejar um futuro diferente para os filhos, especialmente as mulheres, conforme se lê nos relatos abaixo:

Eu sou agricultora, eu tenho orgulho do que eu faço, mas eu não quero que a minha filha seja agricultora como eu porque é cansativo, se eu puder dar uma vida melhor pra ela a senhora não acha que eu vou dar? Então o que eu acho que posso fazer por ela é dar o estudo. (NASHIRA)

E ainda:

Eu acho assim que é bom e ruim ao mesmo instante, né. É um trabalho sacrificoso, né? (...) eu não quero isso pros meus filhos, eu sempre digo: 'Estude! (...) Eu não quero ver vocês trabalhando da mesma coisa que nós estamos trabalhando aqui. Vocês vê que é difícil!'. (MEISSA)

Os relatos acima mencionados indicam que as produtoras compreendem o estudo formal como um caminho possível para que os filhos possam exercer outras atividades consideradas por elas menos penosas na vida adulta, embora as próprias não tenham tido acesso ao estudo e aceitem as suas condições de trabalho. A respeito disso, a pesquisa de Brumer e Spanevello (2008 *apud* Matte e Machado 2016) demonstra que no âmbito rural, o estudo é compreendido como fator externo mais relevante às transformações nos padrões de sucessão na agricultura familiar brasileira. Neste sentido, o estudo é compreendido como porta de entrada não somente para a obtenção de conhecimento, mas também como uma alternativa aos filhos de terem acesso a novos trabalhos urbanos ou novas opções fora da realidade rural. A pesquisa de Spanevello (2008) aponta que a desvalorização e baixa renda provenientes do trabalho são os principais elementos relacionados ao êxodo rural dos filhos dos agricultores familiares. Neste contexto, os pais adotam estratégias de mobilidade social para os filhos, acreditando que terão condições de vida diferenciadas através do acesso à profissões relacionadas ao meio urbano (CARDON 2004, *apud* SPANEVELLO 2008). Corroborando ainda o que sugerem achados deste estudo, a pesquisa de Castro (2005) demonstra que o simbolismo e valor agregado à continuidade da produção familiar são atravessados por discursos ambíguos dos pais, que ao mesmo tempo desejam que os filhos desempenhem atividades menos penosas no futuro.

A organização do trabalho relacionada a divisão do trabalho entre as filhas do gênero feminino ocorre de maneira diferente de família para família. Observou-se que nos núcleos familiares em que havia filhas mulheres, as mesmas, ou eram poupadas do trabalho, ou eram enviadas para estudar. Em outros casos, as filhas mulheres se casam e constituem família, deixando de trabalhar com a fibra, conforme relato de Rigel:

Minhas irmãs trabalhavam, mas agora elas já tem a família delas, né?. (RIGEL)

Observe-se agora o que diz Nashira:

E aqui as moças tem modo de casar jovem eu acho que pra fugir do trabalho. A gente acha assim, que tem moça que casa com 14,15 anos que tem uma vida toda assim pela frente e aí elas já casam. (...) Aqui as jovens casam cedo. Casam muito cedo e fogem parece que do trabalho que os pais levam. (NASHIRA)

É importante ressaltar que, nas famílias que participaram desta pesquisa, foi possível encontrar somente uma filha mulher entre os 15 a 25 anos trabalhando no processo produtivo. Nesta idade, das cinco filhas mulheres identificadas, duas estão casadas e com filhos pequenos, as outras duas estudam. O relato de Nashira traz ainda a representação que as mães de família têm a respeito do índice de casamentos de adolescentes na comunidade: a união precoce enquanto fuga do trabalho na cultura de juta e malva. Por outro lado, autores como Bourdieu (2000), Stropasolas (2004) e mais recentemente o estudo de Pizzinato *et. al* (2016) sugerem que o cenário favorável ao casamento precoce por parte de jovens do gênero feminino no âmbito rural está se transformando com o decorrer dos anos. Os autores pontuam que o casamento está sendo relegado a segundo plano em virtude de as jovens priorizarem a carreira e os estudos, recusando o casamento com filhos de agricultores, considerando que isto representa para elas a continuidade da condição, especialmente social, das mulheres na agricultura, condição essa que é vivenciada por suas mães e que estas jovens se opõe a reproduzir. Ainda que o estudo esteja se tornando uma alternativa para melhores estratégias de vida, o casamento precoce compreendido enquanto fuga do trabalho em juta e malva mereceria atenção especial em estudo dedicado, considerando se tratar de uma interpretação desse fenômeno por parte de uma das trabalhadoras.

No que tange ao trabalho das mulheres, observou-se que cada família se organiza de maneira diferente na divisão de tarefas no processo. Em seis dos casos analisados, observou-se uma distinção bem definida entre o “trabalho de homens” e o “trabalho de mulheres”:

O começo começa, que nem eu lhe falei... com a semente. Quando tá lá, saindo a várzea, caindo as terras... aí nós não somos, esse trabalho não é das mulheres... esse trabalho é dos homens. Porque é um trabalho... semente é pra quem entende de semear terra. (MEISSA)

Os dados apontam que, nestes casos, a divisão de tarefas se dá mediante critérios de aptidão e/ou nível de dificuldade no processo. Foi possível identificar ainda que os homens são os responsáveis pela gestão dessas divisões, conforme relato abaixo:

A gente não carrega (a fibra molhada para secar no paiol) porque sempre os maridos não gostam que as esposas carreguem a malva lavada. (...) Ela pesa, então... nós já faz outra assim, estender, que é mais leve... (NASHIRA)

Por outro lado, foi possível identificar ainda a representação feminina sobre o trabalho na cultura de juta e malva entre parte das entrevistadas:

Nós ajuda assim né, na limpeza... pra cortar, lavar, né... que é pra tirar da água... aí esse negócio de carrega, eles carregam né, porque eles são homens... (NASHIRA)

Observe-se ainda o que coloca Bellatrix:

Eu fiz outra cirurgia, né, que é períneo... aí a gente, mulher, já sabe, né... como é que é. Mas mesmo assim eu sou teimosa, as vezes eles estão lá meio devagar (esposo e 2 filhos), eu vou lá, ainda lavo 10, 20, 30 feixo... aí eles gostam porque eu ajudo muito, né? (BELLATRIX)

No primeiro relato observa-se a divisão das tarefas por critérios de dificuldade, sendo o homem responsável pelas etapas nas quais é necessário carregar mais peso, mas demonstra ainda que parte das mulheres percebem o trabalho na juta e na malva como “ajuda”. Dejours (2004) afirma que a partir do prisma do olhar clínico, o trabalho é considerado tudo que envolve o ato de trabalhar e que, por consequência natural, envolve o engajamento da subjetividade através da mobilização da inteligência, do corpo, o pensar, o sentir, o agir e criar. Sendo assim, a característica fundamental do trabalho não pode ser associada com o emprego ou com relação salarial, mas sim, o trabalhar e toda a sua carga subjetiva envolvida.

A respeito dessas questões, a tese de Nina (2014) fornece elementos importantes ao demonstrar que, no contexto da agricultura, o que a mulher define como “ajuda”, é, na verdade, o próprio trabalho, haja vista por vezes desenvolverem as mesmas atividades dos homens. A tese da referida autora esclarece que:

...quando as formas de trabalho tornam-se complexas enquanto expressão do capital, desaparece o papel do trabalho da mulher como ajuda. Por outro lado, quando essas relações se dão no espaço privado das atividades de casa, no roçado da família, naquilo que poder-se-ia caracterizar como trabalho simples, aparece mais claramente a ideia de ajuda ao marido e da ajuda à renda da família.

Segundo Nina (2014) ao desempenharem tarefas que agreguem para o âmbito familiar, sejam elas atividades de casa ou no roçado da família, o trabalho passa a ter o status de ajuda. A autora sinaliza ainda para as consequências do trabalho enquanto ajuda para a saúde das trabalhadoras: uma vez que não se trabalha, só se “ajuda”, relativiza-se o adoecimento e embarça a estruturação estatísticas que desvelem dados acurados sobre a saúde da mulher na agricultura. Além disso, a lógica da condição de ajuda faz com que se dificulte o

reconhecimento dessas mulheres enquanto trabalhadoras rurais e, conseqüentemente, torna limitante o acesso aos direitos sociais essenciais (NINA, 2014). O que as entrevistadas denotam como “ajuda” aos maridos na cultura de juta e malva é também o trabalho, que não se limita somente à cultura da fibra: foi observado que as mulheres são as responsáveis pelas atividades domésticas em todos os casos entrevistados, o que ocasiona um acúmulo de tarefas. Questionadas sobre como conciliam os trabalhos em casa e no roçado, as produtoras afirmaram o que segue durante a entrevista coletiva:

Eu acordo 5 horas, 4:30hs... pra mim fazer a comida pra quando eu chegar 11 horas já estar tudo pronto porque o que é chato é a gente vem do roçado muito cansado... a gente vem cansado porque o trabalho não é brincadeira. Aí tu chega, tu ainda ir fazer comida, fazer tudo aquilo... Quando tu termina de fazer aquilo já é hora de tu voltar... tu não descansou nada. Então eu prefiro levantar mais cedo pra fazer antes... aí eu deixo as vasilhas tudo lavadas, aí me deito. Dá tempo, a gente vai 1 hora, 1 e 10... 1 e 20... (NASHIRA)

E ainda:

No caso assim da comida também, eu costumo logo fazer que nem ela. Se acordar cedo, deixa o peixe tratado, temperado, na caixa, que lá nós não tem energia... Usa gelo, né... Aí eu prefiro deixar o peixe logo aí quando é 10 e meia para as 11 eu venho embora, boto a comida no fogo aí quando dá 11 horas já tá pronto. Aí quando é carne ou feijão, uma coisa, a gente já deixa o feijão mole só pra quando chegar, temperar... se acorda cedo, aí amolece ele e deixa só pra temperar. E aí já faz arroz, macarrão, deixa no jeito porque se for fazer tudinho... (ZANIAH)

Conforme observado nos relatos acima, as produtoras ficam responsáveis pelo preparo das refeições para a família no dia-a-dia, o que dobra a carga de atividades diárias. As falas desvelam que precisam acordar mais cedo para o preparo da alimentação e que por isso tem a carga de trabalho dobrada:

Esse tempo da safra é o tempo que nós sofre mais porque a gente acorda cedo... (RANA)

É tanto que a gente perde muito peso... (NASHIRA)

Percebe-se que o acúmulo de atividades, dentro e fora de casa geram sobrecarga de trabalho para a figura feminina e que este se configura como um agravante de sofrimento. A respeito disso, a pesquisa de Nina (2014) demonstra que esta complexa rotina demanda grande investimento de tempo e da própria história das mulheres no contexto da agricultura. Corroborando, Lopes (2013), pontua que as questões hierárquicas em micro-espacos, tais como o contexto familiar, impõe regras de atuação diferenciadas para homens e mulheres (pai e mãe), considerando o aspecto cultural que atribui ao homem o papel de chefe da família. Sobre estas

questões, Bordieu (1999), afirma que a questão da diferença de papéis entre os sexos é uma construção histórica que passou a ser naturalizada, enfatizando a questão da dominação masculina e submissão feminina. O autor explica que historicamente, às mulheres foram atribuídas as atividades internas, associadas a todas as tarefas domésticas, privadas e invisíveis, em contraponto com as masculinas, associadas a ao que é externo e público.

Considerando estas reflexões e analisando as falas das entrevistadas à luz do arcabouço teórico, é possível sugerir que há padrões de demarcação entre atividades tipicamente masculinas ou femininas e que estes padrões ainda persistem no contexto estudado. Neste cenário, no qual as mulheres se dividem entre atividades no roçado e atividades domésticas, o acúmulo de tarefas é potencial agravante de sofrimento para as entrevistadas, caracterizando-se como sobrecarga.

Sendo assim, no que tange à divisão do trabalho entre a família, observou-se que é presente a figura do pai de família como gestor do planejamento e da distribuição de atividades entre os filhos sendo ativos no processo produtivo, embora os mais idosos já não participem mais de todas as etapas. O trabalho entre as mulheres no processo produtivo é bem demarcado entre atividades de mulheres e atividades dos homens. Às mulheres compete ainda a responsabilidade pelas atividades domésticas, o que sugere que a estrutura patriarcal de divisão sexual de tarefas ainda é uma realidade no contexto estudado.

3.1.4 As relações socioprofissionais na cultura de juta e malva

Silva e Freitas (2014) definem as Relações Socioprofissionais – RSP - como o conjunto de elementos de caráter interacional relacionados ao trabalho. Para que se possa falar acerca de relações socioprofissionais na cultura de juta e malva, é necessário compreender de que maneira a agricultura familiar se constituiu enquanto categoria socioprofissional e para tal, as colocações analíticas da antropóloga Delma Pessanha Neves (2007) demonstram ser adequadas. Em *“Agricultura familiar: quantos ancoradouros!”*, a autora propõe a compreensão da trajetória política de construção da categoria socioprofissional da agricultura familiar e afirma que esta categoria advém de uma construção social. A construção de uma trajetória histórica da utilização do termo “agricultura familiar” a partir de levantamento bibliográfico demonstrou que essa nomenclatura não era utilizada em estudos sociais rurais no Brasil até a década de

1980. Sendo assim, para classificar atores sociais no âmbito rural no Brasil, os pesquisadores propunham critérios variados baseados em renda, tipos de vínculo com o mercado, posse de terras, etc.

A pesquisa bibliográfica de Neves (2007) identificou ainda que os primeiros estudos sociais rurais que se utilizaram da nomenclatura “agricultura familiar” estão datados na década de 1990 em detrimento de outros termos como *camponeses*, *produção familiar ou pequena produção*. O início da utilização dessa nomenclatura marca o início da prática de esforços combinados entre pesquisadores de várias áreas do conhecimento e representantes políticos dos trabalhadores rurais para que se efetivasse na esfera pública o reconhecimento da agricultura familiar como uma nova categoria socioprofissional portadora de direitos, baseada em critérios socioeconômicos e foco de políticas públicas características de enquadramento profissional. No decorrer desse processo, o “agricultor familiar” passou a ser sujeito de direitos ao passo que se institucionalizava pelo Estado de forma concreta através da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, no ano de 1996.

Neste sentido, o status de categoria socioprofissional atribuída aos agricultores conduz a uma reflexão acerca das relações socioprofissionais envolvidas neste trabalho. Segundo o que apontam Silva e Freitas (2014) as relações socioprofissionais são constituídas por três elementos. São eles: as interações hierárquicas, as interações coletivas intra e intergrupos e as interações externas. Nos casos estudados, o pai de família se apresenta como o chefe da casa, sendo responsável pelo planejamento e delegação de tarefas. Nesse sentido, representa uma posição de hierarquia interna dentro da família, conforme abordado no tópico anterior, bem como as relações intragrupos que também foram privilegiadas. Sendo assim, cabe dissertar acerca das particularidades do trabalho de juta e malva do que diz respeito às interações intergrupos. Considerando cada núcleo familiar enquanto grupo, pôde-se identificar um tipo de prática interacional intergrupos muito comuns nas comunidades visitadas: a ajuda mútua. Essa prática consiste em um conjunto de ações voltadas à prestação de auxílio para famílias nas quais o número de trabalhadores é insuficiente para dar conta de alguma das fases da produção. O primeiro tipo de ajuda mútua mais comum é a “troca de dia”. Nesta modalidade, o trabalhador dispõe de um dia de trabalho para auxiliar no roçado de outra família. Em contrapartida, quando necessário, o trabalhador beneficiado também precisará dispor de um dia de trabalho seu para “pagar” o dia:

Quando a gente precisa, a gente vai lá, troca um dia, aí vem outro, paga... (SIRIUS)

A gente vamo pro deles, eles vem pro nosso... assim, a gente troca dia, entendeu? Aí a gente vai ajudar eles um dia, um dia vai pra um, outro dia vai pra outro... é assim que a gente trabalha. (RIGEL)

Outrossim, foi observada outra prática denominada “trabalho na metade” ou simplesmente “trabalho de meia”, na qual um trabalhador dispõe do seu dia para trabalhar no roçado de outro. Nesta modalidade, toda a produção colhida é dividida igualmente com o dono do roçado, o que incita a reflexão de que esta modalidade poderia se assemelhar à lógica de produção capitalista na qual um trabalhador vende sua força de trabalho em troca da metade da produção, ao passo que o dono do roçado obtém lucro de um trabalho realizado por outro trabalhador:

Hoje a gente tava trabalhando debaixo de chuva cortando juta (...) Nós tava cortando do outro lado do rio, ali... (...) que a nossa aqui ainda tá longe a malva, né (...) Lá, a gente trabalha na metade... com o homem lá, colega nosso ali. É a metade, assim... por acaso a gente colher 1000kg, 500 é nosso, 500 é dele... entendeu? Aí a da gente não, a gente corta, colhe e tudo é da gente né e lá não... é dele e a gente colhe de metade. (RIGEL)

Segundo os relatos dos trabalhadores, a troca de dia e o trabalho de metade acontecem, majoritariamente antes do período de subida intensa das águas. Por outro lado, identificou-se outras duas práticas comuns nas situações de enchente: a terceirização e o ajuri. É comum que no período de enchente, ou quando há a necessidade de preparação de um terreno grande para plantio, os produtores cujo número de familiares não seja suficiente para dar conta do serviço paguem a diária de outros trabalhadores:

As vezes a gente paga. Aqui quase todo mundo trabalha com fibra, né? E aí as vezes a gente paga pessoas pra ajudar a gente, né? (ALTAIR)

Já o ajuri, ou mutirão, consiste em reunir um grupo de trabalhadores para auxiliar na colheita de um trabalhador específico. Em uma das localidades, foi identificado que os trabalhadores fazem o ajuri em parceria com a Igreja da comunidade, conforme o relato abaixo:

*Nós temos aqui, nós temos o projeto da Igreja de todos os anos... é o de Ajuri, por exemplo: O M*** está aperreado, aí tira uma sexta-feira, a igreja vai lá, ‘empeleita’ com aqueles 8, 10 homens e vai lá no roçado dele. (RANA)*

Observa-se que estas práticas denotam uma característica que é muito marcante nas localidades visitadas: o viver junto. Segundo o que explica Dejours (2001), o trabalhar nunca é somente o produzir, propriamente dito. É também o viver junto. O autor explica que este aspecto é de especial relevância na formação das sociedades, justificando o caráter central do trabalho no âmbito social. Desta forma, o trabalho através destas práticas de cooperação se torna palco

de aprendizados sobre o respeito, a confiança, convivência e solidariedade, sendo ainda oportunidade de desenvolver novas regras de trabalho que ultrapassam as barreiras das regras técnicas e que são, sobretudo, regras sociais. Observou-se que o trabalho é aspecto fundamental da constituição dessa característica tão peculiar dos ribeirinhos, que é a vida em comunidades, a vida coletiva. Durante os dias em que as entrevistas foram realizadas, foi possível observar que é comum ver a interação entre famílias ao final da tarde, oportunidade em que se sentam à beira do rio para conversar ou observar as crianças brincando de bola no chão batido, por exemplo. Aos fins de semana, reúnem-se sempre na casa de parentes ou amigos para almoçar juntos e aproveitar o dia.

Revisitando a Teoria da Comunidade do sociólogo alemão Ferdinand Tonnies, Lifschitz (2011) explica que a socialização primária é importante aspecto para se compreender os laços afetivos entre as comunidades. O autor pontua que a socialização primária é produto da relação entre mães e filhos, irmãos e familiares, cuja característica principal são as unidades afetivas naturais. Sendo assim, os laços comunitários seriam consequência natural dessa afetividade primária. Lifschitz (2011) explica que, segundo a Teoria da Comunidade, estas relações dão origem às chamadas *comunidades de sangue*, que seriam a articulação entre consanguinidade, afetividade e comunidade. A teoria dispõe ainda de outro tipo de comunidade nas quais o aspecto afetivo está relacionado com o ambiente físico, como a chamada *comunidade de lugar*: esta modalidade se define através do compartilhamento de um território por um grupo de famílias, por redes de vizinhos de geração em geração. No entanto, Lifschitz (2011) explica que o conceito de comunidade mais comum é que envolve a articulação dos dois tipos de comunidade: a *comunidade de sangue e de lugar*, na qual as comunidades visitadas no decorrer desta pesquisa parecem se encaixar. Os dados indicam que as comunidades visitadas são constituídas por uma rede familiar, de amigos e vizinhos que compartilham os mesmos modos de vida e espaço físico. Neste sentido, observa-se que os laços afetivos entre essas famílias parte não só dos vínculos familiares, mas entre vizinhos, envolvendo uma questão de identidade territorial.

Sem o objetivo de esgotar a temática, propõe-se resumidamente o que colocam Mourão e Cavalcante (2011) a respeito de identidade de lugar: as autoras explicam que questões relacionadas ao “quem somos nós” estão intimamente ligadas com o “onde estamos. Sendo assim, a identidade de lugar seria constituída por um conjunto de memórias, sentimentos, atitudes, valores, preferências, entre outros aspectos cognitivos, associados aos lugares que

contribuíram ou que contribuem para a satisfação das necessidades humanas, sejam elas biológicas, psicológicas, sociais e culturais. Neste contexto, os vínculos emocionais com o entorno são imperativos. As autoras explicam que é através da fala que as pessoas atribuem sentido às suas relações com os lugares e envolvem-se em práticas coletivas que constituem a identidade de lugar, sendo o trabalho, neste contexto, aspecto primordial. Neste sentido, as práticas de ajuda mútua no contexto das comunidades visitadas se constituem, analogicamente, como matéria prima da identidade de lugar desses produtores, elemento importante para a constituição das comunidades de sangue e de lugar, da qual fazem parte. O trabalho, portanto, ao mesmo tempo constitui essas comunidades como elemento característico, é constituído por elas, ao passo que o trabalhar é viver junto.

Ainda no que diz respeito às relações socioprofissionais na cultura de juta e de malva, é necessário ressaltar as relações que os trabalhadores estabelecem fora do âmbito familiar e comunitário: as relações externas. Neste contexto, se acham as relações com usuários, consumidores ou clientes. Neste sentido, identificaram-se as relações com a Cooperativa, Atravessadores e Indústria. As relações externas na cultura de juta e malva acontecem no início, com a distribuição das sementes e no fim da safra, com o recolhimento das fibras. Até o ano de 2013, antes de ter o galpão consumido pelo incêndio culminando em uma paralisação temporária das atividades, a Cooperativa distribuía as sementes gratuitamente, quando disponível, aos produtores, e recolhia as fibras já enfardadas ao final da safra, efetivando o pagamento. Na ausência da Cooperativa, os trabalhadores cooperados, tal qual os não cooperados, trabalham diretamente com as Indústrias ou com os atravessadores. Os trabalhadores que residem em comunidades mais distante de Manacapuru e não dispõem de barco para o transporte das fibras, negociam com os atravessadores. Aqueles que possuem transporte, relataram que há ainda a opção de efetivar a negociação diretamente com as Indústrias.

Para compreender melhor essas questões, é necessário identificar um aspecto fundamental que possui impacto direto sobre as relações socioprofissionais: a distribuição de sementes. Os relatos apontam que, nos últimos anos, a distribuição de semente gratuita foi diminuída drasticamente e que algumas localidades nem chegam a recebê-las, ou quando recebem é em um período fora do desejado. Isto ocorre porque a produção de sementes deve ser feita em terra firme, considerando que quando ocorre o tempo de maturação para a extração das sementes os rios já alcançaram seu nível máximo, ficando à cargo do Estado do Pará, o que

envolve questões de planejamento políticas e logísticas. A iniciativa privada também sofre com a ausência de sementes. Consideremos o relato de Nash a respeito disso:

Tem um grande problema é sobre a semente de malva. Porque... como o caso desse ano, esse ano não teve semente de malva... a semente não chegava, já era pras malvas já estarem tudo grandona. Já veio chegar foi em outubro e novembro a semente de malva. Tarde, tarde e cara. A gente pega um saco de semente, 50 kg de semente lá na firma, nós paga 300kg de fibra por um saco de semente. Sai 7kg por 1. (...) E quem não pega na firma, tem gente que tá cobrando até 9kg (NASH)

A firma, à qual o produtor se refere, diz respeito às Indústrias sediadas em Manacapuru. Observa-se que o relato de Nash aponta ainda aspectos das relações socioprofissionais, especialmente no que tange à cadeia intermediadora de sementes e fibras: o contato com os chamados atravessadores, ou simplesmente, “patrões”. Os relatos apontam que os atravessadores prestam auxílio financeiro aos produtores através de empréstimos financeiros, abastecimento de alimentos, medicação, roupas e outros produtos, ao passo que possuem um “caderno”, assim chamado pelos produtores, para registrar cada débito. Estes débitos serão quitados ao fim de cada safra e o pagamento é feito ao final da safra, com a fibra. Os resultados apontam ainda que os patrões exercem cobrança de preços superiores aos praticados no comércio local, acrescentando ainda uma taxa de 5% sobre o valor total do produto, supostamente para desconto referente à umidade das fibras. A pesquisa de Ferreira (2016) demonstra que as relações de trabalho entre os produtores e os atravessadores são marcadas pela exploração ao ficarem à mercê de uma complexa rede que controla e fixa os preços fazendo com que os trabalhadores acabem a safra com lucros diminutos. Os dados apontam que essas relações são mobilizadoras de grande sofrimento e serão explicitadas mais detalhadamente no capítulo a seguir.

3.2 O sofrimento dos trabalhadores “de fibra”: entre o planejado e o real

A trajetória teórica deste estudo permitiu concluir que trabalho e sofrimento são indissociáveis. Trabalhar implica sofrer, o sofrer é inerente ao trabalho (DEJOURS, 1994). Em consonância, Moraes (2013) afirma que o sofrimento advém da vivência de fracasso, ou revés, que produz o sofrimento, fracasso este que é característica fundamental do contato com o real do trabalho segundo o que aponta Dejours (2012). Os dados apontam que são vários os elementos mobilizadores de sofrimento na cultura de juta e malva. Para compreender essas vivências, é necessário, portanto, falar sobre a lacuna nunca preenchida entre prescrição e

trabalho. O trabalho de juta e malva é marcado pela ausência de prescrições *stricto-sensu*. Não existem normas, regras ou ordens que devem ser seguidas à risca com zelo e obediência absoluta sob os olhares atentos de uma Gestão Organizacional. O que se vê é um conjunto de regras de ofícios constituídas ao longo das gerações, que consistem em modos de trabalho que são confortavelmente aceitas pelo coletivo para amenizar o sofrimento decorrente do contato com o real do trabalho. Nesse sentido, observou-se que o que orienta as práticas dos trabalhadores na cultura de juta e malva é o que é planejado. Os relatos sugerem que o planejado envolve tanto os aspectos operacionais, referentes ao processo produtivo propriamente dito, quanto a aspectos estratégicos, referentes a projeção e manejo de gastos com a produção, gestão do capital lucrado ou estratégias para execução do planejamento anual, conforme se observa no discurso de Arcturus:

Porque a malva você já tem uma base de quantas toneladas a senhora faz, né... se eu planto malva, eu já tenho uma base, por exemplo: minha malva vai dar três toneladas... aí eu já vou fazer, por exemplo, minha conta... me programar naquilo que ela vai dar, né... (ARCTURUS)

Estes aspectos serão abordados mais detalhadamente no tópico de Inteligência Prática e fazem parte de uma gama de planos elaborados em consonância com os desejos e necessidades dos trabalhadores para concluir a safra e garantir sua subsistência.

O contato com o real no trabalho de juta e malva acarreta frustração de alguns dos planos dos produtores, ocasionando o sofrimento. Neste sentido, a Organização de Trabalho e as Relações de Trabalho foram elencadas, por ordem de recorrência no discurso, como os maiores agravantes de sofrimento no trabalho dos produtores. No entanto, para compreender essas vivências de maneira contextualizada, dissertar-se-á, inicialmente sobre o sofrimento relacionado às Condições e à Organização do Trabalho, considerando que as Condições possuem impacto direto sobre a OT, observados os aspectos micro e macro da cadeia de produção de juta e malva.

Para que se possa compreender a complexa cadeia produtiva de juta e malva e de que forma seus elementos micro (referentes a produção propriamente dita) e macro (entendidas aqui como todas as questões externas ao processo de produção propriamente ditos que envolvem ações estratégicas, atos políticos, situação econômica, entre outros), se entrelaçam e incidem sobre o sofrer na cultura de juta e malva, é necessário mencionar a compreensão de Duraffourg; Duc; Durrive (2010, *apud* Vasconcelos 2017) sobre situação de trabalho. Os autores explicam que a situação de trabalho é compreendida a partir da sinergia entre aspectos macro e os

aspectos micro. Vasconcelos (2017) explica que não é possível estudar a realidade a partir de um prisma geral, sendo necessário realizar um recorte de um objeto particular, sem deixar de articulá-lo com os elementos macro.

Vasconcelos (2017) aponta ainda que Duraffourg; Duc e Durrive (2010) introduzem a concepção do “ponto de vista do trabalho”, constituído por contexto e atividade. Com base neste entendimento, é necessário, portanto, partir-se da atividade para então estruturar as questões que dizem respeito ao macro, que envolvem decisão, concepção, planejamento, organização, entre outros aspectos, justificando, portanto, o ponto de partida do sofrimento relacionado às perturbações frente ao real nas atividades cotidianas no processo produtivo como primeiro ponto para análise, para que então se possa dissertar sobre o sofrimento dentro de um contexto macro. Por fim, os dois últimos tópicos abordarão, respectivamente, a ausência de reconhecimento como agravante do sofrimento como possível fonte de desdobramentos para a saúde mental dos trabalhadores e as relações socioprofissionais, na qual será feita uma discussão acerca do sofrimento que envolve as relações dos trabalhadores com os atravessadores.

3.2.1 Sofrimento relacionado às Condições e a Organização do Trabalho

Embora as condições de trabalho não sejam, efetivamente, o cerne do interesse de estudo da Psicodinâmica do Trabalho e já se tenha dedicado atenção suficiente às consequências dessas condições ao corpo físico dos trabalhadores segundo o que aponta Dejours (2017), se faz necessário dissertar acerca destas vivências para compreender quais os possíveis desdobramentos dessas condições na OT e na Saúde Mental dos trabalhadores. Ferreira e Mendes (2003, *apud* Silva e Freitas 2014) explicam que os três pilares do contexto do trabalho são inter-relacionados entre si. Neste sentido, cabe identificar as vivências de sofrimento associadas tanto em relação à Organização do Trabalho quanto em relação às Condições de Trabalho. Sendo assim, têm-se o que segue.

O primeiro fator relacionado às vivências de sofrimento no trabalho de juta e malva diz respeito à perda de produção. Esta situação pode ocorrer por alguns fatores específicos: número de trabalhadores insuficiente na época da colheita, o que envolve afastamentos, adoecimentos, ausência de dinheiro para contratação de trabalhadores, inexistência ou distribuição das

sementes fora do período desejável ocasionando plantio tardio, subida rápida das águas ou descompasso na maturação das fibras em relação à subida das águas. Quando isso acontece, os trabalhadores acumulam dívidas com atravessadores e/ou Indústria e precisam procurar outras estratégias para lidar com a ausência de dinheiro para manter a família entre as safras. A perda parcial ou total da produção foi o fator identificado como o maior agravante de sofrimento mental entre os trabalhadores, com desdobramentos possivelmente patológicos. Todos os entrevistados atribuíram a perda da safra como um dos piores cenários de trabalho possíveis:

Mas quando eu olho pra um lado, eu olho pro outro, que amanhece o dia, as vezes eu olho e vejo a consequência dessa, tem hora que dá vontade de a senhora não existir mais no mundo (...) eu digo pra senhora, é difícil a senhora olhar pra um lado, olhar pro outro, as vezes devendo, as vezes doente... não tem pra onde a senhora correr, sem um centavo... (...) Muito difícil (PÓLUX).

É assim, entra também a depressão, né... aí você fica pensando naquilo: 'meu Deus, tinha aquela conta pra pagar...' (ZANIAH)

Consideremos ainda o que coloca Rana:

...pra nós, quando a gente perde é uma tristeza muito grande porque é dali que nós vamos sobreviver (RANA).

Os relatos apontam que a relação dos trabalhadores com a cultura de juta e malva é uma relação de sobrevivência. É através do trabalho que poderão prover a casa, sustentar suas famílias e pagar suas dívidas. Os discursos relacionados ao contato com o real do trabalho e as observações no que diz respeito à perda da produção desvelam alguns indícios que poderiam indicar para desdobramentos psicopatológicos através de sintomas característicos de ansiedade e depressão: angústia, tristeza, medo, dificuldades para dormir, tensão, nervosismo e possível ideação suicida.

Para uma melhor compreensão acerca da relação entre sujeito e trabalho na cultura de juta e malva, observemos as representações dos produtores a respeito do trabalho. Questionados sobre o que a cultura de juta e malva representa em suas vidas, todos os trabalhadores foram incisivos ao responderem que representa tudo, enfatizando que é um trabalho que foi passado por seus pais e que através dele estão criando seus filhos e suprimindo as necessidades básicas da casa:

Eu digo pra senhora uma coisa: ela representa tudo sobre a minhas condições de eu sustentar minha família... (...) eu sou capaz de educar o meu filho, eu sou capaz de comprar qualquer propriedade se Deus me abençoar. (PÓLUX).

E ainda:

Ela representa muita coisa porque tudo que a gente tem hoje veio de juta e malva... a gente conseguiu de lá, né. Representa nossa vida, né... dá a comida dos nossos filhos... (ARCTURUS)

No entanto, os relatos apontam também para outra particularidade: todos os trabalhadores entrevistados, quando questionados se deixariam a cultura, responderam que sim, desde que as novas oportunidades exigissem um menor esforço físico e que possibilitasse o sustento da família. Os dados sugerem que embora os trabalhadores tenham muito mais vivências de sofrimento do que de prazer na cultura, continuam atrelados a ela por não vislumbrarem alternativas. A respeito disso, Dejours (2015) faz importante contribuição: o autor propõe a existência um tipo de ansiedade muito particular: aquela cuja gênese está na chamada ‘disciplina da fome’. O autor explica que estes sintomas surgem quando o sofrimento já não pode mais ser rechaçado e, no entanto, os trabalhadores continuam em suas atividades laborais sujeitos às perturbações do trabalho. Este grande esforço tem um propósito: enfrentar o desafio prioritário da sobrevivência. Os relatos indicam que todos os produtores entrevistados já se tentaram se envolver com outras atividades de trabalho, mas, no entanto, por conta da demanda de mercado ou de particularidades das áreas de várzea, tornou-se impossível abandonar a cultura de juta e malva como fonte principal da renda familiar. Neste sentido, os dados sugerem que a disciplina da fome pode estar intimamente imbricada com a permanência na cultura de juta e malva, não obstante as condições penosas deste trabalho. Para enriquecer a compreensão da análise, vejamos a resposta de Póllux quando questionado se abandonaria a cultura:

Se aparecesse outra cultura... mais fácil de que a malva e a juta e desse pra ganhar dinheiro como ganha a malva e a juta... eu abandonaria a malva e a juta. Porque é difícil e hoje eu tô colhendo. Hoje, reumatismo e muitas outras enfermidades. (...) Eu com o meu irmão, nós é conhecido aí na feira de Manacapuru como ‘plantador de repolho’. (...) Quando nós começamos a vender tava de R\$1,00, quando nós terminamos de vender, tava R\$0,25 centavos o quilo. Nós levava duas tonelada, vendia uma, a outra nós dava... (...) Quando nós ia somar a conta não dava pra superar nem o que nós gastamos. (...) Nós metemos a macaxeira. Não foi. Não deu certo. Experimentemos o milho, o jerimum... não deu certo (PÓLLUX).

Questionado acerca dos motivos pelos quais continua trabalhando com a fibra:

Porque eu não vejo saída. Eu tentei quatro anos trabalhar com verdura, essas coisas, repolho, tomate... chegou ao ponto de eu levar três toneladas de repolho pra Manacapuru, eu vender 800 quilos, o resto voltava... (ALTAIR)

Observe-se também o que coloca Sirius:

Não é tanto uma escolha, vamos supor... é opção que ninguém tem, né? Porque pra nós aqui é que nem aquilo que eu falei pra você, se nós formos trabalhar com

banana... quer dizer, vamos supor... é uma aventura. Você pode plantar hoje, vamos supor, amanhã vir uma alagação grande, aí quer dizer... levou toda sua produção. (...) eu tentei plantar batata... eu plantei batata, não deu sorte pra mim... (SIRIUS)

Neste sentido, os dados apontam que a cultura de juta e malva representa a única opção de trabalho segura para a sobrevivência, pois sempre há demanda de mercado. A pesquisa de Ferreira (2009) vislumbra esta mesma questão: para o autor, embora o processo produtivo seja penoso, os trabalhadores se mantêm em suas atividades laborais na cultura de juta e malva não pela lógica capitalista de acúmulo de capital, mas sim, com base no princípio primordial da sobrevivência sua e de sua família. O autor explica ainda que embora esta atividade cause constrangimentos de ordem moral e física, os trabalhadores resistem com a única finalidade de garantir a subsistência. Não se trata de um trabalho livremente escolhido em um universo de opções possíveis. A respeito disso, Freud (1974, *apud* Mendes 1995) aponta que o prazer relacionado à atividade laboral está intimamente atrelado pela liberdade de escolha, ou seja, por meio da sublimação. O autor explica ainda que o caminho para a felicidade não é a prioridade entre os homens e que a grande maioria dos sujeitos trabalha apenas pela necessidade, o que desemboca em problemas sociais. Corroborando, Mendes (1995) pontua que o trabalho muitas vezes é palco somente vivências de sofrimento, transformando-se em fonte de sobrevivência e não de fonte sublimatória de prazer. À luz da teoria, os relatos indicam, portanto, que os trabalhadores podem utilizar-se de estratégias defensivas e estratégias de enfrentamento diversas para lidar com tamanho sofrimento. Estes aspectos serão mais bem abordados em tópico dedicado. Sendo assim, à luz do arcabouço teórico, as vivências de sofrimento desse sentido estão relacionadas também com a alegada falta de alternativas laborais e trabalho em prol da mera subsistência.

Consideradas as particularidades da cultura de juta e malva enquanto atividade laboral em prol da sobrevivência, é possível indicar que a perda parcial ou total entre as safras é potencial agravante para o sofrimento dos trabalhadores. Por outro lado, quando é possível cumprir o planejado, finalizar a safra e vender as fibras, os trabalhadores pagam suas dívidas e fazem o que chamam de “rancho”: compra de alimentos em grande quantidade para durar até a safra seguinte, em complemento com a pesca e agricultura de subsistência:

A gente trabalha três meses, vamos dizer que a gente trabalha três meses... aí nesses 9 meses... a gente trabalha 3 meses pra ganhar pra se sustentar nesses 9 meses. (ARCTURUS)

Porque é expectativa, quando a gente vende a safra, os filhos da gente já chega sorrindo porque eles sabem que vão fazer compras... Quem não gosta de comprar, né? Aí a gente já dá... aí tudo aquilo é repartido: tanto pro rancho, tanto pra um

menino, um tanto pra outro, um tanto pra você... e esse aqui a gente guarda pra passar o verão porque a gente não tem outro ganho (ADHARA)

No entanto, os relatos indicam que o lucro proveniente do trabalho nem sempre é suficiente e que sobrevivem através dos repasses do programa do Governo Federal Bolsa Família. Neste contexto, os dados sugerem que a não aplicabilidade prática das políticas de incentivo à Cultura de Juta e malva surgem como agravantes de sofrimento, tanto em relação à distribuição sementes, quanto em relação ao pagamento da subvenção econômica:

Importante mesmo é que não faltasse a semente da malva pra gente trabalhar... como tá faltando. Isso é muito importante, que não faltasse. Porque, trabalhoso é, mas é de onde o pobre do agricultor tira o seu sustento, né? (SIRIUS)

E ainda:

Pagando o subsídio, a gente não quer mais dinheiro de ninguém, só pagar o subsídio... É o décimo terceiro do agricultor que sai no verão. É importante pra nós. É uma ajuda bacana, né. Setembro o cara já está nas 'bombas'. Ai você pega um subsídio desse aí... Ai dá pra chegar até dezembro (ARCTURUS)

Conforme abordado no tópico de Organização do Trabalho, há um descompasso na produção de sementes das plantas no Estado do Pará em relação ao tempo necessário para o plantio e maturação nas áreas de várzea da região amazônica. O pagamento da subvenção econômica está em atraso e tanto a subvenção quanto a distribuição das sementes figuram como aspectos do real do trabalho na cultura de juta e malva que se chocam com os desejos e planos dos trabalhadores, ocasionando o sofrimento, conforme se observa no relato de Pólux:

Nós, vamo dizer assim... nós sofre muito. Eu tô achando que nós tamo sofrendo muito pela parte não sei de quem. É... tá muito lento a incentivação pra nós, plantador de malva e juta (...) Eu acho que a nossa incentivação de plantio de malva e juta que é quem faz eu trocar minha camisa e sustentar minha família. Tão querendo terminar esse sonho pra nós. Tá devagar, tá muito devagar. As nossas autoridades, nossos governantes, não sei. Eles não estão se importando com isso. E por isso nós estamos sofrendo muito... (PÓLUX)

Estudos como os de Araujo (2012), Silva e Fraxe (2012), Silva (2013) Soares (2015) e Silvan (2018) coadunam com os achados desta pesquisa: os autores já sinalizavam para a dificuldade na aplicação de políticas voltadas para esta atividade, bem como para a escassez de iniciativas adequadas para a melhoria das condições de trabalho dos produtores. Observa-se que estes aspectos relacionados ao sofrimento no trabalho estão articulados com o caráter macro da situação de trabalho na cultura de juta e malva, envolvendo questões político-econômicas. Neste sentido, os dados indicam que no tocante às representações, os trabalhadores perfazem algumas articulações acerca das condições de vida e trabalho a aspectos macro relacionados,

tais como a situação econômica, o papel do Estado na garantia de serviços essenciais e políticas públicas de incentivo. No entanto, embora as vivências de sofrimento relacionadas aos aspectos macro sejam evidenciadas, o que as análises indicam é um processo de naturalização das condições de vida e emprego precárias dos trabalhadores em áreas de várzea. Discursos como “*a vida do trabalhador aqui é assim mesmo...*” foram evidenciadas. Estes aspectos serão abordados mais profundamente no tópico de Estratégias Defensivas, mas foi necessário introduzir neste ponto da escrita para enfatizar que, segundo Dejours (2006) nem todos partilham do pensamento de que as vítimas do desemprego, da pobreza e da exclusão social são vítimas de uma injustiça. O autor explica que atribuir o desemprego e exclusão social às causalidades do destino, à causalidade econômica ou sistêmica não tem sua gênese em um processo cognitivo individual, mas posta ao sujeito a partir de fatores exógenos. Observou-se que alguns dos produtores associam o sofrimento que envolve o trabalhar como uma espécie de consequência de suas escolhas individuais ou do curso natural da vida:

...eu não quero isso pros meus filhos, eu sempre digo: ‘Estude!’, né. (...) Eu digo: Olha, outra coisa, meu filho, que eu quero de você é que vocês nunca desistam do estudo... porque eu não quero vocês trabalhando na mesma coisa que nós estamos trabalhando aqui. Vocês vê que é dificultoso!’ (...) É que nem eu sempre incentivo eles: ‘meu filho, porque eu não estudei bem, que não terminei meus estudos que vocês não vão terminar! Estude bem pra você ser alguém no futuro!’ (ADHARA)

Dejours (2006) explica que a tolerância contra o mal e contra as injustiças é desenvolvida quando essas injustiças passam a ser consideradas como adversidades, atribuindo a responsabilização individual pelas condições de vida e trabalho das pessoas. No discurso de Adhara se observa referência a uma incapacidade ou impossibilidade pessoal de não prosseguir com os estudos (ao qual atribuem grande valor): “*porque eu não estudei bem, que não terminei meus estudos que vocês não vão terminar!*”. Neste contexto, a trabalhadora responsabiliza unicamente a si própria pelas consequências da falta de “estudo”, ao passo que outras questões são negligenciadas, entre elas as condições de vida e trabalho nas quais vivem os ribeirinhos, os aspectos socioeconômicos, o acesso a bens de consumo e a própria educação.

Aspectos imbricados às condições de trabalho também foram identificados como agravantes de sofrimento. Questionados sobre como seria um dia ruim de trabalho, as análises indicaram sofrimento relacionado ao ambiente físico. No que tange a este aspecto, foram elencados três elementos mobilizadores de sofrimento: condições climáticas não favoráveis, possível ataque de animais, tais como cobra, arraias, jacarés, entre outros e ocorrência de acidentes. Entre as 8 entrevistas individuais, 6 trabalhadores apontaram os dias chuvosos ou

frios como os melhores dias para se trabalhar, o que no grupo feminino foi um consenso. Sendo assim, todos os discursos analisados relataram que trabalhar em dias ensolarados causa grande desconforto:

... o sol, ele é muito ruim. Eu prefiro, não aguento, mas eu prefiro a chuva. É um dia melhor, eu não aguento, mas é melhor, o sol é muito difícil, muito... se eu trabalhar no frio, sem chuva, eu só sinto frio. (...) Dor no corpo sim, a gente sente, mas dor de cabeça eu não sinto. Mas o sol... tá de um tal jeito que eu não aguento. Hoje eu tô trabalhando, saio cedo, quando dá 09:00hs eu tô em casa... aí eu vou pegar 4 horas e às vezes quando chego em casa já é tomando banho e tomando o calmante. (PÓLUX)

Para ilustrar, consideremos ainda, o que explica Nash:

Um dia frio é melhor do que dia quente. É porque a gente... eu, pelo menos, não aguento a quentura, eu não vivo bom de saúde, a gente não aguenta a quentura. É preciso de vez em quando a gente estar parando pra ir pra sombra porque não aguenta trabalhar... (...) aí a gente para 2, 3 vezes, até 11 horas de trabalho... faz uma sombra aí, vai pra debaixo... bebe água, espera passar uns 10 minutos, 15 minutos e assim é o dia todinho... (NASH)

Os discursos dos trabalhadores revelam que o sol quente é um mobilizador de sofrimento no processo produtivo. Podemos observar, especialmente no relato de Pólux, no trecho que segue: “*se eu trabalhar no frio, sem chuva, eu só sinto frio...*”. Este recorte da fala do trabalhador pode indicar que há espaço para pouca ou nenhuma vivência de prazer na colheita, no desfibramento e na secagem, períodos da safra em que permanecem mais tempo sob o sol, sendo os dias frios aqueles que menos têm impacto sobre o corpo dos trabalhadores. Percebe-se ainda que para atenuar os sintomas, os produtores se utilizam de estratégias paliativas como ir à sombra para descansar ou recorrer à automedicação, o que também se configura como estratégia de enfrentamento e será discutido com mais afinco em tópico dedicado.

Outro aspecto identificado no dia-a-dia dos trabalhadores diz respeito ao possível encontro e/ou ataque de animais durante a colheita e o desfibramento. Consideremos o discurso de Sirius:

Eu fui mordido por inseto, cobra, né... picada de cobra, quer dizer... esses aí são os acidentes de trabalho que a gente sofre aqui (...). Muito difícil... (SIRIUS)

E ainda:

*Eu senti um medo ano passado... a gente tava de ajuri. Aí o M*** tava lá... nós tava tudinho. Aí mana... eu não sei como surgiu aquele animal... aquela cobra horrível. Eu fiquei com o sentimento de medo. (...) Eu só escutei quando o meu irmão*

gritou: 'Mana, cuidado a Surucucu correndo...' Mana, desse tamanho eu nunca tinha visto. Horrível, horrível mana, um sentimento terrível. (...) Os meninos gritaram foi de medo, ninguém teve coragem de matar, ela foi embora... porque ela era muito horrível. Meu Deus, aquilo ficou mexendo, eu pensei: 'pelo amor de Deus', tudo que batia em mim: 'É a cobra, é a cobra!'. Aquela sensação de medo você não trabalha mais normal. (ADHARA)

Os relatos apontam que os trabalhadores entendem o possível encontro de animais como um dos acidentes de trabalho típicos da cultura de juta e malva. Um agravante é necessário ser destacado: o acesso a serviços de saúde é difícil e demorado. As comunidades mais próximas do município de Manacapuru/AM estão a uma média de 20 minutos de lancha do Pronto-Socorro mais próximo do município, o que inviabiliza o socorro imediato em casos de emergências. Ainda que seja uma temática a ser discutida em outro tópico, é importante frisar ainda que os dados indicam que através da mobilização subjetiva, da inteligência prática que é, à priori, uma inteligência enraizada no corpo, os trabalhadores desenvolveram algumas maneiras de perceber o ambiente físico, reconhecendo situações favoráveis aos encontros com animais peçonhentos, através dos saberes de prudência.

A respeito da questão da saúde física relacionada às condições de trabalho, Dejours (2015) coloca que o discurso do trabalhador sobre a saúde física frequentemente tem ênfase analítica no que está expresso, ou seja, em como essas condições são prejudiciais somente no que compete ao orgânico, negligenciando o tom da palavra e em como ela é expressa. Nesse sentido, cabe enfatizar que as falas dos trabalhadores em relação ao contato com animais estão carregadas de medo, abertamente expresso, mas também de ansiedade. Ao observar, em especial, o que propõe Adhara, no trecho em que diz: “...tudo que batia em mim: 'É a cobra, é a cobra!”, percebem-se os sintomas de medo. O autor explica que um dos tipos de ansiedade envolvidos no trabalhar está relacionado à degradação do organismo e diz respeito ao risco que envolve a saúde física. O autor explica que as más condições de trabalho impactam não somente o corpo, mas o espírito, uma vez que a ansiedade é de natureza mental e pôde ser verificada nos relatos e sintomas dos trabalhadores (DEJOURS, 2015). Os mesmos sintomas foram observados quando relatam dos acidentes com o terçado (tipo de facão comprido com lâmina reta utilizado para realizar o corte das hastes), principal instrumento de trabalho dos produtores. Observe-se o que coloca Rana:

Eu estava com água na cintura, eu cortei, assim... não sei como foi, eu já só vi que esse pedaço de carne ficou pra cá... (...) aí eu não trabalhei mais, terminou a safra e eu não consegui mais trabalhar. Ele pegou treze pontos, aí já era no começo da safra assim, mas eu não consegui mais trabalhar porque daqui que desinflamasse... (RANA)

Rana explicou a respeito do acidente que sofreu. Nesta situação, estava cortando as hastes da planta com a água pela cintura, quando deixou o terçado escapar e cortou a região do braço. Durante este relato, as outras produtoras que integravam o grupo feminino escutavam com atenção. Ao fim do relato, Zaniah fez a seguinte colocação:

*No dia que ela se cortou, nós estava cortando perto, assim, só que ela por uma parte e nós por outra, aí nós escutemos quando ela gritou: “Ai, me cortei!”. Aí eu com ela, ficamos com tanto nervoso que nós não conseguimos mais trabalhar e nem comer. Aí a água tava aqui também, a gente cortando, eu disse: ‘D***, nós vamos parar, porque... eu tô achando que nós vamos se cortar que nem ela!’ (ZANIAH)*

Nos relatos sobre os acidentes com o terçado e nas observações, os sintomas ansiosos e o medo se percebem não apenas no trabalhador que sofreu o acidente, mas também nos demais que presenciaram o ocorrido. No discurso de Zaniah, pode-se observar a utilização de uma expressão muito peculiar: “*ficamos com tanto nervoso...*”. Esta expressão remete ao que Dejourns (2015) coloca quando pontua acerca dos trabalhadores da indústria petroquímica: quando se fala da “tensão nervosa”, segundo o autor, está se falando, efetivamente, de ansiedade. O autor explica que os efeitos desta carga psicossensorial que envolve tensão, vigilância, concentração e memorização contribuem para o sofrimento sentido. Sendo assim, as análises demonstram que as perturbações do processo referentes à degradação do corpo não possuem impactos somente sobre o físico, mas também implicam uma carga psíquica e emocional que agrava o sofrimento.

Outro importante fator a ser observado são os desdobramentos que a alta carga física que a cultura de juta e malva têm sobre a saúde do corpo dos trabalhadores: os relatos indicaram a existência de Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho – DORT’s e doenças de visão. Explicam que as fases consideradas mais difíceis que exigem mais do corpo são a colheita, associada com problemas como gripe, problemas de coluna, dores no corpo e dores de cabeça, o desfibramento relacionado ao surgimento de sintomas aos quais eles atribuem a reumatismos e luxações, e a secagem, relacionada também a problemas de coluna devido aos pesados fardos que os trabalhadores precisam carregar até o paiol. Os sintomas habituais identificados são dores no corpo e fadiga. Consideremos o discurso de Sirius:

...sofri muito com a minha coluna, essas coisas aí, vamos supor, é uma coisa que você carrega muito peso, né? Você tá todo tempo trabalhando abaixado, se abaixando, né... a gente tá todo... doente também. (...) São coisas que a gente adquire muito nesse trabalho (SIRIUS)

Questionada sobre os problemas comuns de saúde, observemos o que coloca Adhara sobre os sintomas associados ao reumatismo:

Aí começa a adormecer as tuas mãos... de noite... de dia até tu passa, tá movimentando, né? Mas a noite, maninha... eu já chorei de dor, minha irmã... (ADHARA)

Considerados os discursos apontados acima, cabe fazer menção ao que coloca Dejours (2015): o desprazer que surge como consequência de uma inadaptação ergonômica do trabalho está na gênese de inúmeros sofrimentos somáticos e de outras mazelas do corpo que impactam diretamente o aparelho mental: ao se tornar carga psíquica, a dissonância entre o conteúdo ergonômico e a estrutura de personalidade está relacionada não mais com o conteúdo simbólico, mas com descontentamentos concretos de ordem econômica.

Hoje, vamos supor, eu trabalho, mas eu sinto muito, muito, muita dor no meu pé... vamos supor, por causa desse serviço aí que eu sofri... eu tô aqui conversando com você mas eu não tenho mais aquela força que eu tinha na minha mão, né. Quando eu pego muito sol e aí aquele dia me agita muito, eu tomo remédio... Eu tomo, o quê... acho que uns 8 comprimidos por dia pra mim poder ir me mantendo, né... (SIRIUS)

Em sua fala, o trabalhador relata ainda que precisa ir ao roçado embora esteja adoentado e com dores para não atrasar o cronograma da colheita. A esse respeito, segue relato de Rana:

É quando o rio está enchendo muito, que você corta hoje, deixa no joelho (a água), quando você vai lá, tá na cintura, na coxa... Ou você colhe, ou você perde. (RANA)

E ainda:

...as vezes a alagação vem muito rápido, aí o cara tem que... É, aí o cara tem mesmo que ser rápido, senão... senão perde. Aí quando a água vem lenta até dá pro cara descansar... 11h até 1h... agora quando a água vem mesmo aí o cara tem que... tem que viver no roçado (ARCTURUS)

A análise dos dados indica que o período de subida das águas ocasiona intensificação do ritmo de trabalho, o que agrava as mazelas já existentes. Embora por vezes estejam adoentados, os produtores seguem trabalhando. Por outro lado, os relatos indicam ainda que o sofrimento no trabalho de juta e malva não têm origem somente nos aspectos relacionados à degradação do corpo: em alguns casos a preocupação com a saúde ficaria relegada a um segundo plano, sendo a principal preocupação, nesses casos, a baixa produtividade, ou, nos casos mais graves, o afastamento do trabalho:

...acontece um acidente, o camarada tem que parar tudo (...) aí o trabalho fica parado... (...) como aconteceu comigo uma vez, eu perdi mais de uma semana de trabalho. Eu não fui no roçado. Quer dizer, isso aí é um dia ruim. (ALTAIR)

Consideremos ainda o discurso de Adhara:

Quando a gente não produz muito, quando vai pro roçado, que corta pouco... Aí a gente olha pra trás: 'poxa vida, não produziu nada, nem pagou a comida'. É porque assim, todos nós tem uma debilidade no corpo, tem dia que a gente tá com disposição pra fazer qualquer coisa... mas tem dia que a gente não tá naquele dia de fazer (ADHARA).

Além das vivências de sofrimento, identificou-se também sentimentos de vergonha frente ao afastamento no trabalho. O não-trabalho representa, além do atraso no cronograma, a sobrecarga dos demais familiares.

Pra mim o que é difícil é quando eu tô doente... que eu olho pro serviço, olho pro trabalho... eu quero ir e eu não posso. Isso aí que eu acho mais difícil, né? (ASTERION)

É assim, a gente vê o pessoal trabalhando, os irmãos da gente sozinhos, né? Aí a gente só olhando... a gente fica triste, né? (RIGEL)

Os dados indicam que o afastamento por motivos de doença se configura como obstáculos frente ao cumprimento do que é planejado. A respeito disso, Dejours (2015) aponta que a relação doença e trabalho estão intimamente imbricadas com a ideologia da vergonha, ao passo que a doença não é compreendida como é, mas sim como um impeditivo às atividades laborais. Neste sentido, é importante que se faça uma análise a respeito da representação do processo saúde-doença para os entrevistados. Para compreender as discrepâncias simbólicas existentes, resgatar-se-á, brevemente, o conceito de saúde. Segundo o que estabelece o artigo 3º da Lei 8.080/90, a “Lei Orgânica da Saúde” promulgada pelo Ministério da Saúde, a noção de saúde ultrapassa a mera inexistência de doenças, sendo determinada por outros fatores igualmente importantes: alimentação, moradia, saneamento básico, o trabalho, a renda, o lazer, o acesso a bens e serviços essenciais, entre outros aspectos. Corroborando, Seidl e Zannon (2004) apontam que os condicionantes do processo saúde – doença são multifatoriais e envolvem vários aspectos: econômicos, socioculturais, a experiências subjetivas e modos de vida. No entanto, as falas dos produtores sugerem que a noção de saúde e doença parecem sempre estar vinculadas ao trabalho. Observemos o que coloca Altair:

A gente com saúde não tem dia ruim, né? Já doente, é ruim. (...) A saúde é em primeiro lugar. Fundamental é a saúde de quem trabalha... a gente doente não consegue trabalhar (ALTAIR)

Os dados indicam que, para os trabalhadores, a saúde é considerada, em primeiro lugar, como a força motriz para trabalhar, enraizada, primordialmente, no corpo. No entanto, observemos o que coloca Dejours (1989) em um artigo em que explicita a sua concepção de saúde:

A saúde é a liberdade de dar a esse corpo a possibilidade de repousar, é a liberdade de lhe dar de comer quando ele tem fome, de fazê-lo dormir quando ele tem sono, de fornecer-lhe açúcar quando baixa a glicemia. É, portanto, a liberdade de adaptação. Não é anormal estar cansado, estar com sono. Não é, talvez, anormal ter uma gripe, e aí vê-se que isso vai longe. Pode ser até que seja normal ter algumas doenças. O que não é normal é não poder cuidar dessa doença, não poder ir para a cama, deixar-se levar pela doença, deixar que as coisas sejam feitas por outro durante algum tempo, parar de trabalhar durante a gripe e depois voltar.

Sob o ponto de vista teórico, observa-se uma dissonância entre a representação de saúde dos trabalhadores e o conceito de saúde multifacetado. Observa-se, portanto, que a representação dos produtores acerca da saúde está intimamente imbricada com aquilo que sentem e vivenciam, o que faz parte dos seus modos de vida, estando a saúde enraizada majoritariamente no corpo fisiológico, como força motriz para o trabalho, bem como o “poder estar no roçado”, ainda que por muitas vezes o “estar no roçado” não signifique dispor de forma efetiva da saúde minimamente física, considerando os relatos de enfrentamento de dores e sintomas minimizados por ações paliativas como o uso analgésicos. Segue abaixo o depoimento de um trabalhador falando acerca de sua experiência com os analgésicos:

Fui na farmácia e comprei dois envelopinhos. Aí comecei a tomar, comecei a tomar... terminei de tomar dois envelopes, mano, parece que foi abençoado por Deus... pronto! Melhorou. Aqui, acolá, quando está por aqui, eu tô com um envelopezinho, tomo 2, 3... graças a Deus! (ASTERION)

A análise dos dados aponta ainda que suportar toda a pressão física e mental imbricada com a colheita na cultura de juta e malva possui relação com o resistir: adoecer significa atrasar a colheita e, conseqüentemente, perder a produção, parcial ou completamente.

3.2.2 Sofrimento relacionado às relações socioprofissionais

Conforme outrora mencionado, o processo de comercialização envolve outros atores que não os familiares na cultura de juta e malva. A análise dos dados demonstrou que o sofrimento relacionado às relações socioprofissionais diz respeito aos atravessadores, que intermediam tanto a aquisição de sementes quanto a venda do produto, e as Indústrias por meio

de seus representantes. Em alguns casos os produtores quebram a cadeia de intermediação negociando direto com as Indústrias, porém, para que isto aconteça, deve-se levar em conta a localização e o acesso à comunidade e a posse de barco para ir até Manacapuru. Todos os trabalhadores entrevistados relataram trabalhar tanto com os atravessadores, quanto com as Indústrias diretamente, quando é possível se deslocar até as sedes. Sendo assim, os dados indicam que o maior agravante de sofrimento relacionado às relações socioprofissionais na cadeia de juta e malva refere-se ao tipo de relações que se estabelecem com os atravessadores. Os resultados apontam que os atravessadores praticam preços superiores aos praticados na região e que, sobre o valor total das fibras, os patrões acrescentam ainda um valor de 5% que, segundo os produtores, se referem a uma taxa fixa para desconto da umidade das fibras. Os produtores contestam que as fibras estejam úmidas por processo de secagem incorreta no processo produtivo e os relatos demonstram sofrimento:

Quando eu vou me sentar, meu patrão bate, tira tudo, as vezes eu tenho pegado rancho pra me alimentar que é o que tem. Ele chega com o rancho porque ele tem condições. (...). Quando ele chega, bate minha conta: 'Seu Pólux, duas toneladas eu vou tirar agora é da semente... agora eu vou tirar os 5%...' Mas esses 5% é de quê mesmo? É de nada! (...) É de nada... Isso aí o patrão é que fica, sabe o quê que fica? A firma! (...) Agora faça a conta, 10 toneladas, vai 500kg, poxa, é suor, irmã... (...) Então esses 5% era pra vim nossa semente de graça, já não era pra nós pagar a semente. (...) As vezes eu fico devendo pro outro ano, aí ele vai e joga um juros de 3%. (...) Não tem pra onde correr. Se a senhora for fazer uma entrevista com o dono dessas empresas aí (...) eles vão dizer assim: 'eles vendem malva molhada'. É conversa deles. Porque preste bem atenção, eu sou um, plantador de malva, a minha malva eu não tiro nem de manhã. Minha malva eu tiro 4 horas da tarde, mas eu já cansei do meu patrão tá embarcando aí um temporal se formar e a chuva cair... E tá pra cair fardo n'água e pegando aquela chuva todinha, e a culpa quem pega é nós... e outra que eu vou lhe falar, ainda que eu vendesse, só na balança a senhora conhece... porque que a senhora conhece? A malva seca, a fibra seca, ela cheira a bolacha seca. Quando a senhora joga o fardo dele aqui, se a senhora jogar aqui, ele pula... e o molhado, ele não pula, ele achata. Ele não cheira, ele dá um cheiro de mofo... (PÓLUX)

Os produtores relatam que se por alguma intercorrência no processo de colheita o lucro não for suficiente para realizar o pagamento das sementes, as dívidas se acumulam para a safra seguinte. O relato de Pólux, em especial revela que, por vezes, sem condições financeiras de se manterem financeiramente fora do período da safra, os produtores recebem “adiantamentos” dos “patrões” que podem ser efetuados através de empréstimos em dinheiro ou em forma de abastecimento de produtos alimentícios, despesas essas que são devidamente cobrados no período da safra. Os dados sugerem que as dívidas com os atravessadores e indústrias são potenciais agravantes de sofrimento na cultura de malva e juta:

Na hora do aperto que a água vem... a gente mexe muito com o metabolismo da gente... aí você olha pra um lado, vê tudo aquilo que você... teve aquela

esperança... tem muitos aqui que quando deve muito nem dorme direito. Você já pensou? (...) Então mexe... quando a gente deve muito, mexe muito porque a esperança do agricultor tá no trabalho dele. Então mexe muito quando a gente deve... as vezes chega o momento de pagar e você não poder pagar e ficar devendo pro outro ano e a conta aumenta mais... (ADHARA)

Considere-se ainda o que pontua Rana:

Quando você olha pro roçado, principalmente quando você deve... que você tá devendo, que você olha pro roçado, você fica tão triste que dá um desespero tão grande de você não poder fazer o que você estava pensando.. (RANA)

As falas das trabalhadoras em questão desvelam vivências de sofrimento em relação à perda da produção e explicam que a dívida que se acumula de um ano para o outro sofre um acréscimo de juros. Neste ponto da análise é conveniente que se sejam algumas considerações acerca dos achados da pesquisa de Silvan (2018). O autor explica que a principal lógica do sistema mercantil de financiamento da produção agrícola que permeou as relações de trabalho na cultura de juta nos anos 50 foi a do aviamento, que acabava por aprisionar o produtor em dívidas que jamais conseguiam ser quitadas pelos produtores. Neste sistema, o produtor exerce a função de “freguês”, enquanto o aviado, a função de “patrão”. As responsabilidades do patrão nessa lógica de financiamento era a de fornecer insumos como forma de adiantamento para que fosse possível proceder com a produção de juta.

Considerando os apontamentos da pesquisa de Silvan (2018) e observando os relatos dos produtores, percebe-se que o sistema financeiro de aviamento ainda é uma constante na cultura de juta e malva até os dias atuais, ao qual o autor tece duras críticas. Esse complexo sistema é definido pelo autor como um esquema de crédito altamente lucrativo considerando o superfaturamento das mercadorias cujos preços, à época, chegavam a triplicar ao chegar às mãos dos “patrões” às custas de práticas opressoras em um sistema cujas redes econômicas e sociais eram extensas e invasivas. A respeito, especificamente, do caráter invasivo desse sistema é que se faz necessário considerar outras colocações das produtoras no que se refere a outra prática que parece ser comum desses “patrões” para sanar os débitos junto aos produtores:

Aí tem o caso daquele patrão que entra dentro da tua casa e leva até o teu bem material que tá dentro da tua casa, ele não perdoa... (...) Tu já pensou? Tu fez tanto, lutou tanto pra ter aquele objeto... (ADHARA)

E ainda:

Entra dentro da tua casa... pega aquele objeto que você tem pra pagar aquela conta, porque não dispensou aquela sua conta... Aí é que entra a depressão, a tristeza na sua vida. Acontece, né? (ZANIAH)

A análise indica que este tipo de abordagem se constitui como uma prática de violência no trabalho na qual existe violação da moradia, asilo inviolável do indivíduo, com consequências danosas à Saúde Mental dos trabalhadores. Para Faria (2013) a violência no trabalho é caracterizada por ações voltadas para a preservação de interesses de outrem por meio de coerção explícita ou sutil, de qualquer natureza em detrimento aos interesses e direitos coletivos com o objetivo de propagar situações intensas de força desproporcionais como fruto das relações de poder. Para o autor, a aceitação de práticas de violência está intimamente relacionada com a lógica das relações de trabalho sob o sistema do capital. Por outro lado, Mussi e Côrte (2010) asseveram que a “casa” é carregada de significados, sendo o conjunto de membros e bens de uma família, o lugar onde se constroem relações e vínculos, é também um infinito reservatório de memórias... O que se passa na casa, se passa dentro de nós. “Frequentemente, nós somos a casa” (Biedermann, 1993, *apud* Mussi e Côrte 2010). Neste sentido, as práticas de violência agravam o sofrimento no trabalho nos casos estudados, especialmente se considerarmos a dimensão afetiva relacionada à casa, sendo identificados sentimentos de angústia, tristeza, impotência e frustração.

3.2.3 Sofrimento relacionado à ausência de reconhecimento

Segundo o que coloca Dejours (2012) a retribuição esperada pelo sujeito que trabalha é de natureza simbólica: trata-se do reconhecimento, elemento chave para a psicodinâmica da cooperação. Segundo o autor, o retorno simbólico do reconhecimento está na gênese da produção de sentido conferido por ela ao que é vivenciado no trabalho. Corroborando, Martins e Lima (2015) explicam que o reconhecimento é o retorno simbólico pela contribuição do trabalhador e pela mobilização subjetiva para realizar o que lhe foi designado. É um processo intersubjetivo que envolve o julgamento do outro através de dois tipos de julgamentos: o de beleza, que atende a constatação de um trabalho bem executado e frequentemente é proferido pelos pares e o de utilidade, que se refere ao julgamento das contribuições para a OT e é mais comumente proferida pelos superiores hierárquicos (MARTINS E LIMA, 2015). Neste sentido, o discurso de 3 trabalhadores, dentre as 8 entrevistas individuais, apontou para sofrimento relacionado à ausência de reconhecimento como agravante de sofrimento na cultura de juta e malva. Os dados indicam que a alegada ausência de reconhecimento não advém dos pares, mas sim das Instituições Governamentais que constituem a cadeia produtiva através de políticas públicas, tais como a oferta de sementes e pagamento de subvenção econômica. Os

relatos apontam para a não efetividade na aplicação dessas políticas, o que para os trabalhadores se traduz como a desvalorização do trabalho rural em relação ao urbano e em relação a outras atividades típicas da região, tal como a piscicultura:

...os pescadores tem... quando chega o tempo do peixe e da ova, param de pescar e ganham 4 meses, passam a ganhar um salário e nós nada. A senhora tá entendendo? Porque irmã, se hoje chega lá o jerimum, a macaxeira, a banana... tudo é do povo ribeirinho. Tá chegando na cidade? Eles agradecem a Deus e nós que estamos aqui. Se nós parar, essas empresas vão parar (POLLUX).

Eu pra mim, eu me sinto humilhado, né... o produtor se sente humilhado porque não tem uma pessoa que ampara... (...) eu acho que era pra ser um incentivo mais adequado pro interior porque é daqui que vai as coisas pra cidade... (...) A gente se sente triste... triste porque a gente tem que fazer aquele trabalho e não tem uma pessoa que incentive, né... que dê valor (ALTAIR).

As análises indicam que a ausência de reconhecimento se torna potencial agravante para o sofrimento ao passo que o esforço e a mobilização subjetiva envolvida no processo produtivo não são reconhecidos e, portanto, o sofrimento não é ressignificado. Segundo o que aponta Dejourns (2008) o reconhecimento produz sentido não apenas ao trabalho, mas a todo o esforço e angústia que envolvem o contato com os constrangimentos frente ao real do trabalho. O autor explica ainda que, se a dinâmica do reconhecimento não acontece, o sofrimento não encontra mais sentido, abrindo caminho para um acúmulo que poderão conduzir à descompensação psíquica ou de ordem somática. Observemos o que coloca Sirius:

Rapaz, a gente se sente assim um pouco até humilhado eu acho... entendeu? Porque você trabalha, trabalha tanto pra não ter valor porque eu vou dizer uma coisa... tudo que tem na cidade vai do interior. Tudo vai do interior, né? Então eu acho que o produtor, o caboclo do interior de modo geral, não só aqui do Amazonas, mas em termo geral, deveria ser bem mais valorizado (SIRIUS)

Os relatos sugerem que a realização do eu através do trabalho em nível social está desestruturada na cultura de juta e malva. A alegada dicotomia rural x urbano proposta nas falas dos trabalhadores indica um cenário de insatisfação do valor social do trabalho rural cuja construção se deu por meio de complexos processos. No que tange ao campo social, a psicodinâmica do reconhecimento, quando presente, acarreta realização pessoal e é elemento fundamental na construção da identidade. Este processo está relacionado à dinâmica da sublimação proposta pela Psicanálise (DEJOURS, 2008). Por outro lado, brevemente e sem a pretensão de esgotar as discussões a respeito do tema, cabe resgatar uma contribuição de Wagley (1988) ao dissertar sobre o “complexo de fidalguia”. O autor assevera que no século IX, as atividades que envolviam esforço físico eram delegadas apenas a peões, escravos e aos recém-alforriados. Mesmo após a libertação, o trabalho braçal continuou sendo uma

representação de baixa posição social. Conforme os trabalhadores ascendiam na pirâmide social, passavam a adotar a postura dos antigos senhores e donos de escravos. O autor pontua que ainda hoje no Brasil, existe um sentimento de desprezo por atividades que envolvam a forma de trabalho braçal. Esses e outros elementos compõem o processo de criação de um conjunto de valores associados aos tipos de trabalho como o rural, representações sociais que possuem impacto direto sobre o processo de reconhecimento do trabalho ribeirinho.

Registra-se ainda que os trabalhadores atribuem aos Órgãos e às figuras políticas envolvidos com a cadeia produtiva um desconhecimento e a negligência relativa aos modos de vida e trabalho da população ribeirinha, visto que oferecem alternativas de trabalho impraticáveis aos trabalhadores das áreas de várzea, não reconhecendo a alegada importância dessa cultura ao povo ribeirinho. Observemos o que coloca Pólux a respeito da visita de um dos últimos Governadores do Estado à comunidade:

...ele veio aí com muita luta e veio dizer pra nós que nós tinha que plantar era peixe. Nós tinha que criar peixe. Aí eu digo pra senhora uma coisa, quando alaga aqui, dá trabalho, a senhora espaçar suas galinhas, seus patos, com as feras, os jacarés... coisas terríveis. Tem que atrepar igualmente a casa, tem que fazer, se a senhora deixar de baixo de casa, de noite a senhora escuta a lamparinada, aquela zoadada medonha, que olha, o bicho tá com o frango, tá com o pato na boca... como é que a gente vai criar um viveiro, fazer um viveiro, como? Terra firme dá, porque não alaga. Essa foi a solução que ele trouxe pra nós... (PÓLUX)

A fala de Pólux sugere um desconhecimento acerca do real do trabalho nas áreas de várzea. Para Dejourns (2012) o reconhecimento envolve dois eixos principais: o primeiro deles diz respeito ao reconhecimento no sentido de gratidão e diz respeito à contribuição dos trabalhadores para a organização do trabalho. Em olhar ampliado, interpreta-se que o desconhecimento do real do trabalho nas áreas de várzea por parte das autoridades políticas reforça o sentimento de não reconhecimento no sentido de gratidão, culminando em mais sofrimento, ao passo que a importância do trabalho nessas áreas não é socialmente percebida. Além disso, o autor pontua ainda o reconhecimento no sentido de constatação. Este tipo de reconhecimento está relacionado à contribuição individual e específica à organização do trabalho e envolve o reconhecimento das falhas do prescrito. Observa-se que este reconhecimento na cultura de juta e malva é frequentemente feito pelos pares através do valor atribuído às participações individuais de cada membro da família. Observemos o que coloca Bellatrix:

As vezes eles estão lá, meio devagar, eu vou lá, ainda lavo 10, 20, 30 feixo... aí eles gostam porque eu ajudo muito, né? (...) Ele, ele gosta, esse daí, tu pensa? Ele gosta que eu vá... (Bellatrix)

A produtora em questão explica que, embora faça as atividades domésticas (na ocasião, preparava um frango abatido na hora), dedica tempo do seu dia para “ajudar” na produção e que os filhos e o esposo se agradam de sua “participação”, reconhecendo a importância de sua atuação para a organização do trabalho para o aumento da produtividade. Por outro lado, o reconhecimento referente à gratidão está relacionado à contribuição que os trabalhadores oferecem à organização do trabalho (DEJOURS, 2008). Neste sentido, a ausência de reconhecimento apontada pelos trabalhadores no que tange ao aspecto macro da cadeia de produção de juta e malva parece também estar relacionado ao reconhecimento no sentido de gratidão, especialmente quando traçam um paralelo entre rural e urbano: “*se tem na cidade é porque veio do interior...*”. Considerando o protagonismo da psicodinâmica do reconhecimento no contexto do trabalho, sinaliza-se a instabilidade na estruturação da identidade destes trabalhadores enquanto agricultores produtores de juta e malva. Os mesmos se veem obrigados a buscar alternativas diversas para garantir a renda para o sustento da família entre safras quando a quantidade de sementes distribuídas não é suficiente ou quando estas não chegam a tempo, considerando que esta cultura é sazonal e a colheita ocorre, obrigatoriamente, entre os meses de janeiro a junho. Os dados apontam ainda para sentimentos de desesperança, tristeza, menos-valia, além de possíveis desdobramentos patológicos através da identificação de sintomas depressivos na fala de alguns entrevistados. Sentimentos de medo, desconfiança e incerteza em relação ao futuro também foram identificados.

3.3 Estratégias de Enfrentamento

Para Moraes (2013b) o sofrimento é mobilizador das estratégias de enfrentamento quando este sofrimento tem a criatividade como destino. Segundo a autora, estas estratégias extrapolam o prescrito em prol de novas formas de execução do trabalho estando ancoradas na inteligência prática em prol da subversão do sofrimento em prazer. Sendo assim, com o objetivo de desvelar as estratégias de enfrentamento utilizadas pelos trabalhadores na cultura de juta e malva propôs-se um questionamento no roteiro de perguntas: “Como você lida com as dificuldades encontradas no trabalho?” Neste sentido, os relatos apontam para uma série de estratégias construídas para atenuar as vivências de sofrimento. Embora a identificação de estratégias de defesa não tenha sido privilegiada entre os objetivos desta pesquisa, alguns dados sugerem a naturalização e racionalização como forma de lidar com as vivências de sofrimento e serão também descritas neste tópico.

A primeira estratégia de enfrentamento identificada nas respostas de 4 trabalhadores diz respeito a prática de outras atividades entre safras quando o lucro não foi o suficiente para prover as necessidades básicas, tal qual a alimentação:

Aí a gente leva na barriga... Não tem, aí vai vender uma banana, aí vende peixe, né... mas isso aí não é produto assim que a gente possa ganhar muito, né. Isso aí é só pra se segurar mesmo... (...) Aí quem tem patrão vai pedindo do patrão e vai vivendo até chegar a outra safra e pedir a Deus que seja uma safra boa. (ARCTURUS)

Consideremos ainda:

Quando não a gente vende boi, cria gado, né... Aí o papai vende boi e a gente vai se mantendo, né? (RIGEL)

Os relatos indicam que, embora a cultura de juta e malva seja a principal atividade de subsistência, alguns produtores realizam atividades como a venda de banana, peixe ou mesmo já tenham iniciado práticas permanentes para lidar com os casos de perda da produção, tal como a cria de gado. Outro importante ponto a ser observado é que, segundo o relato, alguns produtores fazem empréstimos com os “patrões” para se manterem entre safras. Por este motivo, já iniciam a safra seguinte com dívidas, o que mobiliza sofrimento conforme explicitado no tópico anterior. Ainda sobre as práticas entre safras no caso de baixa lucratividade, observemos o que coloca Adhara:

A gente vai se virar, ver se pega um peixe pra vender... porque ali a gente come, bebe, veste, calça o filho, compra remédio...(ADHARA)

O discurso de Adhara revela que caso os produtores trabalham com venda de peixe, somente para a subsistência, pois somente a cultura de juta e malva possibilita a aquisição de outros produtos como roupas, calçados e medicamentos. Observou-se que o planejado, o desejável é que a safra inicie com a quantidade de sementes suficientes de acordo com as necessidades de cada família e finalize antes de o roçado ser tomado pelas águas. Neste sentido, frente ao sofrimento, os trabalhadores mobilizam sua subjetividade através da inteligência prática para construir as estratégias de enfrentamento mencionadas. No entanto, no que tange as estratégias de enfrentamento relacionadas ao período entre safras, dois dos trabalhadores relataram o que segue:

Olha, cada família ela tem um controle de gastos, né... Quando a gente entra no fardo a gente sabe o limite que a gente deve gastar e o que não pode, justamente pra sobrar pra você atravessar, é... o verão. É porque no verão nós, o produtor, nós não tem nada. Nós não tem nada. Se não souber guardar, vai passar fome, vai dever o comércio, o patrão... e aí fica mais difícil ainda (ALTAIR).

...você já tem uma base de quantas toneladas a senhora faz, né... se eu planto malva, eu já tenho uma base (...) aí eu já vou fazer, por exemplo, minha conta... me programar naquilo que ela vai dar, né... (ARCTURUS)

Dejours (2012) assevera que a confrontação com o real implica em utilizar um tipo de inteligência muito particular para chegar elucidar um problema cuja solução é desconhecida: a inteligência prática, que descobre e que inventa. O autor explica que essa inteligência permite o imprevisto e busca por soluções. Neste sentido, os dados sugerem que o confronto com o real na cultura da juta e da malva mobiliza a inteligência prática para que, através dela, possam se construir estratégias de enfrentamento tais como o gerenciamento de custos para atravessarem o verão, período em que não possuem outra fonte fixa de renda. No entanto, as adversidades do contato com o real do trabalho na cultura de juta e malva se referem também a aspectos micro da cadeia de produção, tal como o dia-a-dia do processo produtivo. Observou-se que para lidar com a característica fatigante do processo produtivo, alguns produtores fizeram uso da inteligência prática para dar subverter o sofrimento em prazer:

...aquele negócio de tu botar aqui na costa, aí que dava dor na costa, né? Mas hoje o cara vai vivendo, vai aprendendo... hoje a gente vai torando e vai jogando na lenha (ARCTURUS)

...hoje nós desenvolvemos mais um tipo de cultura: antigamente nós cortava e fechava ela todinha. Em terra a gente faz isso porque não tem como a gente carregar, mas se ela estiver dentro d'água a gente já corta na lenha (...) O produtor tem que pensar muito antes de começar seu trabalho, hoje em dia todo mundo já está criando um animal que é o cavalo... Muitas pessoas já não carregam mais, aí já colocam na costa do animal, quando o cara puxa a corda do cavalo aí vai embora. (ADHARA)

O relato dos produtores demonstra que para evitar de terem que carregar os fardos pesados da fibra para organizar e só então afogar, atualmente já cortam as hastes e já as posicionam sob a lenha na qual ficam apoiadas durante o processo de afogamento. Vasconcelos (2013) explica que enquanto inteligência centrada no corpo, o trabalhador percebe o problema, a partir de uma situação prévia de trabalho, problematizando-o e elabora soluções. Neste sentido, a construção de novos modos de trabalho faz parte da mobilização da inteligência prática frente ao real do trabalho na cultura de juta e malva cujos impactos se dão inicialmente no corpo dos trabalhadores.

As análises apontam ainda para outro tipo peculiar de enfrentamento: com o objetivo de fazer face ao cotidiano envolto a riscos à própria saúde no processo produtivo, os trabalhadores desenvolveram um tipo de saber especial, denominado Saberes de Prudência. Segundo o que apontam Cru e Dejours (1987) os trabalhadores têm conhecimento profundo sobre os perigos

de seu trabalho e deles se defendem de maneira concreta, pautados por procedimentos específicos. Esses saberes de prudência segundo o que apontam os autores, fazem parte do saber operário e são indissociáveis dele:

É porque como nós já estamos aqui adaptadas nesse tipo de... A gente sabe até quando as cobras estão por perto. Porque, por exemplo, vai cortar uma malva, uma juta, uma malva... Se tiver um matinho estranho por ali sempre tem que tá atento porque elas sempre estão ali escondidas (ADHARA)

É porque arraia também ela dá só na água branca, né? Vai numa água branca, onde corre, a senhora nem bota seu pé (ARCTURUS)

Os produtores explicam que com o tempo de experiência já conseguem identificar em quais possíveis locais as cobras podem estar escondidas, além disso: observaram que as arraias costumeiramente não ficam na água “preta”, somente na água “branca”. Às águas paradas e apodrecidas pelo processo de maceração biológica das hastes os produtores chamam de águas pretas. As águas correntes limpas dos rios são conhecidas por eles como águas brancas:

Lá pra onde eu trabalho, do outro lado, não tem esse perigo porque a água preta entra dentro do roçado, que é aquela água escura e elas não vem porque a água apodrece. Aí elas não são bestas, elas vão pra água limpa e a gente acha bom porque a gente trabalha tranquila. (ADHARA)

Os relatos demonstram ainda que o “cuidado” foi apontado por eles como primordial para evitar acidentes:

É como eu digo: é o cuidado, né? Né, a experiência, né? (...) É que eu tenho cuidado é com isso, né. O tempo de experiência, o cuidado. (ASTERION)

A gente tem muito cuidado, né? Anda sempre bem equipado, bem vestido, de bota... (ALTAIR)

E ainda:

Por isso que a gente toma maior cuidado... (...) É ir de bota, luva, porque as vezes tem... Tem um tipo de cipó que corta a gente (...) aí a gente não tá observando, tá avexado pra acabar, né? (BELLATRIX)

Os dados indicam que o cuidado mencionado pelos produtores pode ser traduzido pela manutenção da atenção concentrada no processo, precisão no manejo do terçado e observação constante dos arredores para verificar a possível presença de animais:

É aquela, aquele negócio, a gente trabalha com muito cuidado, né... mas é muito perigoso, muito perigoso... Porque tá de um jeito que o jacaré, ele vai chegar a um ponto se a gente não tiver muito cuidado, muito cuidado mesmo, ele arrisca até de pegar a gente mesmo (SIRIUS)

O cara tem que ir com mais jeito, com mais cuidado, aí o que eu digo... Essa aqui é uma profissão que tem que saber levar o terçado, tem que saber, porque tem muita gente que se corta (ASTERION)

Sznelwar (2007) assevera que o desenvolvimento dos saberes de prudência é oriundo do saber-fazer de cada profissão. Neste sentido, observa-se que o “saber levar” o terçado, bem como a vigilância e a atenção traduzidos em “cuidado” fazem parte de uma gama de conhecimentos construídos com base na experiência que constituem os saberes de prudência dos trabalhadores entrevistados na cultura de juta e malva.

Por outro lado, os dados indicam que o viver junto também pode figurar enquanto estratégia de enfrentamento, conforme analisado nas falas de 2 trabalhadoras. Observou-se que, enquanto no roçado, as produtoras preferem trabalhar em grupos:

Quando a senhora ver aquele monte de mulher no roçado... é uma alegria, o dia passa que a senhora nem percebe (...) É melhor, trabalha mais. Só, o roçado fica triste e é tão bom que o tempo passa, sabe? Já pensou? O meu irmão, aquele moreninho que foi com vocês? Eu digo que é um contador de potó porque ele passa o dia todo fazendo a gente rir (RISOS). Aí é bom, mana, desembola, tu trabalha... a gente trabalha na chamada porfia, ninguém quer perder! (ADHARA)

Só, você não faz nada não. (...) Você olha pra um lado, olha pro outro... Sozinho... Não tem como conversar, contar uma história (ZANIAH)

As análises indicam que o viver junto atua também como estratégia de enfrentamento ao passo que as conversas, contações de histórias e brincadeiras no roçado diminuem a percepção do sofrimento das trabalhadoras. Neste sentido, o caráter da vida em coletividade, característica das comunidades ribeirinhas também se reproduz e é vivido no trabalho. Para conhecimento, o no discurso de Adhara, ao se referir ao termo “Contador de Potó”, a trabalhadora está se referindo aos “Contadores de Potoca”, que, segundo relatos, significa “Contadores de histórias engraçadas”.

Embora as estratégias defensivas não tenham sido elencadas como categoria principal de análise desta pesquisa, haja vista a escolha da entrevista semi-estruturada instrumento de coleta de dados não favorecer a identificação destas categorias, observou-se falas recorrentes na maior parte das entrevistas que sinalizam possivelmente o uso de estratégias defensivas de negação e naturalização da dor e do sofrimento de responsabilização individual pelo sucesso por meio do enfrentamento da situação. Dejours (2006) indica que se o sofrimento não é acompanhado de uma descompensação psicopatológica, significa que o sujeito se empenha em

tentar controlar essas vivências por meio de estratégias defensivas. Sendo assim, vejamos o que colocam os trabalhadores:

Não, o reumatismo pra mim, até agora não tem atrapalhado não... Porque eu tenho certeza que o meu corpo, o meu sangue, os meus nervos, o meu espírito é de coragem. (...) O reumatismo quando está doendo assim, o meu remédio é o dorflex. (PÒLUX)

Tu sabe que quando a gente tá acostumado, a gente não acha nem difícil... Não acha não. Se tu ver, tu gosta que tu lava tantos feixos e tal... (BELLATRIX)

Se eu disser pra senhora que a malva tem trabalho bom, não existe trabalho bom. (...) todas as etapas é 'difícil'osa'. Mas eu acho que pra gente que tem vontade de ter e trabalhar, nada é difícil, né..., mas a senhora sabe que a gente não tem nada sem trabalho (...) Eu acho que a gente tendo boa vontade de ter, a gente consegue, né? (...) A gente se sente triste, mas isso aí é da vida, do trabalho, né... (ALTAIR)

Mas a vida é assim... a vida do interior é essa... (ARCTURUS)

Nós somos brasileiros, né? (risos). Nós somos brasileiros, então brasileiro pra tudo dá um jeitinho, né.. (SIRIUS)

Questionados acerca das dificuldades do processo produtivo e dos problemas de saúde associados a ele, os produtores cujos relatos foram mencionados acima afirmam que os problemas de saúde não atrapalham o seu dia-a-dia, que já estão acostumados, atribuindo ainda os infortúnios do trabalho às causalidades do destino. Desta maneira, podem estar utilizando defesas de negação e naturalização do sofrimento. Segundo o que aponta Moraes (2013a) a estratégia da negação tem, entre outras características, a banalização das dificuldades associadas ao trabalho, de modo a negar que a organização do trabalho é a gênese do sofrimento. Por outro lado, o acostumar-se, adaptar-se, acomodar-se ao trabalho, bem como atribuir as dificuldades à causalidades do destino, ou próprias da “vida” pode sugerir uma naturalização ou banalização do sofrimento. Observemos ainda:

É o único trabalho que a gente tem, tem que gostar, né? Aqui é o trabalho de que a gente sobrevive, né? É na malva, né? É o que tem né, aí a gente tem que estar satisfeito, né (RIGEL)

Nós tem que gostar do que nós faz porque nós só tem esse tipo de produção. Tem que gostar. Ou que nós goste ou que nós não goste, a nossa escolha é essa (ADHARA)

Os discursos acima mencionados sugerem que os trabalhadores podem estar fazendo uso do mecanismo de defesa de racionalização. A racionalização é manifestada através de falas que justificam as dificuldades contidas no trabalho, segundo o que aponta Moraes (2013a). Neste sentido, embora considerem o trabalho penoso e sofrido, tendem a racionalizar esse

sofrimento por meio de valorização do trabalho sob a justificativa de que este se configura como a única atividade disponível para a subsistência da casa, segundo o que colocam os relatos.

Por outro lado, não foram observadas estratégias no que tange à mobilização coletiva para enfrentamento das situações vivenciadas pelos trabalhadores aos agravantes de sofrimento identificados na pesquisa. A respeito disso, SILVA (2002, *apud* Benedicto et. al 2007) explica que os trabalhadores rurais têm apresentado muitas dificuldades para se organizar e mobilizar coletivamente. O autor explica que isso se deve a algumas razões específicas, entre elas: sua rotatividade por diferentes culturas e pela repressão patronal e do Estado que tornam a mobilização no local de trabalho quase impossível. Por outro lado, Dejourns (2006) explica que a fragilidade ou inexistência de mobilização coletiva pode ser justificada através do surgimento do medo. Neste sentido, há o medo da demissão, fazendo com que os trabalhadores aceitem o trabalho precário. O autor explica que a precarização do trabalho tem algumas características: intensificação do trabalho e aumento do sofrimento subjetivo; neutralização de mobilização coletiva; estratégia defensiva do silêncio preocupando-se somente em resistir e o individualismo. Sendo assim, o medo gera práticas de obediência e submissão, descolando o sujeito do sofrimento do outro (DEJOURS, 2006).

No contexto de juta e malva não se aplica a análise da ausência de mobilização por medo de demissão haja vista a modalidade de trabalho na qual os trabalhadores estão inseridos. Entretanto, os dados indicam que o medo na cultura de juta e malva está associado à sobrevivência: o objetivo principal seria resistir ao trabalho para conseguir atravessar a safra e garantir o “pão de cada dia”. Essa hipótese vai ao encontro do que propõe Dejourns (2006) quando explica que com o advento do medo, a resistência passa a ser preocupação primordial no campo subjetivo: aguentar firme o tempo inteiro, sem relaxar ou se importar com dores ou doenças ao passo que ninguém reclama mais, pois “é assim mesmo”. As possíveis estratégias defensivas identificadas neste capítulo poderiam corroborar essa hipótese e ser objeto de estudos futuros.

Sendo assim, observou-se que as estratégias mais utilizadas pelos trabalhadores dizem respeito ao enfrentamento das problemáticas relacionadas aos percalços do cotidiano no roçado referente ao ataque de animais, acidentes com o terçado, criação de novos modos de trabalho, bem como a prática de novas atividades para subsistência e gerenciamento de capital. Foram identificadas ainda possíveis estratégias defensivas associadas, tais como a negação, naturalização e racionalização, com vistas a minimizar a percepção do sofrimento.

4 ENTRE O SOFRIMENTO E O PRAZER: O REAL DA PESQUISA

Este capítulo se propõe a perfazer uma análise da trajetória desta pesquisa sob uma perspectiva subjetiva, razão pela qual me posicionei em primeira pessoa nas próximas linhas. Conforme previamente mencionado, fiz algumas viagens pelo interior do Amazonas no ano de 2017 e essas ocasiões acabaram por despertar em mim uma enorme vontade de produzir conhecimento voltado para a nossa terra, não só pelo encantamento pelos modos de vida e trabalho ribeirinho, mas como uma forma de minha retribuição e compromisso social que assumi a partir do momento em que me matriculei no Programa de Mestrado da UFAM. A cultura de juta e malva despontou como principal interesse de estudo a partir de reuniões no Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho – LAPSIC/UFAM e de supervisões com as orientadoras da minha pesquisa, às quais sou muito grata. Havia outras opções igualmente intrigantes: certo dia, procurando por conteúdo na internet, descobri os “Pescadores de Árvores”, profissionais cuja atividade está voltada para a “pesca” de árvores caídas pela erosão natural do solo nas áreas de várzea. No entanto, embora não houvesse encontrado absolutamente nenhuma produção científica privilegiando esse coletivo de trabalhadores, a cultura de juta e malva me chamava atenção por um aspecto peculiar: o processo produtivo. Sob os olhos de uma mulher, então com 32 anos, nascida e criada em uma capital com quase 2 milhões de habitantes é impensável e quase chocante conceber como os produtores de juta e malva conseguiam suportar o sofrimento do processo produtivo sem sucumbir à doença. Neste momento, minhas vivências subjetivas enquanto ser-humano se cruzaram com minhas motivações profissionais enquanto pesquisadora. Como eles conseguem passar tanto tempo dentro da água apodrecida? Esse e outros questionamentos me conduziram à escolha desse coletivo em definitivo. No entanto, o contato com o real da pesquisa se impôs nesse contexto de formas diferenciadas. O primeiro desafio que se apresentou envolveu o acesso às comunidades ribeirinhas: para chegar até lá, seria necessário o deslocamento até Manacapuru e de lá, um segundo traslado de barco ou lancha até as comunidades. O percurso metodológico também teria que ter revisto: a clínica do trabalho e da ação ficaria inviável, considerando o acesso e a não frequência regular de visitas às comunidades. Neste sentido, a inteligência prática entrou em ação: com vistas a compreender melhor o contexto do trabalho na juta e malva e firmar uma parceria para a execução da pesquisa, entrei em contato a presidente da Cooperativa Mista Agropecuária de Manacapuru LTDA – COOMAPEM, por volta de novembro de 2017. Fui muito bem atendida e a Cooperativa se mostrou totalmente disponível em ajudar. Planejamos ir à comunidade pela primeira vez em janeiro seguinte, o que acabou não

acontecendo. Continuei mantendo contato com a responsável institucional para que, no segundo semestre, após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, nós pudéssemos ir efetivamente até as comunidades para coletar os dados. Adaptações metodológicas foram feitas a partir do que pôde ser observado no capítulo de Metodologia.

Em setembro de 2018 fui até a sede da Cooperativa em Manacapuru pela primeira vez. O planejado era irmos até as comunidades, o que acabou não acontecendo novamente por indisponibilidade dos barcos parceiros da Cooperativa. Aproveitei a manhã para conversar com a responsável e acabou sendo muito proveitoso para compreender a perspectiva da Cooperativa sobre a cadeia de produção de juta e malva. Nesta oportunidade, acabei fazendo um primeiro contato informalmente por telefone com um dos produtores que seria entrevistado semanas depois. Esta ligação representou um momento importante para a pesquisa: eu estava ansiosa, não sabia como iriam me receber e o contato telefônico foi muito amistoso. O Sr. Altair* me pareceu tranquilo e risonho. Este primeiro contato acabou diminuindo um pouco da minha ansiedade. Será que iriam falar abertamente sobre o trabalho? Eu conhecia pouca coisa sobre a realidade deles. Eu era diferente deles. Cabelo vermelho. Tatuagens. Vícios de linguagem diferentes, modos de falar diferentes, outra realidade.

Essas questões tomaram minha mente por muitos dias. Eis que fui às comunidades pela primeira vez. Fui vestida o mais neutra possível: calça e blusa preta, cabelo preso. Fui de coração aberto, disposta a estabelecer um bom rapport com essas pessoas para compreender um pouco o trabalho a partir dos olhos deles. Procurei manter uma postura não somente dentro dos padrões éticos exigidos para as pesquisas humanas, mas sobretudo uma atitude de respeito, muito respeito por aquelas pessoas. Busquei fazer as perguntas da maneira mais simples e direta possível e não falar mais do que o necessário, para evitar de influenciar as respostas dos participantes mesmo que de forma mínima. Já no barco que nos levaria até a comunidade (sim, eu não estava sozinha: era um sábado, fui com marido e filho), pude observar os ribeirinhos à beira do rio, tratando peixe, lavando objetos, tomando banho com o seu meio de transporte “estacionado” a beira rio: canoas, rabetas... Ao chegar na comunidade, localizada na região do Supiá, fomos diretamente à casa do Sr. Altair, com quem havia falado por telefone. Cheguei na porta da casa de madeira, limpíssima. Tirei o tênis sujo de barro, limpei os pés para entrar na casa, cumprimentei a todos individualmente com um grande sorriso no rosto e muito grata por me receberem ali. Eu que não sou muito de comer certos tipos de alimento, acabei comendo arroz, farinha e conserva. E estava muito bom! Já no primeiro contato com aquelas pessoas eu

me senti extremamente bem recebida e acolhida. Aos meus olhos, são pessoas simples que estavam se sentindo extremamente bem de me terem ali. Me senti muito satisfeita.

Neste dia, fiz 3 entrevistas. Todas as entrevistas aconteceram na casa do Sr. Altair. Percebi que aquelas pessoas sentiam uma necessidade enorme de que alguém fosse ouvi-los, pois assim eles colocaram nas entrevistas. Se mostraram muito gratos em me ter ali. Senti minha presença valorizada e meu valor enquanto pesquisadora, reconhecido. Não tive dificuldades para coletar os dados, os três entrevistados foram muito receptivos e falaram abertamente sobre os aspectos subjetivos do trabalho. Durante todo o processo mantive total atenção para qualquer sinal de mobilização afetiva por parte deles. Desta forma, encerraria a entrevista e faria o atendimento psicológico. Não foi necessário. Ao final das entrevistas, as pessoas ali reunidas continuaram falando sobre o trabalho. Percebi que aquelas entrevistas tinham ocasionado um movimento muito positivo: a abertura para um espaço público de reflexão sobre o trabalho. Será que tinham o costume de fazer isso? Questionados, afirmaram que não. Conteúdos diversos emergiram desse momento, inclusive um tímido ensaio para uma mobilização coletiva para demandar melhorias na aplicação das políticas públicas de incentivo. Sabendo da importância do espaço público de discussão para o trabalho, aquele momento fez com que eu visse ainda mais sentido em ter estado ali naquele dia. Cheguei em casa com um sentimento de satisfação e dever cumprido únicos.

O planejado era que no mês seguinte nós pudéssemos voltar às comunidades. Não foi possível, uma vez que as idas oficiais da Cooperativa até as comunidades teriam início somente por volta de quatro meses depois. Fiquei ansiosa, com medo de perder os prazos. Eis que a inteligência prática foi novamente convocada, busquei alternativas para contornar a situação antes que fosse tarde: optei, por sugestão de minha coorientadora, fazer a última viagem com uma pesquisadora e aluna de medicina da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, cujo estudo também tinha os produtores de fibra como participantes. Brena Elizandra Pantoja de Souza é pesquisadora de iniciação científica e generosamente se solidarizou a auxiliar com o traslado. Com tudo pronto, partimos às comunidades. Mantive a postura da ida anterior: privilegiei os aspectos éticos, com respeito e humildade, mantendo a neutralidade também no visual. Já na primeira comunidade, entrevistei um casal de produtores que tornariam aquele dia um dos mais especiais que já vivi: a simplicidade e o jeito carinhoso que Bellatrix e Asterion me receberam ficarão guardados na minha memória.

O vínculo construído foi imediato e percebi que eles se sentiram muito felizes em nos receber ali. Asterion foi orgulhosamente mostrar seu terçado, seu instrumento principal de trabalho. Falou por quase 45 minutos e teria falado mais, se não fosse preciso encerrar para que desse tempo de fazer as outras entrevistas. Bellatrix preparava um frango que tinha acabado de ser abatido por ela, naquele mesmo instante. Enquanto eu a entrevistava, ela pegava o frango já depenado e ia pondo sob a chama do fogo. Como se já soubesse que eu provavelmente não sabia o motivo de ela estar fazendo aquilo, interrompeu a entrevista e começou a me ensinar como preparava um frango, explicando que aquele procedimento tinha a finalidade de retirar as pequenas penas que se mantinham grudadas à pele do frango. E eu, atentamente, absorvi tudo. A percepção que tive é de que eles são felizes em morar ali. De que são realizados na beira do rio, reunindo na casa dos vizinhos, contando histórias, vivendo a vida nesse ritmo que é bem diferente do nosso.

As entrevistas seguintes tiveram basicamente a mesma dinâmica. É interessante mencionar que quase sempre as minhas expectativas em relação ao que eles possivelmente responderiam foram frustradas. Um exemplo disso aconteceu ao entrevistar Rigel, um jovem de apenas 25 anos, que desde os 12 trabalha na cultura de juta e malva. Em certo momento da entrevista, Rigel fez uma colocação que eu realmente não esperava: ele veio à Manaus e diferentemente do que algumas pessoas pudessem pensar sobre a opinião de um jovem de 25 anos sobre a cidade grande, ele surpreendentemente não aprovou a experiência. Não se adaptou à cidade. Eu pensei e talvez outras pessoas pudessem pensar que o verdadeiro sonho do menino nascido e criado no interior seria morar na capital. Rigel afirmou que sentiu-se “preso”, na cidade. Na oportunidade, veio até Manaus com primos para fazer um exame de coluna (devido aos problemas de saúde decorrentes do processo) e acabou por passar o final de semana aqui em Manaus. A colocação de Rigel é um paradoxo: o menino do interior se sentiu-se “preso” na “cidade grande”. Quanto significado está escondido por detrás desse sentimento? O que sou levada a interpretar é que é no campo que se sente livre, onde sua identidade de lugar e todas as memórias que constituem o afeto dessa identidade estão.

Neste dia foram feitas mais duas entrevistas individuais e eu me preparava para fazer a sexta entrevista do dia. Estava na casa de Arcturus, onde as pessoas estavam reunidas aproveitando o pós-almoço, batendo papo sob uma árvore. Homens, mulheres, crianças... Algumas crianças brincavam de bola no campo de futebol improvisado. A bola era feita de um amontoado de sacos plásticos... a trave era feita de madeira e as redes eram de pesca. Brincavam

crianças e adolescentes... Eles pareciam realmente muito felizes ali. Neste momento em que eu iniciaria a sexta e última entrevista do dia, Adhara, minha entrevistada, preferiu chamar as amigas da igreja que estavam reunidas ali para serem entrevistadas juntas. Acatei o pedido e a entrevista foi, sob o meu ponto de vista, muitíssimo proveitosa. Era um grupo de 5 mulheres e no início algumas ainda pareciam estar um pouco envergonhadas, especialmente as 2 mais jovens. No entanto, com o passar da entrevista, foram ficando à vontade e contribuindo livremente com as respostas. Durante essa entrevista, fui mobilizada afetivamente por uma das respostas e fui tomada por um impulso inconsciente, de fazer uma intervenção. Acabei fazendo, embora não fosse o mais adequado. Na situação, uma das produtoras afirmava que estavam naquela situação porque não tinham dado mais atenção ao estudo. Que os filhos precisavam estudar para serem alguém na vida, ou uma doutora, como eu ali, segundo palavras delas. Traçando um paralelo, observei rapidamente que a associação que estavam fazendo remetia a uma representação social de desvalorização de si próprias com base em uma hierarquia de saberes introjetada por elas. Acabei por elucidar a importância dos tipos diferentes de saberes em diferentes contextos. Refletindo sobre essa intervenção, acabei por concluir que o campo é realmente palco de aprendizados. De todos os tipos de aprendizados. Naquele dia eu aprendi um pouco mais sobre mim e sobre como deve ser minha postura como pesquisadora. Aprendizados.

Ainda neste dia, nesta localidade, fui até a beira do roçado. Para chegar lá, precisaria atravessar um pequeno lago, de canoa. Eu sempre tive muito medo de canoa. Durante os dois dias de entrevistas, eu já tinha pego sol, chuva, já tinha pisado na lama, no barro e estava topando tudo para concluir meus objetivos. No entanto, a canoa me pareceu como uma dificuldade do real da pesquisa muito difícil de ser vencida. Eu não sei nadar. Tenho pavor de água parada. Em algum momento todos já estavam me incentivando “vai, entra na canoa!”, “não vai acontecer nada!”. Mobilizada para entregar o melhor de mim na pesquisa, entrei na canoa e fui. Duas crianças iam remando. Eles gargalhavam de mim, morrendo de medo. Entrava água na canoa. Eu e a colega acadêmica de medicina que estava junto retirava a água que entrava na canoa com uma cuia. Enquanto isso, eu ia rezava para não afundar. No fim, foi engraçado e demos muitas risadas. Enfrentei mais 1 hora de lancha para Voltar para Manacapuru, mais 1 hora de ônibus até Manaus. Cheguei em casa com uma sensação enorme de superação, dever cumprido e sobretudo de muito aprendizado.

É importante ressaltar que este capítulo é, para mim, especialmente nesse parágrafo, um desafio. Foi realmente muito difícil não misturar a minha subjetividade com todas as coisas, algumas delas absurdas, que ouvi repetidas vezes dos produtores. Relatos que revelam, ao meu olhar e que agora posso expor livremente, uma situação deplorável de exploração e de relações de trabalho inegavelmente questionáveis pelas quais esses trabalhadores são submetidos no dia-a-dia desse sofrido trabalho. Não posso mensurar a perplexidade que me acometeu ao tomar conhecimento de práticas de violência inaceitáveis nas relações socioprofissionais exercidas por terceiros em relações de poder contra esses trabalhadores. Neste contexto o que mais me entristece é que, embora os próprios produtores reconheçam o sofrimento proveniente das agruras que envolvem o processo produtivo, compreendem as situações de exploração e de injustiça como “o preço que se paga para sobreviver”. Em alguns momentos, por vezes a condição de pesquisadora não me pareceu ser suficiente: foi duro ouvi-los culpabilizando exclusivamente a si próprios por “escolhas” que fizeram que os levaram a levar a vida que levam em um contexto social onde dificilmente existem opções efetivas para se buscar um destino diferente. Por não terem “conseguido” estudar, em uma realidade onde um trabalho extremamente fatigante, perigoso e insalubre se apresenta desde a infância como uma das únicas alternativas disponíveis para a manutenção da vida nessas comunidades. Outrossim, constatar o desconhecimento de algumas autoridades da região sobre os modos de vida dessas pessoas foi igualmente perturbador e preocupante. Em uma época em que tanto se discutem questões ambientais e em um cenário onde a cultura das fibras pode se apresentar como uma alternativa sustentável para minimizar o uso de sacarias plásticas, me pareceu um equívoco grotesco que uma figura política incentive o desmanche dessa atividade laboral. Vários pesquisadores, tais como Homma (2010) e Ferreira (2016) destacam a importância da cultura da juta e da malva a partir da perspectiva ambiental, endossando minha interpretação dos fatos: dada a relevância desta atividade, seria imperativo resgatar esta atividade com investimentos científicos e financeiros a contento, de modo a tornar o trabalho menos penoso, propiciar autonomia do Estado em relação a produção de sementes, aquecendo a economia local. Ante todas essas questões intrigantes, foi muito difícil me manter na posição de pesquisadora resguardando meus comentários e intervenções durante essa trajetória até este momento.

Ao me deparar com a mobilização dos meus próprios conteúdos em função das injustiças sociais que testemunhei, percebi que isto também fez parte do real desta pesquisa. Concluo que, embora o sofrimento inevitável decorrente do contato com esse real tenha se feito presente, o destino dado a ele foi criativo através da possibilidade de me colocar subjetivamente

em uma produção científica. Por isso, agradeço humildemente às minhas estimadas orientadoras por proporcionarem uma organização do trabalho sempre flexível e generosa para com suas orientandas. Me sinto extremamente privilegiada, pois as práticas de cooperação que envolvem o contexto acadêmico podem não ser sempre uma constante.

Hoje, com a materialização de todas essas vivências em mãos, incluindo o produto mais importante, que foi a construção da dissertação em si, vejo que essa experiência no Mestrado muito me transformou. Fez com que eu pudesse também me (re)conhecer, revisitar meus valores, domesticar meus medos, ressignificar minhas vivências de sofrimento através do enfrentamento das situações imprevistas, reaprender a hora de falar e de calar. Sendo assim, o que mais me proporciona prazer em ter esse produto em mãos é, não somente o produzir conhecimento científico, mas sim, ter a possibilidade de lançar uma semente, mesmo que ínfima, para que eles possam refletir sobre o trabalho e dialogar mais a respeito disso. Acredito que toda e qualquer produção científica deveria ter como foco não somente a conclusão com a divulgação dos resultados, mas também a responsabilidade social com quem gentilmente se propõe a desvelar aspectos íntimos de sua subjetividade em prol da ciência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória deste estudo foi guiada à luz de um questionamento central: como se configuram as vivências de sofrimento na cultura de juta e malva? Sendo assim, a dissertação que se tem em mãos é o produto de todos os esforços combinados para responder a esse questionamento, que envolvem, em primeiro lugar, a mobilização subjetiva da pesquisadora e das orientadoras deste trabalho, bem como a cooperação e construção de conhecimento entre pares. É importante mencionar, neste momento, que os resultados que aqui foram discutidos devem ser compreendidos como um recorte de uma pequena parcela da realidade atravessada por um lapso histórico-temporal, realidade essa que é multifacetada, jamais excluindo a necessidade de que novos estudos voltem a ser realizados contemplando a subjetividade desses sujeitos. Alguns conteúdos que emergiram durante as entrevistas extrapolaram a disponibilidade de tempo do programa de Mestrado e fugiram aos objetivos deste estudo, embora fornecer prováveis respostas para os questionamentos que surgiram fosse de grande relevância. Um desses questionamentos diz respeito às representações simbólicas que os cooperados fazem do seu trabalho, em comparação aos produtores não-cooperados. Um outro questionamento também é indicado para ser privilegiado em pesquisas futuras: o caráter sazonal do processo produtivo de juta e malva possui impactos sobre a Saúde Mental dos trabalhadores? Neste sentido, dois trabalhadores entrevistados relataram que se a safra durasse mais tempo, não conseguiriam resistir ao processo, indicando que sucumbiriam à doença. Tais questionamentos podem ser objeto de estudos futuros, bem como compreender mais profundamente a cadeia das relações socioprofissionais na cultura de juta e malva, que emergiu neste estudo como potencial agravante à Saúde Mental dos produtores. Além disto, a presente pesquisa também abre precedentes para outras reflexões igualmente inquietantes: como se dá a dinâmica entre a díade subjetividade e questões de gênero na cultura de juta e malva? Embora as relações de gênero nesta atividade laboral não tenham sido privilegiadas nos objetivos deste estudo, as entrevistas com as participantes do gênero feminino levantaram questões intrigantes, tal como o trabalho das mulheres sendo compreendido como “ajuda”, além da dupla jornada que envolve o trabalho no roçado e as atividades domésticas.

Por outro lado, não obstante os percalços enfrentados no contato com o real, foi possível atender aos objetivos do estudo, satisfazendo a problemática central dessa pesquisa. Neste sentido, os resultados puderam validar, confirmar e contribuir com os achados de pesquisas anteriores no que tange à organização do trabalho de juta e malva, a exemplo dos estudos de

Silvan (2018), Gomes (2017), Tristan (2016), Ferreira (2016) Soares (2015), Bentes (2015), Castro (2015), entre outros. Além disso, as vivências de sofrimento identificadas à luz da análise Psicodinâmica foram elencadas, bem como a utilização de estratégias de defesa para atenuar a percepção do sofrimento. Além das categorias de análise sobre as quais o interesse desta pesquisa repousou desde o seu planejamento, outras categorias emergiram, tal qual o reconhecimento e os saberes de prudência através da mobilização subjetiva e inteligência prática. Espera-se que esta gama de conhecimento produzido sobre a subjetividade desse coletivo de trabalhadores possa fazer corpo com as outras pesquisas já realizadas para inspirar estudos e práticas futuras que privilegiem os aspectos subjetivos não só dos produtores de fibra, mas do trabalhador rural de maneira geral.

A trajetória desta pesquisa, marcada por imprevistos e mudanças propiciou uma melhor compreensão do trabalho na cultura de juta e malva a partir de uma dimensão por muitas vezes negligenciada: a do trabalho vivo. Se faz necessário, neste sentido o pensar e o repensar as condições, a organização e as relações socioprofissionais na cultura a partir da fala desses trabalhadores que estão carregadas de sofrimento, sentimento esse que há muito foi naturalizado, muitas vezes tanto por si próprios, quanto pelos outros atores que compõe a cadeia produtiva. Neste contexto, a articulação do Estado teria impacto direto, especialmente no que diz respeito às pautas relacionadas às políticas públicas de fomento, reiterando a importância da participação dos trabalhadores nesse processo de (re)construção de práticas focadas na sustentabilidade da vida rural.

À guisa de conclusão: é imperativo que se ponha em cheque o caráter autônomo do trabalho na cultura de juta e malva: de que tipo de autonomia se está falando? Se por um lado os trabalhadores possuem liberdade para definir ritmos de trabalho e partilha de tarefas, por outro encontram-se em situação de sujeição a políticas públicas que não garantem a manutenção desta cultura. Os dados sugerem que esta sujeição tem outros desdobramentos: na ausência de fomento estatal, os trabalhadores se submetem a relações socioprofissionais questionáveis. Ainda que o vínculo empregatício com os “patrões” seja simbólico, existe uma relação hierarquizada e desvantajosa com quem detém os principais meios de produção: as sementes e o capital. Por outro lado, os dados indicam que os espaços públicos de discussão sobre o trabalho nas comunidades ainda são incipientes, apesar da sabida importância desses espaços para a construção de um coletivo de trabalho engajado e autônomo que possa caminhar para a emancipação. Neste sentido, a clínica do trabalho pode se apresentar como uma alternativa,

consideradas as possibilidades individuais de cada pesquisador e das circunstâncias da pesquisa, ao passo em que se demarca também o rural como um lugar da Psicologia.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Mirela Alves. **O vai e vem das águas de várzea: (re) inventando práticas, saberes e aprendizagens na agricultura familiar**. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Monografia) - Licenciatura em História, Centro de Estudos Superiores de Tefé – CEST, Tefé, 2018.
- ANJOS, Felipe Burle dos. Organização do Trabalho. In: VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana Magnólia; MERLO, Álvaro Roberto Crespo (Org.). **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013.
- ARAÚJO, Karine da Silva. **Avaliação de Políticas setoriais para a cadeia produtiva de juta e malva no Estado do Amazonas**. 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Agrárias, Programa de Pós-graduação em Agricultura no Trópico úmido, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - Inpa, Manaus, 2012.
- ARRUDA, Rinaldo. "Populações Tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 5, n. 2, p.79-92, ago. 1999.
- BATALHA, Mário Otávio. **Gestão Agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 1997.
- BENEDICTO, Samuel Carvalho de. Et al. **Precarização das Relações do Trabalho Rural no Brasil: Uma Abordagem Histórico-Analítica**. In: I Encontro de gestão de pessoas e relações de trabalho Natal/RN – 13 a 15/06/2007.
- CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar; HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto. **Nos interiores da Amazônia: leituras psicossociais**. Curitiba: Crv, 2016.
- CARDOSO, Marta Rezende. Christophe Déjours. *Ágora* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 89-94, Dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-4982001000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 Ago. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982001000200007>.
- CARVALHO, Débora da Costa; ALMEIDA, Neuler André Soares de. Nível de endividamento das famílias agricultoras de juta e malva da zona rural da microrregião de Manaus: o caso de Manacapuru no Amazonas. In: Anais do **SICASA e ANPPAS Amazônia**. Manaus(AM), 2016. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/IVSICASA/33571-NIVEL-DE-ENDIVIDAMENTO-DAS-FAMILIAS-AGRICULTORAS-DE-JUTA-E-MALVA-DA-ZONA-RURAL-DA-MICRORREGIAO-DE-MANAUS--O-CASO-D>. Acesso em: 02/04/2018.
- CASTRO, Albejamere Pereira et al. Etnobotânica e o saber tradicional. In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, Henrique dos Santos; WITKOSKI, Antônio Carlos (Orgs.). **Comunidades Ribeirinhas Amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: Edua, 2007.
- CASTRO, Alberlane Pereira de. **Análise Sistêmica da Cultura de Malva: Um estudo comparativo nas comunidades Nossa Senhora das Graças e Monte Sião no município de Manacapuru/AM**. 2015. 116 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Ambientais,

Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. 2005. 380 f. Trabalho de conclusão de curso (Tese) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: O Estudo de Caso do Assentamento de Reforma Agrária Iporá**. 2001. 207 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

CRUZ, Valter do Carmo. **O rio como espaço de referência identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia**. In: TRINDADE JÚNIOR, S. C.; TAVARES, M. G. C. (orgs.). *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: EDUFPA, 2008.

DEJOURS, Christophe. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. **A loucura do Trabalho: estudos de psicopatologia do trabalho**. 5. Ed. ampliada. São Paulo: Cortez-Oboré, 1997.

_____. **O Fator humano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. **Subjetividade, trabalho e ação**. Prod., São Paulo, v. 14, n. 3, p. 27-34, Dec. 2004 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132004000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 22 fev. 18.

_____. **A Banalização da Injustiça Social**. 7. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

_____. **Psicodinâmica do Trabalho e pós modernidade**. In: MENDES, Ana Magnólia; LIMA, Suzana Canez da Cruz; FACAS, Emílio Peres. (orgs.). **Diálogos em Psicodinâmica do Trabalho**. Brasília: Paralelo 15, 2007.

_____. **A metodologia em Psicodinâmica do Trabalho**. In: LANCMAN, Selma; SZNELWARS, Idal Laerte. (Orgs). **Christophe Dejours: da psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho**. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/ Brasília: Paralelo 15, 2011.

_____. **Sexualidade e Trabalho**. Trabalho Vivo. I Vol. Brasília: Paralelo 15, 2012.

_____. **Psicodinâmica do Trabalho: casos clínicos**. Porto Alegre - São Paulo: Dublinense, 2017.

_____; BÈGUE, Florence. **Suicídio e Trabalho: o que fazer**. Brasília: Paralelo 15, 2010.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et al. (Org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 6.ed. rev. e ampl. São Paulo: Hucitec/NUPAUB, 2008.

FERREIRA, Aldenor da Silva. **Trabalhadores da Malva: (Re)produção material e simbólica da vida no baixo rio Solimões**. 2009. 251 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociedade e Cultura na Amazônia, Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

_____. **Fios Dourados dos Trópicos: Culturas, histórias, singularidades e possibilidades (Juta e malva - Brasil e Índia)**. 2016. 487 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

_____; HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Índia e Japão no percurso histórico de desenvolvimento da cultura da juta no Brasil. **Querubim**, Niterói, v. 1, n. 31, p.4-10, jan. 2017. Disponível em: [http://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=pc&busca=autoria:"HOMMA, A. K. O."&qFacets=autoria:"HOMMA, A. K. O."&biblioteca=vazio&sort=&paginaAtual=1&ig=t](http://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=pc&busca=autoria:). Acesso em: 04 fev. 2018.

_____; LEÃO, Arlindo de Oliveira. A experiência de mecanização da produção de sementes de malva no nordeste paraense. In: Anais do I Encontro Internacional de Gestão, desenvolvimento e inovação. Naviraí(MS), 2017. Disponível em: <http://seer.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/4211>. Acesso em: 06/03/2018.

FERREIRA, João Batista. Real do Trabalho. In: VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana Magnólia; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Cultura Cabocla Ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade**. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. **Homens Anfíbios: etnografia de um campesinato das águas**. São Paulo: Annablume, 2000.

_____; VARGAS, Rosane Brum. Populações Ribeirinhas e Exército: conflito de propriedade e direitos fundamentais em tensão na Amazônia Brasileira – solução à luz do princípio da ponderação. **Somanlu**, ano 13, n 1, p. 98-120, jan/jun, 2013

FREITAS, Lêda Gonçalves de. Centralidade do Trabalho. In: VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana Magnólia; MERLO, Álvaro Roberto Crespo (Orgs). **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013.

GERNET, Isabelle. Psicodinâmica do Reconhecimento. In: MENDES, Ana Magnólia et al (Org.). **Psicodinâmica e Clínica do Trabalho: Temas, interfaces e casos brasileiros**. Curitiba: Juruá, 2014.

GONÇALVES, Wesley Antônio. O método *Grounded Theory*: Um norte teórico segundo o estado-da-arte do último biênio. **Conbrad**, Maringá, v. 2, n. 1, p.117-134, jan. 2016.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001.

GOVERNO DO AMAZONAS INICIA PAGAMENTO DA SUBVENÇÃO ECONÔMICA DA JUTA E DA MALVA, Site da Agência de Desenvolvimento Sustentável – ADS, Manaus, 17 de junho de 2019. Disponível em: <http://www.ads.am.gov.br/governo-do-amazonas-inicia-pagamento-da-subvencao-economica-da-juta-e-da-malva/> . Acesso em 11 de julho de 2019.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama (Ed.). **Amazônia: Meio Ambiente e desenvolvimento agrícola**. Brasília: Embrapa, 1998.

_____. A imigração japonesa o Estado do Amazonas: a expansão da juta no médio e baixo Solimões. In: WITKOSKI, Antonio Carlos; FERREIRA, Aldenor da S.; HOMMA, Alfredo K. Oyama; FRAXE, Therezinha de J. P. Fraxe. (Org.). *A cultura de juta e malva na Amazônia Ocidental: sementes de uma nova racionalidade ambiental?* São Paulo, Editora Annablume, 2010.

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Helene; SENOTIER, Daniele. (Org.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009

LÉDA, Denise Bessa. Prazer e Sofrimento no Trabalho de professores: um estudo em instituições de ensino superior privadas do Maranhão. In: FREITAS, Lêda Gonçalves de. (Org.). **Prazer e Sofrimento no Trabalho Docente: Pesquisas brasileiras**. Juruá, 2013

LIMA, Suzana Canez da Cruz; COSTA, Marcelo Fernandes da. Método em Psicodinâmica do Trabalho. In: . FREITAS, Lêda Gonçalves (Org.) **Prazer e Sofrimento no Trabalho Docente: Pesquisas brasileiras**. Curitiba: Juruá, 2013.

LIMA, Mayara Viana de; SILVA, Sandra Helena da. **Gênero, trabalho e saúde da mulher: percepção das malvicultoras da ilha do valha-me Deus - Juruti/PA**. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 20, p.95-110, maio 2017.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Comunidades Ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações (campo Grande)**, [s.l.], v. 17, n. 1, p.66-76, 29 fev. 2016. Universidade Católica Dom Bosco. <http://dx.doi.org/10.20435/1518-70122016107>.

LIRA, Sandro Haowell, *et al.* Sustentabilidade e Territorialidade: dilemas, desafios e possibilidades de vida para as populações rurais amazônicas. In: WITKOSKI, Antônio Carlos; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; CAVALCANTE, Kátia Viana. (Orgs.) **Território e Territorialidades na Amazônia**: formas de sociabilidades e participação política. Manaus, Valer, 2014.

MACIEL, Alexandre Chaves. **Tendências do cultivo da malva (*Urena Lobata L.*) por agricultores familiares em Manacapuru/AM**. 2015. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Agronomia Tropical, Programa de Pós-graduação em Agronomia Tropical, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

MARTINS, Soraya Rodrigues. Metodologias e dispositivos clínicos na construção da Clínica Psicodinâmica do Trabalho. In: MORAES, Rosângela Dutra de; VASCONCELOS, Ana Cláudia Leal. **Trabalho e emancipação**: a potência da escuta clínica. Curitiba: Juruá, 2015.

MENDES, Ana Magnólia. Da Psicodinâmica à psicopatologia do trabalho. In: MENDES, Ana Magnólia (Ed.). **Psicodinâmica do Trabalho**: teoria, método e pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

_____; ARAUJO, Luciane Kozicz Reis. **Clínica Psicodinâmica do Trabalho: práticas brasileiras**. Brasília: Ex Libris, 2011.

_____; FACAS, Emílio Péres. Subjetividade e trabalho com automação. In: MORAES, Rosângela Dutra de; VASCONCELOS, Ana Cláudia Leal (Orgs.). **Subjetividade e trabalho com automação**: estudo no polo industrial de Manaus. Manaus: Edua, 2011.

_____; MORRONE, Carla. Trajetória teórica e pesquisas brasileiras sobre prazer e sofrimento no trabalho. In: MENDES, Ana Magnólia et al. **Psicodinâmica e Clínica do Trabalho**: Temas, interfaces e casos brasileiros. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2014.

_____; MULLER, Thiele da Costa. Prazer no Trabalho. In: VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana Magnólia; MERLO, Álvaro Roberto Crespo (Orgs.). **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013.

MENDONÇA, Maria Silvia, et al. Etnobotânica e o saber tradicional. In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, Henrique dos Santos; WITKOSKI, Antônio Carlos (Orgs.). **Comunidades Ribeirinhas Amazônicas**: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: Edua, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

MORAES, Rosângela Dutra. **Prazer-sofrimento no trabalho com automação: estudo em empresas japonesas no Polo Industrial de Manaus**. Manaus: EDUA, 2010.

_____. Sofrimento Criativo e Patogênico. In: VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana Magnólia; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013.

_____. Estratégias Defensivas. In: VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana Magnólia; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013a.

_____. Estratégias de enfrentamento do sofrimento e conquista do prazer no trabalho. In: MERLO, Álvaro Roberto Crespo; MENDES, Ana Magnólia; MORAES, Rosângela Dutra de (Org.). **O Sujeito no Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013b.

_____. Sofrimento no trabalho com automação: estudo no Polo Industrial de Manaus. In: MENDES, Ana Magnólia et al (Org.). **Psicodinâmica e Clínica do Trabalho: Temas, interfaces e casos brasileiros**. Curitiba: Juruá, 2014.

_____. Trabalho e emancipação: um olhar da Psicodinâmica do Trabalho. In: MORAES, Rosângela Dutra de; VASCONCELOS, Ana Cláudia Leal (Org.). **Trabalho e emancipação: a potência da escuta clínica**. Curitiba: Juruá, 2015.

MATTE, Alessandra; MACHADO, João Armando Dessimon. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, [S.l.], v. 18, n. 37, p. 130-151, feb. 2017. ISSN 2358-7024. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/3981>>. Acesso em: 04 jul, 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.19093/res.v18i37.3981>.

MOREIRA, Silvia Elaine. **Estudo contábil para a inserção tecnológica na produção de fibras, a partir de malva e juta, na comunidade de bom Jesus no baixo Solimões**. 2008. 91 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Contabilidade e Controladoria, Faculdade de Estudos Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.

NEVES, Dilma Pessanha. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inêz Medeiros; SUZUKI, Julio Cesar (Orgs). **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 211-270.

NODA, Sandra do Nascimento. Agricultura familiar amazonense: mobilidade e relações de trabalho na produção de juta e malva. In: WITKOSKI, Antonio Carlos et al. **A cultura de juta e malva na Amazônia Ocidental: sementes de uma nova racionalidade ambiental?**. São Paulo: Annablume, 2010.

PAIVA, Alciane Matos de. **Agricultura camponesa e desenvolvimento rural/local: Um estudo da organização da produção de juta e malva na várzea do município de Manacapuru**. 2009. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Regional, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

PEREIRA, Henrique dos Santos. A dinâmica da paisagem socioambiental das várzeas do rio Solimões-Amazonas. In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, Henrique dos Santos; WITKOSKI, Antônio Carlos (Org.). **Comunidades Ribeirinhas Amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: Edua, 2007.

RANCIARO, Maria Magela Mafra de Andrade. Formação Histórica e tradições socioculturais vivenciadas em povoados rurais amazônicos. In: CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues; SANTIAGO, Jozane Lima (Orgs). **Inovação, Desenvolvimento e Sustentabilidade na Amazônia**. Manaus: Edua, 2014.

ROSSI, Elisabeth Zulmira. Método de Pesquisa em Psicodinâmica do Trabalho. In: MENDES, Ana Magnólia et al (Org.). **Psicodinâmica e Clínica do Trabalho: temas, interfaces e casos brasileiros**. Curitiba: Juruá, 2014.

SEPROR. **Governo do Estado paga subvenção da Malva e Juta 2014/2015**. 2017. Disponível em: <http://www.sepror.am.gov.br/governo-do-estado-paga-subvencao-da-malva-e-juta-20142015/>. Acesso em: 19 mar. 2018.

SILVA, Ieda Rodrigues da. In: VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2017, São Luís. Anais Eletrônicos da **VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luís, 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo12/mododevidaribeirinhoconstrucao daidentidadeamazonica.pdf>. Acesso em 04 fev. 2018.

SILVA, Sandra Helena da; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. Processo produto da juta e malva na perspectiva do desenvolvimento sustentável. **Somanlu**, Manaus, v. 2, n. 11, p.83-103, dez. 2012.

SILVA, Sandra Helena da. Mulheres Cultivadoras de Juta e Malva na região do baixo Amazonas. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10**, 2013, Florianópolis. Anais Eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. Florianópolis. 2017. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1381511774_ARQ_UIVO_SandraHelenadaSi. Acesso em: 04 fev. 2018.

SILVAN, Denison. **Trabalhadores de juta na Amazônia: trajetórias de luta, suor e sofrimento**. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Tese) - Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Manaus, 2018.

SOARES, Geisiane Tavares. **Sustentabilidade Socioambiental: Um estudo de caso na Cooperativa de fibras vegetais, malva e juta, de Manacapuru no Amazonas**. 2015. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

SPANLEVELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. Trabalho de conclusão de curso (Tese) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2008.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. O valor do casamento na agricultura familiar. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 253-267, jan-abr, 2004.

SZYMANSKI, Heloisa. Entrevista reflexiva: um olhar psicológico sobre a entrevista em pesquisa. In: SZYMANSKI, Heloisa. (Org.) **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. Brasília: Plano Editora, 2011. p. 9-60.

VASCONCELOS, Ana Cláudia Leal. Inteligência Prática. In: VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana Magnólia; MERLO, Álvaro Roberto Crespo (Orgs.). **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013.

_____. Ana Cláudia Leal. Antecedentes e construção da Psicodinâmica do Trabalho. In: MORAES, Rosângela Dutra de; VASCONCELOS, Ana Cláudia Leal (Orgs). Trabalho e Emancipação: A potência da escuta clínica. Curitiba: Juruá, 2015.

_____. **Situação de trabalho docente no instituto de computação de uma Universidade pública federal: debate de normas e dimensionamento de valores do bem comum.** 2017. Trabalho de conclusão de curso (Tese) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2017.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa.** Petrópolis: Vozes, 2011.

VASCONCELOS, Maria José Esteves de. **Pensamento Sistêmico: o novo paradigma da ciência.** 5. ed. Campinas: Papyrus, 2006.

VERÍSSIMO, Tatiana Corrêa; PEREIRA, Jakeline. **A floresta habitada: história da ocupação humana na Amazônia.** 1. Ed, Pará: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON, 2014.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos.** 3ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

WITKOSKI, Antonio Carlos. **Terras Florestas e águas do trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais.** Manaus: editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o(a) Sr(a) para participar da Pesquisa “SUBJETIVIDADE E TRABALHO COM JUTA E MALVA: um estudo em Manacapuru/AM”, sob a responsabilidade da pesquisadora Giselle Maria Menezes da Silva, a qual pretende compreender como se configuram as vivências de sofrimento no trabalho de produtores de juta e malva na comunidade Monte Sião, no município de Manacapuru/AM. A pesquisa busca examinar a organização do trabalho dos produtores; analisar os agravantes de sofrimento relacionados com a organização do trabalho; identificar as estratégias de enfrentamento do sofrimento utilizadas e verificar a existência de possíveis desdobramentos das vivências de sofrimento sobre a saúde mental dos trabalhadores.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista semi-estruturada, que consiste em responder a questões abertas e fechadas formuladas previamente, ficando o entrevistado livre para discorrer sobre o que mais achar pertinente. Todos os encontros serão gravados em áudio e transcritos. Segundo a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, assim os comentários verbais sobre o trabalho e as interpretações coletivas podem trazer prejuízos de caráter psíquico, social dos participantes durante a pesquisa e até depois desta. Para tanto, caso ocorra constrangimento ou desconforto durante o desenvolvimento da pesquisa, a pesquisadora, enquanto psicóloga e integrante do Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho – LAPSIC –, suspenderá a entrevista para prestar suporte psicológico necessário aos sujeitos envolvidos, visando o bem-estar dos mesmos. Cumpre esclarecer que a pesquisa, através da instituição que a acolhe, garantirá reparação a dano imediato ou tardio, que comprometa o indivíduo ou a coletividade, sendo o dano de dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano e jamais será exigida de V.Sa., sob qualquer argumento, renúncia ao direito à indenização por dano, e caso os mesmos ocorram, serão valorados em conjunto com a instituição proponente, haja vista que não há valores pré-estabelecidos de acordo com os riscos na Resolução em tela e nem na Res. 510/2016, que trata da normatização da pesquisa em ciências humanas e sociais, e uma vez que não há definição da gradação do risco (mínimo, baixo, moderado ou elevado). Os benefícios associados a esta pesquisa dizem respeito ao fato de que os estudos recentes feitos com esse coletivo de trabalhadores não privilegiam majoritariamente a dimensão subjetiva do trabalhar. Além disso, inexistência de debates voltados para esta temática torna invisível a subjetividade destes trabalhadores, o que por sua vez acarreta em um não reconhecimento social do trabalho que desempenham, o que pode culminar em mais sofrimento. É esperado que os resultados desse trabalho possam clarificar aspectos da vida e trabalho destes ribeirinhos no contexto acadêmico, suscitando possível interesse por parte de outros pesquisadores em trabalhar com esse coletivo. Ademais, os achados deste estudo podem fomentar discussões acerca da necessidade de se pensar em melhorias no processo produtivo em discussões ampliadas com outras áreas do conhecimento.

Se depois de consentir em sua participação o/a Sr(a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O(a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com a orientadora, professora Rosângela Dutra de Moraes no endereço institucional: Av. Rodrigo Otávio, 6.200, Bloco X, Minicampus, na Universidade Federal do Amazonas, Coroado, Manaus, AM – 69.077-000 (92), telefone: 3305-4127 e com a mestranda Giselle Maria Menezes da Silva, endereço institucional: Av. Rodrigo Otávio, 6.200, Bloco X, Minicampus, na Universidade Federal do Amazonas, Coroado, Manaus, AM – 69.077-000 (92), no Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho, e-mail: gisellerichardson@gmail.com ou pelo telefone (92) 98824-3906, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-5130.

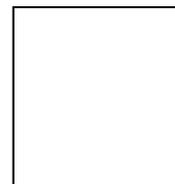
Consentimento Pós-Informação

Eu,....., fui informado(a) sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa de minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura do (a) Participante: _____

Assinatura do Pesquisador Responsável: _____



Impressão do dedo polegar
Caso não saiba assinar



**COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA
DE MANACAPURU LTDA - COOMAPEM**

TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado "SUBJETIVIDADE E TRABALHO COM JUTA E MALVA: Um estudo em Manacapuru/AM", sob a responsabilidade da mestrandia Giselle Maria Menezes da Silva que está sob orientação da Prof^a. Dra. Rosângela Dutra de Moraes, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal do Amazonas.

Manacapuru, quarta-feira, 2 de maio de 2018


Eliana Medeiros do Carmo
Presidente COOMAPEM
CPF 654.070.672-34

Av. Getúlio Vargas, 1056 – Centro - CEP 69400-359 - Manacapuru-AM
CNPJ: 04.345.740/0001-10 – Insc. Est.: 04.179.773-6 – Fon:(92) 99185-
2783
E-mail: coomapem@coomapem.coop.br

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1. Conte, detalhadamente, como funciona o processo de produção de juta e malva.
2. Conte como é um dia bom de trabalho.
3. Conte como é um dia que você considera ruim no trabalho.
4. Quais os maiores desafios e dificuldades você enfrenta no dia a dia do trabalho?
5. Como você se sente frente às dificuldades encontradas no trabalho e como lida com elas?
6. Como se sente quando as dificuldades encontradas no trabalho são de difícil solução?
7. Quais problemas de saúde são comuns na comunidade e quais você acredita que são decorrentes do trabalho?
8. Você já sofreu ou presenciou algum acidente durante o processo de produção da fibra? Se sim, conte aconteceu e como se sentiu.
9. Quais os impactos causados pelo processo de produção insalubre da fibra você vê no seu dia-a-dia? Como se sente em relação a isso?
10. O que a cultura de juta e malva representa para você?
11. Alguma outra coisa que queira colocar?
12. Você é responsável pelas atividades domésticas? Se sim, como se divide entre o trabalho fora e o trabalho em casa? (Se participante do gênero feminino).
13. O que significa para vocês trabalharem juntas? (Pergunta feita ao grupo feminino).